

CONCEIÇÃO DE MARIA SOUSA BATISTA COSTA

**DE MORADORES/AS A ASSENTADOS/AS:
TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES SOCIAIS NO CENTRO DO
DESIGNO, EM MIGUEL ALVES, NO PIAUÍ**

MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

UFPI

TERESINA/2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CONCEIÇÃO DE MARIA SOUSA BATISTA COSTA

**DE MORADORES/AS A ASSENTADOS/AS:
TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES SOCIAIS NO CENTRO DO
DESIGNO, EM MIGUEL ALVES, NO PIAUÍ**

MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

UFPI

TERESINA/2006

CONCEIÇÃO DE MARIA SOUSA BATISTA COSTA

**DE MORADORES/AS A ASSENTADOS/AS:
TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES SOCIAIS NO CENTRO DO
DESIGNO, EM MIGUEL ALVES, NO PIAUÍ**

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora da
Universidade Federal do Piauí, como exigência parcial
para obtenção do título de Mestra em Políticas
Públicas, sob a orientação da Professora Doutora
Maria Dione Carvalho de Moraes**

UFPI

TERESINA/2006

**De moradores/as a assentados/as:
trajetórias e identidades sociais no Centro do Designo, em Miguel Alves, no
Piauí**

CONCEIÇÃO DE MARIA SOUSA BATISTA COSTA

**Dissertação de Mestrado submetido à Coordenação do Curso de Mestrado em
Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal –
Área de Concentração: Cultura, Identidade e Processos Sociais.**

BANCA EXAMINADORA

**Professora Doutora Maria Dione Carvalho de Moraes
Universidade Federal do Piauí
(orientadora e Presidente)**

**Professora Doutora Jaíra Maria Alcobaça Gomes
Universidade Federal do Piauí**

**Doutor Sérgio Luís de Oliveira Vilela
EMBRAPA/SEPLAN/Governo do Estado do Piauí**

TERESINA/2006

À minha mãe SOLIDADE e ao meu pai
GERALDO, (ambos *in memoriam*), que, com
simplicidade e determinação, souberam
conduzir-me numa trilha de grandes
conquistas.

Ao meu filho ARIEL e ao companheiro
ALCEBÍADES, grandes e fiéis torcedores da
realização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e pela presença constante em todos os momentos da minha vida.

Aos assentados e assentadas, razão da existência desta pesquisa, os quais na sua simplicidade e generosidade, me receberam em suas moradas, permitindo que entrasse na singularidade de suas vidas, através da memória, para que compreendesse a dinâmica da realidade, do Centro do Designo, em especial seu Antonio de Jesus e dona Luzia, que com carinho e dedicação me acolheram em sua casa no período do trabalho de campo, criando um clima de bem-estar que me fez sentir na própria residência.

À professora Maria Dione Carvalho de Moraes, minha orientadora, que com competência soube conduzir os momentos de confusão teórica e metodológica, estimulando-me a avançar cada vez mais nas reflexões cujo processo de construção esta dissertação exigiu.

Ao CEPAC, organização não-governamental que me proporcionou contato, vivência e reflexão com a realidade rural, importantes para a definição do objeto da pesquisa, destacando o compromisso com a capacitação dos seus técnicos/as, como, por exemplo, minha liberação durante as aulas do Mestrado.

À Teresa Cristina Matos e Maria Teresa Sérvio, funcionárias do INCRA, pelo papel que desempenharam na instituição, atuando como mediadoras e, na maioria das vezes, como facilitadoras das informações.

Aos professores/as, os/as quais, na pessoa da professora Maria do Rosário de Fátima, os/as parabeno pela dedicação ao Mestrado, contribuindo, dessa forma para o avanço das pesquisas científicas no Estado.

Às amigas Laura Emília, Jesuíta e D'Alva, que acompanharam minha trajetória e comigo compartilharam momentos de angústias e alegria.

Às minhas irmãs Cecília, Celina, Carminha, Geslane e Virgínia, que comigo estiveram em todas as etapas de realização desse trabalho, com carinho e afeto.

Ao meu irmão José Geraldo, pela ternura.

À sobrinha Ana Cecília e aos sobrinhos Carlos Ângelo, Samuel e Rafael, alegria intensa dos “Sousa Batista”.

Ao meu filho Ariel, pela dócil compreensão às minhas ausências do seu convívio ou companhia, por exigência dos compromissos com o Mestrado.

Ao companheiro Alcebíades, pelas leituras efetuadas e o carinho, incentivo e respeito demonstrados durante a realização dessa pesquisa

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, engrandeceram essa minha enriquecedora trajetória.

O ciclo dia e noite é vivido por todos os grupos, mas tem, para cada um, sentido diferente. A noite pode ser um florescimento do social, uma intensificação do amor e da amizade que se expandem e brilham sem as peias da rotina diária. A noite pode ser um lapso de abandono e de medo (...) (Ecléa Bosi).

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	xi
LISTA DE FIGURAS	xii
LISTA DE TABELAS.....	xiii
LISTA DE SIGLAS	xiv
RESUMO	xvi
ABSTRACT	xvii
INTRODUÇÃO.....	01
<i>CAPÍTULO 1</i>	
MORADORES/AS E ASSENTADOS/AS: IDENTIDADES SÓCIO-HISTÓRICAS NO CONTEXTO AGRÁRIO BRASILEIRO	10
1. Moradores/as: condições sócio-históricas de um campesinato nos marcos das relações de patronagem-dependência	10
1.1 Sobre a categoria moradores/as na economia de <i>plantation</i>	10
1.2 Sobre a categoria moradores/as no sertão do gado	18
2. Sobre a categoria assentado/as: da denominação atribuída à identidade assumida.....	23
3. Centro do Designo: trajetórias, moradas e memórias	31
<i>CAPÍTULO 2</i>	
QUESTÃO AGRÁRIA E POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: DO REGIME MILITAR AO DEMOCRÁTICO	40
2.1. Política agrária: do Estatuto da Terra à Política de Assentamento do Novo Mundo Rural.....	40
2.1.1 Modernização agrícola, colonização e resistência dos movimentos pró-reforma agrária.....	40
2.1.2. Entre avanços e recuos: “Nova República”: redemocratização e o I Plano Nacional de Reforma Agrária	49
2.1.3. Os anos de 1990 e o “Novo Mundo Rural”	53
2.2. Questão agrária e Política Agrária no Piauí	61

2.3. A instituição do Assentamento Centro do Designo.....	71
CAPÍTULO 3	
TRAJETÓRIA SOCIAL E CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DE MORADOR/A A ASSENTADO/A: A PERSPECTIVA DOS SUJEITOS.....	80
3.1. Centro do Designo: lugar de moradas, trajetórias e memórias	80
3.2. Contexto, memórias e narrativas: moradores/as e as relações de patronagem-dependência	96
3.3. Jogando o jogo das identidades sócio-culturais. Assentados e assentadas: de identidades atribuídas a novos sujeitos na arena política	104
3.4. A implementação do assentamento, na visão de assentados e assentadas....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
BIBLIOGRAFIA	128
ANEXO	

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Assentamentos de famílias por períodos de governo	60
Quadro 2 – Calendário Anual de Atividades	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estado do Piauí – Localização Espacial do Município de Miguel Alves.....	32
Figura 2 – Município de Miguel Alves - Localização Espacial do Assentamento Centro do Designo	33
Figura 3 – Mapa Etnográfico - Propriedade Centro do Design.....	35
Figura 4 – Mapa Etnográfico - Assentamento Centro do Designo.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total - Piauí – 1960-1995.....	61
Tabela 2 – Projetos de assentamentos sob jurisdição do INCRA no Estado do Piauí Período: 1981 – 2002.....	68

LISTA DE SIGLAS

- APROFAD** – Associação dos Produtores Familiares da Região do Designo
- CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- CEPAC** – Centro - Piauiense de Ação Cultural
- CNS** – Conselho Nacional dos Seringueiros
- CONCLAT** – Congresso da Classe Trabalhadora
- CONCRAB** – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
- CONTAG** – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
- COMDEPI** – Companhia de Desenvolvimento do Piauí
- CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- FHC** – Fernando Henrique Cardoso
- FETAG** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí
- GECOSA** – Gervásio Costa S/A – Comércio Indústria e Agropecuária
- GETAT** – Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins
- INCRA** – Instituto de Colonização e Reforma Agrária
- INIC** – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
- INTERPI** – Instituto de Terras do Piauí
- MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens
- MEAF** – Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários
- MEPF** – Ministro Extraordinário de Política Fundiária
- MDA** - .Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MSTTR** - Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- NEAD** – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento
- ONG's** – Organização Não-governamentais
- PC do B** – Partido Comunista do Brasil
- PCB** – Partido Comunista Brasileiro
- PCPR** – Projeto de Combate a Pobreza Rural
- PDA** – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
- PDRI** – Projeto de Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba
- PDS** – Partido Democrático Social
- PFL** – Partido da Força Liberal
- PNRA** – Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano
PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSB – Partido Socialista Brasileiro
SEPLAN – Secretaria de Planejamento
SIPRA – Sistema de Informação dos Projetos da Reforma Agrária
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UDR – União Democrática Ruralista

RESUMO

A presente dissertação é resultado da análise da trajetória social de famílias camponesas que passaram da condição de moradoras à de assentadas, no município de Miguel Alves, no Estado do Piauí. Essas famílias através de sucessivas gerações, e desde o início do século XX, começaram a “ocupar” uma dada propriedade, conhecida atualmente como Centro do Designo, através do pedido de morada, constituindo, por décadas, relações sociais de patronagem-dependência, consolidadas sobretudo em diferentes práticas de submissão, a exemplo do pagamento da renda em produtos agrícolas e das regras da comercialização das amêndoas do babaçu. A transformação da propriedade em Assentamento pela política agrária federal em 1996, teve impacto considerável para essas famílias uma vez que novas regras de convivência foram estabelecidas, distintas das vivenciadas nas relações de patronagem-dependência. Surge, então, a identidade social de assentado/a que embora originada fora do espaço onde as assim designadas vivem, internalizou-se no imaginário daquelas pessoas através de uma interpelação que produziu múltiplos significados nas subjetividades, quer para o conjunto dos sujeitos nominados, quer para cada um deles. Trata-se de uma realidade que imprimiu uma dinâmica sócio-organizacional cujo foco predominante foi o coletivo, com os problemas dela decorrentes, oriundos da heterogeneidade das experiências. Ademais, criaram-se imagens que se mesclam com as de superação dos aspectos da submissão, anterior, com as famílias não estando mais submetidas às regras do proprietário, mas às da política de assentamento do INCRA, e com sua trajetória social, no Centro do Designo marcada por uma diversidade de tempos e significados sociais.

Palavras-chaves: assentamento – camponeses/as – identidades

ABSTRACT

The present dissertation is the result of the analysis of peasant families' social path that changed from a position of residents to that of settled ones, in the municipal district of Miguel Alves, in the State of Piauí. Those families through successive generations, and since the beginning of the XX century, began "to occupy" a given property, now known as "Centro do Designo", through requests for housing, constituting, for decades, social relationships of dependence on a boss, consolidated, above all in different submission practices, for example, the payment of the wages with agricultural products and the rules of commercialization of babassu nut. The transformation of the property in a settlement by the federal agrarian policy in 1996 had considerable impact for those families, in that new rules of coexistence were established, which were different from the ones lived in the dependence on a boss relationships. A new social identity appears then, that of a person who has been settled, which although originated outside of the space where the designated people live, was internalized in the imaginary of such people through an interpellation that produced multiples meanings in the subjectivities, be it to the group of the nominated subjects, be it to each one of them. It is a reality that inspired socio-organizational dynamics, whose predominant focus was the group, with the problems resulting from it, originating from the heterogeneity of experiences. In addition, images that mix with those of overcoming the aspects of previous submission were created, with families not being subject to the proprietor's rules, but to the rules of settlement policies by INCRA, and with their social path, in "Centro do Designo" marked by a diversity of times and social meanings.

Key-words: settlements – peasants – identities.

INTRODUÇÃO

A temática da questão agrária passou a ser foco de maior atenção da pesquisadora quando participou, em 1998, de uma “Capacitação em Apoio à Reforma Agrária”, promovido pelo INCRA/PNUD, no município de Barras, no Piauí. O evento, além de proporcionar a referida capacitação, constituía uma atividade de seleção de profissionais que pudessem prestar assessoria técnica às áreas de assentamento, ampliando, desse modo, as equipes técnicas do Lumiar, projeto do governo federal iniciado em 1997. Das pessoas selecionadas encontrava-se a pesquisadora que, juntamente com outras, formaram equipes. A atuação como técnica ocorreu em dois assentamentos do município de Miguel Alves, dentre eles o Centro do Designo.

De outubro de 1998 a abril de 2000 essa equipe técnica ficou com a atribuição de assessorar os processos de organização social no Assentamento, na perspectiva de construir, com as famílias assentadas, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). Durante esse período, a pesquisadora conheceu o modo de vida das famílias assentadas, a intervenção do INCRA, como órgão gestor da política de assentamentos do governo federal, participou de debates sobre questões relacionadas aos assentamentos no estado e, por fim, na convivência com as famílias, teve a percepção de que a implementação das ações da mencionada política alterou substancialmente a vida delas e do lugar, sendo muitos os dilemas e desafios enfrentados para conceber a terra como sua, depois de desapropriada. De fato, ali não se trata de um Assentamento que resultou de uma organização política ou de uma ocupação planejada, como tem acontecido com os assessorados pelo Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem-Terra (MST) ou de outras entidades que apóiam essa luta, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG-PI), mas decorreu de uma ocupação “espontânea”, que durou anos, com o consentimento do proprietário, apesar da imposição de regras para o estabelecimento da morada. Por décadas, viveram as famílias sob o domínio das gerações de proprietários, nesse mesmo espaço geográfico onde estiveram como agregadas, o governo interveio com a política de assentamento.

Depois de três anos de experiência como técnica do Projeto Lumiar, em 2003, como aluna do Mestrado em Políticas Públicas, despertou o interesse de voltar ao Assentamento, na condição de pesquisadora, para analisar a trajetória social das famílias que saíram da condição de moradoras para a de assentadas. Tal análise buscou compreender o processo de construção da história das famílias moradoras no vínculo com a/o proprietário/a e como essa história interferiu nas relações sociais das famílias assentadas, quando a terra não tem mais um/a proprietário/a e sim vários, regidos por regras institucionalizadas e materializadas com sua efetiva participação, no âmbito da política de assentamento.

A história das famílias, hoje assentadas, mereceu aprofundamento e reavivamento através da construção da memória, que alcança muitos anos atrás, quando ali chegaram para “pedir morada”. De fato, o Assentamento Centro do Designo se constitui de pessoas que fazem parte de várias gerações de moradores/as e de assentados/as. Convém inclusive lembrar que, nas sucessivas gerações, a história dessas famílias se insere no quadro mais amplo de um processo histórico brasileiro no qual a terra tem sido um bem que se apresenta, para diversos grupos sociais, como fonte de vida.

O acesso a esse bem tem sido, porém, um elemento de tensão social, devido à forma de apropriação pelos diferentes sujeitos, proprietários/as e não-proprietários/as. Como

não-proprietário/a, inclui-se o/a agregado/a, morador/a que, segundo Ferreira (1986), é o lavrador/a pobre estabelecido em terra alheia, mediante certas condições. Essa foi uma realidade que atravessou gerações e influenciou as relações sociais e a formação cultural das famílias no meio rural brasileiro, inclusive no caso aqui estudado.

A transformação da propriedade de um/a só dono/a para a de vários teve, assim, impacto considerável, pois as famílias do Centro do Designo saíram da condição de agregadas ou moradoras para a de assentadas. Nesse sentido, a (des)construção de relações sociais num contexto em que se estabeleceram novas regras de convivência, a partir de demandas institucionais do INCRA, marcou a vida das famílias e influenciou a sua prática no dia-a-dia, o que criou dinâmicas de organização social, produção agrícola individual e coletiva e de acesso e usufruto de bens e serviços públicos que interferiram ou interferem na emergência de novas identidades.

Compreender essa trajetória social e o processo de desconstrução e construção identitária, em toda sua complexidade e envolvimento das gerações, constituiu-se um grande desafio. O seu enfrentamento exigiu que se focalizasse o passado e o presente, as identidades que se construíram e as que se constroem, os dados que se afirmaram e os que se negam; as situações que permaneceram e as que alteraram o modo das famílias. Na verdade, guardadas as especificidades do Centro do Designo, o local empírico da pesquisa, espera-se que as reflexões e conclusões do presente estudo possam servir como referência para outros, de sorte que, quanto à relevância prática, contribua para o debate da própria gestão pública no campo da Política de Assentamento, quiçá, de uma política de reforma agrária.

Os primeiros momentos da pesquisa de campo no Assentamento aconteceram em março de 2004. Na oportunidade, as atividades iniciais foram as visitas a algumas famílias, em especial aquelas que exercem uma certa liderança no local, buscando-se informações

sobre a sua situação e o funcionamento do Assentamento, sempre explicando o motivo do “retorno” e explicitando a desvinculação da, agora, pesquisadora, com o INCRA, porque, durante dois anos, a marca que se carregou foi a do vínculo com essa instituição. Na circunstância da pesquisa era importante deixar evidenciado o novo objetivo da presença em campo.

No segundo momento, depois que estava claro o significado da presença da pesquisadora no Assentamento, articulou-se uma reunião com um grupo, dentro do qual havia algumas lideranças e diretores da associação, com o objetivo de informar sobre a pesquisa e sensibilizar os/as assentados/as para participarem do processo de investigação, bem como definir quem nela se envolveria. Durante a reunião, o grupo demonstrou compreensão e abertura para dela participar, chegando uma das pessoas a dizer que essa “era a oportunidade de ser registrada a história do lugar, que os mais novos desconhecem”. Foram, então, listados os nomes de 19 pessoas¹ para compor o grupo de entrevistados/as, na verdade os sujeitos principais da pesquisa.

Esse momento de aproximação com a realidade empírica e de maior clareza do objeto de pesquisa não deixou de se apresentar como um desafio, embora se registre que o conhecimento de parte da dinâmica do assentamento e as relações de confiança e amizade, construídas ao longo dos dois anos como técnica do Lumiar, foram elementos facilitadores da pesquisa, o que requereu cuidadosa vigilância para ver-se a realidade, agora, sob a lente de pesquisadora. Aliás, considerando-se que a pesquisa tem natureza qualitativa, o grupo abordado não foi enquadrado no critério probabilístico, não sendo, assim, uma amostra representativa do ponto de vista estatístico. Nesse sentido, a representatividade é atribuída ao indivíduo pelo fato de ser ele que detém uma imagem da cultura à qual pertence (MICHELAT, 1987).

¹ No decorrer das entrevistas, uma pessoa foi substituída porque adoeceu e, até o final dos trabalhos de campo, não se achava em condições de participar.

Os momentos de contatos mais intensos com os assentados/as ocorreram nos meses de novembro e dezembro de 2004, todos em finais de semana, aos sábados e domingos, dias nos quais as pessoas, mais se encontravam em casa para participar das entrevistas sendo, ao mesmo tempo, uma oportunidade de realização de observações participantes (CICOUREL, 1990, FOOTE-WHYTE, 1990) e das visitas informais, atividade importante no processo de entrar em contato e realizar análise da realidade. Essas conversas informais foram registradas no Diário de Campo (BRANDÃO, 1982,) e contribuíram para enriquecer as informações empíricas.

No que se refere ao cumprimento das agendas com as pessoas diretamente envolvidas na pesquisa, não houve grandes dificuldades, apesar de, em um caso ou outro, ser necessário mais de um contato para que ocorresse a entrevista, o que é normal nesse tipo de processo. Importando registrar que, durante os contatos, a maioria das pessoas se mostrou receptiva e aberta a prestar as informações que a pesquisa exigia.

Nas entrevistas, vivenciou-se um tempo diferenciado com cada pessoa. Isso se atribui à experiência de vida que cada uma acumulou e o nível de compreensão da realidade do lugar, de modo que algumas se limitaram a responder ao que se perguntava, enquanto outras enriqueceram a conversa com mais informações, falando de situações que, direta ou indiretamente, se vinculavam à temática abordada.

Em todo o período da pesquisa, isto é, das vezes em que a pesquisadora se deslocou, foi necessário pernoitar no assentamento. Sentiu-se, então, o acolhimento indireto de muitas famílias, apesar de concretamente, ter sido recebida, todas as vezes, por uma mesma, em cuja casa morava apenas um casal de idosos. Durante a permanência nessa casa, à noite se juntava um grupo para conversar assuntos diversos, o que se constituiu em momentos importantes para a ampliação do conhecimento da realidade investigada.

Para maior apreensão e configuração dessa realidade, as entrevistas semi-estruturadas, a observação participante e o diário de campo foram instrumentais utilizados e que tiveram grande importância metodológica. A materialidade desses instrumentos se traduziu em momentos nos quais se entrou "na singularidade da história de uma vida", com o objetivo de "compreender ao mesmo tempo na sua unicidade e generalidade os dramas de uma existência" (BOURDIEU, 1997, p. 701). No que refere às entrevistas, foi utilizado um guia orientador de questões, que tinha por base os objetivos da pesquisa, para que se pudesse estabelecer um diálogo mais consistente com as pessoas investigadas, procurando-se, nesse diálogo, evitar ao máximo, da parte da pesquisadora, a prerrogativa da fala, por entender que esta era prioridade dos/as entrevistados/as. Isto, no entanto, não significa escamotear o papel conscientemente condutor da pesquisadora no ato da pesquisa. Simplesmente tratou-se de procurar transformar o momento da entrevista em uma oportunidade de dar voz ao/as entrevistados/as. Além disso, outra situação vivenciada foi a flexibilidade durante a conversa, caso em que, mesmo presente o roteiro orientador das questões, entendia-se que as pessoas tinham a própria lógica narrativa, por vezes diferente da encaminhada pela pesquisadora.,

O Diário de Campo foi outro grande aporte, pois as anotações de fatos do cotidiano das pessoas envolvidas, de comentários observados e de reflexões ocorridas durante o trabalho se mostraram relevantes para a análise da realidade. Como dito por Brandão (1982), os escritos do diário descrevem situações, lugares, objetos e maneiras de sentir as pessoas, de modo que este cumpre a função essencial de vincular a observação ao registro e à análise.

No que tange às fontes documentais, o estudo ocorreu junto a órgãos oficiais, principalmente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – Superintendência Regional do Piauí, o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), a Companhia

de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI) e o Arquivo Público “Casa Anísio Brito”. Neles se buscaram informações que ajudaram na análise, apesar das dificuldades encontradas, porque parte desses órgãos apresentam registros insuficientes, não sistematizados e incompletos, exigindo da pesquisadora a construção das informações a partir de conversas com funcionários/as.

Vale registrar que as falas expressas, através das narrativas e incorporadas ao texto da dissertação não estão identificadas. É que, no trabalho de campo, algumas pessoas demonstraram resistência para serem identificadas, umas não apresentaram com clareza o motivo e outras, não o quiseram expressar. O fato, naquele momento, não chamou a atenção, portanto, não se transformou em questão para se analisar. Nesse sentido, tomou-se a decisão de utilizar somente as iniciais do nome de todos/as entrevistados/as.

As análises contidas nessa dissertação e decorrentes dos procedimentos descritos estão organizadas em três capítulos. O capítulo 1 trata das identidades dos/as moradores/as e assentados/as no contexto agrário brasileiro. No que se refere à primeira, analisar-se-á o contexto desde o Brasil Colônia, destacando os cenários do Brasil crioulo e sertanejo (RIBEIRO, 1995), onde as relações sócio-econômicas, culturais e políticas construídas entre proprietários/as e não-proprietários/as de terras (morador/a, agregado/a, sitiantes, etc) podem ser definidas como de patronagem-dependência (FORMAN, 1979), na qual a moradia se constituía na primeira regra de imposição do dono. Já a de assentado/a é identidade contemporânea, que emergiu nos anos de 1980, como resultado da intervenção governamental no sentido de responder aos problemas ligados à luta pela terra. No Centro do Designo, local de realização da pesquisa, as famílias hoje assentadas viveram muitos anos na condição de moradoras, submetidas a todas as regras do/a proprietário/a. Considerando-se que morador/a é uma identidade construída historicamente, a de assentado/a, embora atribuída por força

institucional, teve na interpelação (WOODWARD, 2000) um mecanismo que faz que as famílias se reconheçam e assumam posições de sujeitos. Aliás, como na luta política ocorre o reconhecimento das identidades (WOODWARD, 2000), no capítulo 1 se mostrará de que modo as famílias transformaram a dimensão somente técnica atribuída pelo INCRA em estratégias políticas, no processo mesmo de estabelecimento das relações internas e externas (institucionais).

O capítulo 2 aborda a temática da reforma agrária, mostrando como os governos do regime militar ao democrático a trataram. Esses apresentaram o Estatuto da Terra, o qual se constituiu num instrumento de poder que serviu de base legal para “implementar a reforma agrária”, na prática restrita à execução dos projetos de colonização e regularização fundiária, ficando, assim, a questão agrária como uma questão militar (MARTINS, 1985). No regime democrático, no caso específico do primeiro governo (José Sarney), implementou-se o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), que propiciou debates divergentes no interior das forças progressistas e a rejeição pelos/as grandes proprietários/as de terras. Nos anos de 1990, será mostrada a prática do governo Fernando Henrique Cardoso, enfocando a política de assentamentos, voltada para o enfrentamento da questão agrária pela implementação de diferentes projetos, condizentes com o caráter neoliberal das ações governamentais.

O capítulo 3 traz a forte marca das narrativas. Através delas, construíram-se análises com o fim de compreender a “trajetória social e construções identitárias de morador/a a assentado/a”. Nesse contexto, a trajetória das famílias se vê marcada por acontecimentos singulares, que exibem algo em comum: a busca por terra para morar e dela retirar o sustento. Serão, nesse último capítulo, mostradas as situações determinantes a construção de relações sociais de submissão e dependência entre o/a proprietário/a e as famílias moradoras, introjetadas, por muitas décadas, como algo natural. Nessa perspectiva, será analisada como,

ao longo de sua trajetória, os/as assentados/as construíram suas estratégias na nova dinâmica sócio- organizacional em que a dimensão coletiva é majoritária e os conflitos dela emergentes integram o processo de implantação do Assentamento Centro do Designo.

Nessa perspectiva analítica, a experiência do Centro do Designo é abordada na sua dinâmica, construindo realidades díspares e singulares, evidenciadas, sobretudo no âmbito das famílias assentadas, emergindo, contudo, os dramas individuais e coletivos que move(ra)m de forma intensiva o seu dia-a-dia. Nesse modo, ter chegado, ao final desse estudo, a um conjunto de reflexões a respeito de eventos que marcaram a trajetória dos sujeitos abordados pela pesquisa e, com essas reflexões poder contribuir no avanço da compreensão de questões objetivas e subjetivas que permeiam o “mundo dos assentamentos”, é, no mínimo, algo que se espera de estudos como esse.

CAPÍTULO 1

MORADORES/AS E ASSENTADOS/AS²: IDENTIDADES SÓCIO-HISTÓRICAS NO CONTEXTO AGRÁRIO BRASILEIRO

1. Moradores/as: condições sócio-históricas de um campesinato nos marcos das relações de patronagem-dependência

1.1. Sobre a categoria moradores/as na economia de *plantation*

É necessário, para compreender a trajetória das famílias que vivem na condição de assentadas da política de “reforma agrária” no Centro do Designo, contextualizar histórica e teoricamente a figura do/a morador/a no processo de desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira em seus desdobramentos desde o Brasil Colônia. Referir a esse contexto é mostrar que as experiências construídas pelas famílias do Assentamento Centro do Designo na relação com proprietários/as da terra estão articuladas ao processo mais amplo da história social do campesinato³ brasileiro, em particular do nordestino e do piauiense do sertão do gado.

² Considerando que, na língua portuguesa, predominam os termos no gênero masculino, com a justificativa de que atendem ao feminino, as reflexões contidas nessa dissertação não seguiram, tanto quanto possível, a essa regra gramatical. Optou-se pela incorporação da dimensão de gênero em todo o texto, exigindo que os termos no feminino sejam também explicitados. Tem-se, por isso, consciência de que, em algumas construções, os dois termos talvez não fiquem esteticamente bem empregados.

³ Nesse contexto, trata-se de pessoas, numa determinada realidade, cujo modo de vida, para ser analisado, conforme Godoi (1979) e Moraes (2000), requer o conhecimento de suas práticas, permeadas pelo universo simbólico, categorias e regras mediante as quais pensam e vivem sua existência. Para Godoi (1979), o pensar e o agir dessas pessoas estão inscritos nas condições sociais e historicamente situados e funcionam em um nível mais profundo do que a realidade aparenta ser de imediato. Outro aspecto importante destaca Woortmann (1990) ao afirmar que terra, família e trabalho são categorias comuns à sociedade camponesa. Tais categorias possuem fortes relações entre si, e uma não existe sem a outra. Por isso, nas culturas camponesas não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho e da mesma forma, não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Para o autor, as categorias referidas se vinculam a valores e princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia, na constituição de um *homo moralis*.

Com efeito, a categoria moradores/as tem raízes profundas na história do Brasil colonial, principalmente no Nordeste. Trata-se de uma história marcada pelo latifúndio⁴ – fundada no sistema de sesmarias, adotado pela Coroa Portuguesa – e pela economia açucareira, sustentada pelos engenhos e fazendas, com o predomínio da mão-de-obra escrava quando da abolição da escravatura, por trabalhadores/as livres.

Darcy Ribeiro, ao analisar a formação do povo brasileiro, construiu cenários regionais nos quais apresentou aspectos e situações que caracterizam a história da época colonial, dentre esses os dos Brasis crioulo e sertanejo. Para Ribeiro (1995), o Brasil crioulo corresponde à faixa do litoral do Nordeste que vai do Rio Grande do Norte à Bahia e tem a marca da implantação, a partir do século XVI, dos engenhos de açúcar, configurando o sistema de *plantation*, com sua monocultura de grande extensão de terra voltada para a exportação.

Prevaleceram originalmente, para o desenvolvimento dessa economia, a mão-de-obra escrava africana e o domínio do/a senhor/a de engenho, o que durou quatro séculos. A mudança para o trabalho com mão-de-obra livre, provocou, segundo Forman (1979), pouca alteração nas relações estruturais no campo brasileiro, uma vez que a situação das pessoas livres⁵, que Ribeiro (1995) denominou agregadas dos engenhos e das fazendas, já existia antes mesmo da abolição da escravatura. Assumiam elas tanto o papel de dinamizadores do comércio interno, com as culturas de subsistência necessárias à manutenção das fazendas

⁴ De acordo com o Estatuto da Terra, latifúndio é o imóvel rural que exceda os limites máximos de seiscentas vezes o módulo médio da propriedade rural e seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais numa determinada região, considerando as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine. Guimarães (1989), ao discutir a estrutura agrária brasileira no século XX, conceitua latifúndio como as unidades agropecuárias de grandes extensões de terras, exploradas exclusiva ou predominantemente pelo trabalho do núcleo familiar, como a propriedade camponesa, ou exclusiva ou predominantemente pelo trabalho assalariado, como a propriedade do tipo capitalista. Em se tratando da propriedade latifundiária, o autor a define como aquela cujas dimensões excedem à capacidade média de recursos de capital de que dispõem os empresários e que devido a isso, mantém inexploradas ou incultas grandes parcelas do estabelecimento. Essa incapacidade dos latifundiários de explorar as áreas que detêm os levam a recorrer a práticas extensivas para obter a renda agrária, seja através de uma agricultura pobre e atrasada, seja de uma pecuária rotineira e primitiva.

⁵ Essa categoria Forman (1979) e Palácios (1987) afirmam ser os/as agregados/as a população camponesa que existia, no Brasil, desde os primórdios do período colonial.

monocultoras e das vilas, quanto se aliavam aos proprietários/as na repressão aos escravos/as, de sorte a se instalar nos interstícios das grandes fazendas ou no entorno, como moradores/as, o que perdura até os dias atuais. Palácios (1987) a esse conjunto denomina “cultivadores pobres livres” do Nordeste, corroborando a tese de que, com a abolição da escravatura, cresceu, na sociedade brasileira, o número já existente de pobres livres, muitos deles ex-escravos/as que não conseguiram viver fora das fazendas, engrossando as fileiras do campesinato brasileiro na era pós-abolição.

Essas condições tornaram o negro mais resignado com seu destino, agora melhorado pela assunção à dignidade de ser humano e ainda mais indoutrinável a uma concepção do mundo que explica a ordem social como sagrada, e a riqueza do rico e a pobreza do pobre como destinações inapeláveis (RIBEIRO, 1995, p. 302).

Essa situação foi determinante para o processo de formação de uma população residente nas áreas dos próprios engenhos, constituindo-se como mão-de-obra necessária ao seu funcionamento. Marcou ela, historicamente, desde a abolição da escravatura até hoje, o contexto do Brasil crioulo (RIBEIRO, 1995).

Os/as moradoras, representa(va)m a força de trabalho mais significativa dos proprietários/as de engenhos, tanto que, além de cuidarem do plantio das áreas da cana-de-açúcar, assumiam outras tarefas necessárias ao funcionamento dessas unidade de produção. Aliás, a condição de moradores/as dos engenhos favoreceu a construção de relações nas quais estavam presentes as concessões dos proprietários/as e a contrapartida dos/as moradores/as e de suas famílias. Lígia Sigaud lembra que já na metade do século XX,

ao tornar-se morador de um engenho, (...) o trabalhador recebe como concessão do proprietário uma casa e a possibilidade de trabalhar em troca de alguma remuneração, bem como acesso a um pedaço de terra para cultivar produtos de subsistência, o acesso do barracão da propriedade, onde podia se abastecer daquilo que não produzia, quer porque não pudesse, quer porque fosse impedido pelo proprietário, e ainda o acesso aos rios e matos do engenho, que lhe garantia a água e a lenha (SIGAUD, 1979, p. 34).

Por essas concessões, o compromisso dos/as moradores/as era o de pôr a força de

trabalho e a da família à inteira disposição dos/as proprietários/as, sem contrato formal entre as partes, sendo que o descumprimento das regras provocava o rompimento das relações. Nessas, a moradia tinha um grande significado, haja vista que, por meio dela, materializavam-se as condições impostas pelo/a proprietário/a, de modo que, numa ruptura, a sua retomada foi e é a primeira atitude. Nesse sentido, as relações sócio-econômicas, culturais e políticas ancestrais entre proprietários/as e não-proprietários/as no Brasil podem ser vistas, segundo Forman (1979), como de patronagem-dependência, decorrentes de um processo de colonização que deixou como marca a concentração da terra, da riqueza e do poder.

No Centro do Designo, as relações aparecem como semelhantes às analisadas por Forman (1979). Segundo o autor, são elas alimentadas por um conjunto de proposições ligadas à submissão, à autoridade e à obrigação exercidas sobre os/as camponeses/as, reforçadas por idéias, principalmente religiosas, que se transformam em sustentáculos ideológicos, de modo que “a relação patrão-dependente reafirma, legitima e justifica a autoridade da classe proprietária como um grupo, apesar da fluidez do vínculo contratual entre díades individuais” (FORMAN, 1979, p. 111).

Herdadas do contexto dos Brasis crioulo e sertanejo, as relações de patronagem-dependência forneceram, em especial no Piauí, as bases para a vida dos/as sertanejos/as que, em diferentes conjunturas sócio-políticas e econômicas, desempenharam variados papéis no sistema produtivo. É que as condições a que as famílias foram submetidas muitas vezes as impediram de se organizar politicamente, em contraponto à dependência ao proprietário/a de terras. Com efeito, o patrão ou patroa espera(va) dos/as moradores/as, além do cumprimento de obrigações, desde serviços prestados até o pagamento de dívidas oriundas de contratos, a lealdade, a obediência e a confiança. Nessa condição, a palavra é lei e qualquer manifestação contrária motiva a ruptura da relação e, até quando não há explicação consistente, recorre a

patronagem, a Deus, à lei ou, como último recurso, à força dos capangas (FORMAN,1979).

Nesse contexto, as relações entre proprietários/as e moradores/as, construídas ao longo da história de colonização do Brasil, em particular no Piauí, tiveram como base de sustentação o contrato verbal, na verdade um “trato” que ambas as partes assumem e do qual “(...) derivam os votos, as promessas, mediante a observância de compromissos e fidelidades” (BRANDÃO, 1983, p. 202). Os “tratos” revelam, em princípio, compromissos assumidos entre pessoas conhecidas entre si e na região, sendo-lhes os termos consagrados pelo direito costumeiro do lugar, no sentido de que a prática faz a norma. Como dito por Martins (2002), nesse campo se institui a “cultura do trato” e, com ela, as condições sociais que propiciam e facilitam o recrutamento da força de trabalho.

Como o acesso do/a morador/a à fazenda ou à propriedade ocorria com o pedido de morada, Moura (1988) recorda que a relação de dominação que daí emerge implica estar o/a morador/a “permanentemente disponível para atender chamados seus [dos/as proprietários/as], dentro e fora da esfera dos denominados ‘típicos de fazenda’” (MOURA, 1988, p. 82). Observa a autora que, embora o/a morador/a seja pessoa livre, estar todo o tempo à disposição do/a fazendeiro/a retira-lhe, de fato, a liberdade.

Tais reflexões têm importância decisiva para a compreensão de que, na fase seguinte do desenvolvimento da economia do Piauí, a do extrativismo⁶, que iniciou em 1897,

⁶ Nessa fase, em que o Piauí sofreu com a perda de espaço no mercado para a atividade da pecuária, os produtos extrativistas - borracha de maniçoba, cera de carnaúba e babaçu – dão à economia do Estado novos impulsos, favorecendo-lhe o retorno ao mercado internacional. Segundo Queiroz (1998), a exploração de maniçobais no Piauí ocorreu a partir de 1897, época em que a população foi incentivada pelas empresas interessadas em comercializar o produto a cultivar novas áreas de maniçobais e extrair o látex. Como as regiões que compõem o Estado do Piauí não são homogêneas, o extrativismo vegetal obedeceu a essa característica, desenvolvendo-se, assim, em áreas mais apropriadas a cada tipo de planta. O coco babaçu é típico das zonas do Médio e Baixo Parnaíba, com uma produção estadual de mais de 80% (BASTOS, 1994), ocupando uma área de aproximadamente 19.800 km², que abrange um total de 33 municípios, destacando-se, dentre estes, Teresina, União, Barras, Miguel Alves e Matias Olímpio. No que se refere à influência que a economia piauiense teve com o extrativismo, Queiroz (1998) indica que as primeiras exportações das amêndoas datam de 1941, tendo como mercado consumidor a Alemanha. Contudo, no contexto da Primeira Guerra Mundial, a atividade de exportação ficou restrita ao mercado interno nacional e a sua volta ao externo se deu no pós-guerra, com a ampliação para outros mercados consumidores, como, Holanda, Portugal, Dinamarca, França e Estados Unidos.

a mão-de-obra que o sustentou e produziu a riqueza da época era basicamente a mesma do sistema pastoril: contingentes de moradores/as das grandes fazendas ou que habitavam seus interstícios. De fato, Martins et al (2002) comentam que a extração do látex da maniçoba atraiu trabalhadores/as de outras regiões, mas não se configurou como processo migratório significativo.

No que tange às condições de sobrevivência e reprodução social das famílias camponesas do Centro do Designo, em pleno século XX as pessoas agregadas foram ali, durante muitos anos, submetidas ao pagamento da renda, em produtos agrícolas, pelo cultivo das roças, além da comercialização das amêndoas do babaçu, numa situação assemelhada à que os/as moradores/as dos sítios viveram, nas economias açucareira e pastoril. As relações do/a proprietário/a com os/as agregados/as eram mediadas pela figura do “encarregado”, esta uma pessoa da confiança do/a proprietário/a ou do/a arrendatário/a, a qual passava a morar na área com a atribuição principal de gerenciar os negócios e agir em defesa dos interesses de ambos, proprietário/a e arrendatário/a. As famílias agregadas viviam sob “condição”, o que significa que a falta de liberdade e a obediência eram atributos presentes no cotidiano. Essa “condição” era, segundo Andrade (1984), diretamente relacionada à sujeição que, por sua vez, representava as imposições do/a proprietário/a não só ao uso da terra e à forma de pagamento, mas também a todas as demais regras acerca das roças, casas e criação de animais. Assim, os/as agregados/as

nascem, vivem e morrem confinados em terras alheias, cuidando do gado, de casas, de cercados e de lavoura que têm donos ciosos. O próprio rancho miserável em que vivem com suas famílias, construído por eles próprios com barros e palhas do campo, não lhes pertence. Nada os estimula a melhorá-lo e o proprietário não os outorga a enriquecê-lo com o plantio de fruteiras ou com a criação de animais de terreiros, para que não faça jus à indenização no momento em que devam ser despedidos (RIBEIRO, 1995, p. 361).

A respeito das relações de moradia e das lutas políticas correlatas, destaca-se a pesquisa de Sigaud (1979), que buscou compreender o processo de ruptura das pessoas moradoras da Zona da Mata, em Pernambuco, na década de 1950, na passagem para a condição de trabalhadoras residentes na cidade. Na época, eles/as abandonaram os engenhos e foram para as cidades da região, havendo como conseqüência disso o rompimento das relações tradicionais e a emergência de novas relações no campo.

Sigaud (1979) categoriza como cativo a forma como os/as moradores/as viviam nos engenhos, pois “o trabalhador está sempre à disposição do proprietário, é *sujeito* a ele e, portanto, *obrigado* a trabalhar no serviço da cana a qualquer momento e em quaisquer condições, independentemente de sua vontade” (SIGAUD, 1979, p. 205)⁷. Assim, a sujeição e a obrigação se inscrevem como elementos constitutivos da moradia, a qual, por muitas décadas, foi construída na relação entre morador/a e proprietário/a e tem, no caldo cultural de patronagem-dependência, fortes interferências no imaginário das famílias nordestinas. Naquele contexto, além desse tipo de morador/a, que mantinha uma relação direta com os/as proprietários/as de engenhos, existia o/a foreiro/a⁸, que morava em sítios, fora dos engenhos, pagando renda pela terra que ocupava e era obrigado/a a oferecer serviços gratuitos ao proprietário/a em época de safra, denominados cambão⁹.

A partir da década de 1950 e início da de 1960, expressivas mudanças ocorreram nas áreas dos engenhos. O Brasil iniciava o processo de modernização no campo¹⁰, quando a agricultura se integrava à dinâmica industrial de produção, com ênfase no crédito subsidiado, e se instaurava no país um modelo de desenvolvimento conhecido, nos anos de 1970, como “milagre econômico”. A terra passa a ser instrumento do capital e a agricultura a se integrar

⁷ Os termos em itálico encontram-se na citação da autora, no original.

⁸ Foreiro/a é um/a morador/a cuja situação, segundo Sigaud (1979), se apresentava mais independente que a do/a morador/a típico.

⁹ Cambão refere o serviço de vinte dias de trabalho por ano prestado pelo/a foreiro/a ao proprietário/a.

¹⁰ A modernização agrícola acentuou a concentração da propriedade da terra, afetando as relações de produção no campo. O uso da mecanização exigiu menos mão-de-obra e provocou o êxodo rural (MARTINE, 1991), numa realidade intensamente vivida pelas famílias moradoras dos engenhos.

na dinâmica industrial de produção, situação que interferiu fortemente no modo de vida de moradores/as e donos/as de engenho, reconfigurando a relação entre capital e trabalho por meio de um contrato de compra e venda da força de trabalho em que trabalhadores/as ficavam à disposição do/a dono/a de engenho de acordo com as condições estabelecidas pelas leis trabalhistas.

Conforme Sigaud (1979), a instalação das usinas favoreceu o aumento da produção, a qual elevou a demanda por força de trabalho, exigindo dos/as proprietários/s a ampliação da área de cultivo da cana e, por conseguinte, a intensificação do arrendamento das terras dos/as foreiros/as. Tais mudanças desencadearam ações de resistência dos/as moradores/as, instaurando-se um processo de mobilização e organização das pessoas foreiras, motivadas pelo elevado preço do foro e a alteração dos dias de cambão, o que interferiu diretamente na relação entre moradores/as e proprietários/as de engenhos. Esse processo levou à organização das Ligas Camponesas¹¹, movimento que nasceu, em 1954, na Zona da Mata nordestina, com grande contribuição na organização do movimento sindical rural, envolvendo diferentes categorias de trabalhadores/as, como moradores/as, foreiros/as, pequenos/as proprietários/as e arrendatários/as.

Foge aos objetivos desta pesquisa aprofundar a análise desse movimento social, mas a referência a ele é necessária para que se compreendam os momentos históricos nos quais diferentes categorias de trabalhadores/as ensejaram a luta pela terra. O poder de organização das Ligas Camponesas levou à sua expansão, sobretudo nos estados do Nordeste, sendo que o final da década de 1950 e o início da de 1960 marcaram-lhe respectivamente a

¹¹ O movimento das Ligas Camponesas teve como causa as mudanças nas relações entre trabalhadores/as e proprietários/as de terras, sobretudo com os aumentos abusivos do foro e o corte das áreas em que alguns trabalhadores de engenhos realizavam o plantio de alimentos. O conflito teve início no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão – PE, em torno de questões que ameaçaram a extinção dos/as foreiros/as. A luta se expandiu regionalmente e transformou-se em fato político nacional pelas sucessivas mobilizações dos/as trabalhadores/as, com destaque à marcha, aos comícios, aos congressos (MEDEIROS, 2003, BASTOS, 1984).

história, com a desapropriação do Engenho Galiléia¹² e o lançamento da Campanha pela Reforma Agrária, em setembro de 1961, na verdade a primeira proclamação do movimento em âmbito nacional. Essa posição tornou-se hegemônica no 1º Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil, realizado em novembro do mesmo ano (BASTOS, 1984).

Segundo Sigaud (1979), as Ligas Camponesas visavam, num primeiro momento, a apenas impedir que os/as proprietários/as elevassem o preço do foro, expulsassem foreiros/as e alterassem os dias de cambão, mas, num segundo, assumiram uma posição mais ofensiva, postulando, através de ocupações de engenhos, uma redefinição dos próprios conceitos de propriedade da terra.

1.2. Sobre a categoria moradores/as no sertão do gado

A ocupação do sertão do gado, denominada por Ribeiro (1995) ocupação sertaneja, compreende uma vasta região do interior brasileiro que corresponde, segundo este autor, às áreas ecológicas de agreste, caatinga e cerrado, marcadas pelo desenvolvimento de atividades econômicas pastoris em grandes fazendas de gado *vacum*. Esta vasta região, assim como aquela ocupada pela *plantation*, também não prescindiu do sistema de morada. A base de sustentação do mercado e da vida do sertão eram a carne e o couro do gado, fornecidos numa situação histórica que João Capistrano de Abreu chamou de “época do couro”:

De couro era a porta das cabanas,...; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, (...), a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, (...); em couro pisava-se tabaco para o nariz (ABREU, 1954, p.127).

Naquele cenário, as relações sociais do/a proprietário/a do gado com quem das terras cuidava, o vaqueiro, foram sendo construídas com base na pecuária, que exigiu grandes extensões, na época pertencentes à Coroa e concedida aos merecedores de favor real, através

¹² Segundo Bastos (1984), a desapropriação de Galiléia ocorreu por projeto de lei, que criou a Companhia de Revenda e Colonização (CRC), com a função de organizar a distribuição de terras e a exploração agrícola.

de sesmarias (RIBEIRO, 1995). Bastava para ganhar a terra, possuir o gado, ou, ainda, nos marcos do sertanismo de contrato, participar do extermínio da população indígena no sertão (BRANDÃO, 1999, MACHADO, 2002).

O período de ocupação do sertão com a pecuária favoreceu o aparecimento, por um lado, da figura do sesmeiro, que se beneficiou das concessões da Coroa, com títulos de grandes extensões de terras e, por outro, de um grande número de posseiros/as sem-terra, sem título sesmarial e sem autorização para a instalação de uma fazenda. Na época, a concessão de terra tinha, como primeira condição, a posse do rebanho e, como segunda, o merecimento de favor real, de sorte que “a expansão do pastoreio se fazia pela multiplicação e dispersão dos currais, dependendo da posse do rebanho e do domínio das terras de criação” (RIBEIRO, 1995, p. 341).

No sistema pastoril, surge um segmento social importante, além do vaqueiro – a quem o fazendeiro delegava a responsabilidade de administrar a fazenda e cuidar do rebanho: as pessoas livres de baixo poder aquisitivo, considerado o grupo mais numeroso. Nesse grupo, entre os que desempenhavam atividades agrícolas, encontravam-se agregados/as e moradores/as sem-terra, na verdade contingentes populacionais bastante significativos, sendo que essas pessoas, para residirem nas grandes propriedades, necessitavam da autorização verbal do/a proprietário/a (FAORO, 1996). A relação de dependência dos/as moradores/as para com o/a proprietário/a se iniciava no momento em que aqueles/as fixavam moradia na propriedade, condição estendida a toda a família. “Ser agregado em um latifúndio significava segurança frente às diferentes formas de perigos a que estavam sujeitos os pobres e desvalidos da sociedade” (COSTA FILHO, 2000, p. 41)¹³. Assim, estabelecia-se um campesinato de

¹³ Como lembra Ribeiro (1995) sob condições de domínio despótico, as relações dos/as sertanejos/as com seu patronato revestidas do maior respeito, deferência, prestimosidade, lealdade pessoal e política, temerosos de que qualquer atitude “negativa” os tornem malvistas e desgarrados, sem patrão e senhor que os proteja dos arbítrios, inclusive, da polícia, do juiz, do cobrador de impostos, do recrutamento militar. Sem patrão, se tornam foras-da-lei.

morada, nos marcos das relações de patronagem-dependência, que se disseminaria pelo sertão do gado.

No Piauí, como nas outras províncias, predominava esse sistema. Aliás, o Piauí surge, historicamente, dos caminhos do gado (ABREU, 1954, PORTO, 1974), com as fazendas instaladas de forma dispersa, em áreas bastante extensas e entregues à administração dos vaqueiros¹⁴, aos quais Porto (1974) denominava de “vigias dos rebanhos de gado” porque as condições impediam qualquer espécie de assistência mais efetiva. Mesmo assim, os vaqueiros investiam um certo tempo na atividade pastoril, sobretudo no período da parição das vacas, devido aos cuidados que requeriam, ao aproveitamento do leite e derivados, mas, sobretudo ao sistema de partilha, baseado na quarta, que lhes garantia a “semente de gado”. Ademais, apesar da importância do vaqueiro no processo de produção da riqueza das províncias e na consolidação do poder político local, a importância dele se limitava à área da fazenda que administrava e à relação pessoal com o/a fazendeiro/a (COSTA FILHO, 2000).

Dada a exigência de grandes extensões de terras na atividade pastoril, ocorria o isolamento dos agrupamentos humanos, em especial dos vaqueiros, que viviam nas fazendas espalhadas pelo sertão, o que, no entanto, não os impediam de encontrar formas de experimentar formas de sociabilidade.

A necessidade de recuperar e apartar o gado alçado nos campos ensejava formas de cooperação como as vaquejadas, que se tornavam prélios de habilidades entre os vaqueiros, acabando, às vezes, por transformar-se em festas regionais (RIBEIRO, 1995, p.344).

Isso não se diferenciava do que ocorria com os/as moradores/as na região canavieira, cujas relações de sociabilidade, com cunho mais festivo, se davam, segundo Sigaud (1979), somente entre as famílias que viviam no arruado, mas sob a égide do/a senhor/a de engenho.

¹⁴ É relevante registrar que nos primeiros momentos do processo de ocupação do espaço com a atividade pastoril na época colonial, existiam os/as proprietários/as absenteístas, que residiam em Portugal ou em outras Capitâneas (Ceará, Pernambuco, Bahia, Maranhão). Viviam de renda proveniente dos currais e do arrendamento de terras, cuja administração da fazenda ficava a cargo dos vaqueiros (BRANDÃO, 1999).

Um elemento importante, destacado por Ribeiro (1995), foi a capacidade de atração, pela atividade pastoril (que exigia pouco capital, requeria mão-de-obra não especializada e fincava expectativas de transformar vaqueiros em criadores) da população branca e pobre e de mestiços das áreas litorâneas. “Por tudo isso, muitos mestiços devem ter-se dirigido ao pastoreio, como vaqueiros e ajudantes, na esperança de um dia se fazerem criadores” (RIBEIRO, 1995, p. 343). Ademais, a forma de remuneração dos vaqueiros pelos serviços prestados possibilitava-lhes formar o próprio rebanho, através do sistema da quarta, que consistia em que a cada quatro crias uma era destinada a ele (ABREU, 1954, RIBEIRO, 1995).

Igualmente relevante na composição daquele cenário foram os freqüentes conflitos ocorridos, no processo de instalação dos currais, entre índios/as e fazendeiros/as-exploradores/as. No caso específico do Piauí, a historiografia registra que foram dizimadas as tribos indígenas, para que se desocupasse o espaço para o gado.

As nações indígenas que habitavam os vales férteis dos rios formadores das bacias hidrográficas parnaibana foram exterminados pelos fazendeiros-exploradores, que promoveram a destruição das aldeias para viabilizar a instalação das fazendas-criatório de bois e cavalo (...) (MACHADO, 2002, p. 15).

Aliadas à atividade pastoril, desenvolveram-se outras, como o cultivo do algodão arbóreo, nativo da região, tarefa assumida por lavradores/as e mão-de-obra familiar dos vaqueiros, que viviam nas fazendas, na condição de meeiros. Estes recebiam uma quadra de terra, uma parte para plantar alimentos de subsistência e a outra para cultivar algodão (*Gossypium*), o qual, depois de colhido, tinha metade da produção destinada a/o proprietário/a das terras.

A atração da atividade pastoril acabou por promover um excesso demográfico no sertão, de modo que o excedente do pastoreio passou a dedicar-se também ao extrativismo (RIBEIRO, 1995), com a exploração das palmas de carnaúba, do babaçu e da

maniçoba. No Piauí, segundo Queiroz (1998), essa população, considerada não-proprietária, não pagava, até o início do século XX, qualquer espécie de renda a/os proprietários/as e nenhuma dificuldade o início do século XX, qualquer espécie de renda a/aos proprietários/as e nenhuma dificuldade era posta àqueles/as que se apossavam e exploravam áreas de terras devolutas do Estado. Mas essa realidade mudou com a valorização econômica do extrativismo da maniçoba, a partir de 1897 até 1913, sobretudo nas regiões, como a do semi-árido, onde a produção se destacou. De fato, tal valorização propiciou o aparecimento de problemas de posse e usufruto da terra, com a força e a arbitrariedade passando a ser elementos fundamentais da manutenção da ordem social (QUEIROZ, 1998).

São constantes as referências às generalizações da prática de furtos, assassinatos, invasões de propriedades privadas, o que revela a instabilidade social que dizem gerada pela presença dos grupos de extratores nômades e adventícios da borracha (QUEIROZ, 1994, p. 100).

Grande parte dos problemas ocorridos no sul do Piauí tinha como foco inicial as disputas pela terra. A súbita e intensa valorização dessas terras, até então de pouco ou nenhum valor econômico, provocou uma corrida no sentido do seu controle, principalmente onde a densidade dos maniçobais nativos era maior (QUEIROZ, 1994, p. 101-102).

Essas e outras situações marcaram o processo histórico de ocupação do sertão, envolvendo sobretudo moradores/as das grandes fazendas. No que se refere às relações sociais construídas no âmbito do sistema pastoril, Darcy Ribeiro afirma que se diferenciavam daquelas dos engenhos açucareiros, apesar da aproximação de ambas pelo caráter mercantil do pastoreio e pela dependência do regime latifundiário. No sertão do gado, “as relações com o dono das terras e do rebanho tendiam a assumir a forma de uma ordenação menos desigualitária que a do engenho, embora rigidamente hierarquizada” (RIBEIRO, 1995, p. 342)¹⁵.

¹⁵ Esta consideração de Darcy Ribeiro se funda, principalmente, na oposição entre o sistema de trabalho dos engenhos baseado no trabalho escravo e o do pastoreio no trabalho livre. Neste, o sistema de quarta e a possibilidade de ascensão social do vaqueiro gerou da parte de muitas analistas uma perspectiva democratizante em relação ao sistema de pastoreio do sertão (Comunicação Oral da prof^a. Dr^a Dione Moraes, do Departamento de Ciências Sociais da UFPI).

De fato, ao lado do compadrio, havia o inquestionável poder da autoridade dos/as proprietários/as; combinado com o pagamento do serviço do vaqueiro, em gado, através da “quarta”, mantido o distanciamento hierárquico existente na estrutura do sistema de pastoreio. Mesmo assim, os conflitos e as arbitrariedades faziam parte do cotidiano das relações entre fazendeiros/as e os segmentos sociais pobres da época.

2. Sobre a categoria assentados/as: de denominação atribuída a identidade assumida

No cenário brasileiro, a categoria assentado/a¹⁶ emergiu a partir da metade da década de 1980, com a intervenção do governo federal no sentido de responder aos problemas ligados à luta pela terra, enfrentados pelas diferentes organizações de trabalhadores/as. É, na verdade, assentado/a uma denominação atribuída pela própria política de governo, como o específico programa de “reforma agrária”, implementado desde a “Nova República”.

Sobre esse processo de identidade atribuída. Segundo Woodward (2000), os sujeitos, ao se reconhecerem como tais, no caso, assentados/as, são recrutados para ocuparem determinadas posições-de-sujeitos. Para a autora, esse processo de reconhecimento, ou “interpelação”¹⁷, ocorre “no nível do inconsciente e é uma forma de descrever como os indivíduos acabam por adotar posições-de-sujeitos particulares” (WOODWARD, 2000, p. 59).

Acrescente-se, ainda, a contribuição de Mendes (2002), segundo a qual a identidade é algo socialmente distribuído, construído e reconstruído nas interações sociais,

¹⁶ Quando se fala de assentados/as logo se faz a relação a assentamento. Loera (2004) cita Bergamasco (1996), a qual diz que assentamento é um vocábulo jurídico e sociológico que apareceu pela primeira vez no contexto agrário da Venezuela, em 1960. De uma forma genérica, explica que assentamento pode ser definido como unidade de produção agrícola, que se estrutura por meio de políticas governamentais, visando ao reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra.

¹⁷ A idéia de interpelação, assumida por Woodward (2000) e Hall (2000), fundamenta teoricamente o que se chamou a passagem da identidade atribuída à assumida, com o reconhecimento por parte das pessoas. Isso tem base de sustentação na teoria da ideologia de Louis Althusser quando este autor discute o tema dos Aparelhos Ideológico do Estado. Nesta obra, segundo Hall (2000), Althusser introduziu o conceito de interpelação, reunindo um único quadro explicativo tanto no que se refere à função materialista da ideologia na reprodução das relações sociais de produção (marxismo) quanto à função simbólica da ideologia na construção do sujeito.

com origem e base no ruído social e nos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização. Chama, assim, atenção para a questão do poder e da desigualdade no processo identitário, lembrando que a posição no espaço social e o capital simbólico de quem diz o quê condiciona a apresentação, a construção, a legitimação e a manutenção da identidade. Essa identidade de atores sociais Manuel Castells a define como um “processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (CASTELLS, 2002, p. 22).

Assim, mais que um nome ou uma designação, assentado/a é um processo de construção identitária, no primeiro momento atribuída por uma ação governamental na qual as organizações dos trabalhadores, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra¹⁸ – MST, tiveram papel importante na sua qualificação, sobretudo no aspecto político. Nessa perspectiva, Woodward (2000) diz que é na luta política que ocorre o reconhecimento das identidades, de sorte que, ao afirmar uma determinada identidade, necessário é que se busque legitimá-la. É este o papel que o MST vem desempenhando no cenário nacional, quando procura pautar na agenda do governo ações de melhoria para a política de assentamento, tanto que o próprio termo assentado/a aponta para um campo na disputa simbólica na sociedade. Para o MST, na denominação mesma está implícito um viés político, pois o vocábulo trata de sujeitos sociais que lutam por direitos à terra e às condições para viver dignamente, em contraposição à terminologia adotada pelo governo, sob um enfoque puramente técnico.

Assentado é o candidato inscrito que, após ter sido entrevistado, foi selecionado para o ingresso ao Programa de Reforma Agrária, lhe sendo

¹⁸ Os assentamentos apoiados pelo MST optam pelo sistema cooperativista como forma de viabilizar-se economicamente, tendo, ainda, o propósito de alcançar as dimensões social e política que correspondem tanto à criação de uma alternativa de produção, quanto à formação e capacitação de quadros do movimento para atuar nas lutas a travar (BRENNEISEN, 2002).

concebido o direito ao uso de terra identificada, incorporada ou em processo de incorporação ao Programa (PORTARIA/MDA/Nº 080 – 24/04/2002).

No processo da construção das identidades, o diálogo é essencial para a consciência de cada indivíduo. É que ele, segundo Mendes (2002) é multivocal e se produz na intersecção de forças centrípetas (necessidade de se ligar ao outro) e centrífugas (necessidade de diferenciação do outro). Tal construção se dá no processo de vida partilhada, isto é, na interação social, na qual é concreta a experiência de “estar face a face com o outro” (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 47), o que permite um maior conhecimento entre as pessoas, deixando emergir as subjetividades¹⁹. Mendes (2002), destaca que cada sujeito porta várias subjetividades, co-criadas em contextos distintos e que se lhes apresentam versões diferentes e igualmente válidas.

O sujeito não é, assim, algo de imutável, mas sim um trabalho constante de construção, procurando integrar três contradições essenciais: a relação entre o dito e o não dito, entre o diálogo livre e o constrangido e entre o discurso interior e o exterior (MENDES, 2002, p. 520).

Tomando-se como base a afirmação de Castells de que as identidades são fontes de significados, observou-se, nas narrativas da população investigada, o sentido de ser “assentado/a da reforma agrária”. Também foi observado o tratamento do INCRA às áreas de assentamentos, que se tornam, na maioria das vezes, dotadas de melhores condições de infraestrutura em relação à maioria das localidades rurais dos municípios onde existem, criando realidades diferenciadas em que o poder público municipal tem pouco ou nenhum envolvimento com as ações federais implementadas.

Essa ação [desapropriação] do INCRA, dentro do nosso conhecimento, a gente acha que foi boa. Até porque hoje a gente passa a ter prestígio perante o governo. Depois dessa desapropriação que foi criado esse grande trabalho dentro do assentamento. Pra gente, a melhor coisa dentro do nosso conhecimento. O caminho que houve e que está acontecendo é a reforma agrária. (...) A gente passou a ser reconhecida como dona da terra, ter mais segurança, credibilidade perante a sociedade²⁰.

¹⁹ A subjetividade, segundo Woodward (2000), envolve sentimentos e pensamentos mais pessoais, sendo, entretanto, vivida em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significados à experiência que cada pessoa tem e na qual se adota uma identidade.

²⁰ F.S.C. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo. 21/ nov./2004.

A propósito desse processo de reconstrução identitária, é importante lembrar que o/a assentado/a, como segmento social com uma história ligada à luta pela terra, dialoga diretamente com as categorias de morador/a ou agregado/a, abordada nos itens anteriores. Construindo as experiências vividas pelos/as assentados/as, através da memória, evidencia-se origem camponesa que, dependendo do lugar social de onde se está falando, será o sujeito identificado como morador/a, posseiro/a²¹, seringueiro/a, assalariado/a. Além disso, tratam-se de histórias marcadas pela expropriação, vivenciadas por camponeses/as na relação com a terra devido à forma como esta, no Brasil, foi sendo apropriada, resultando numa divisão desigual da propriedade fundiária.

Sob o pressuposto de que a identidade de assentado/a é uma denominação atribuída, originada fora do espaço do Assentamento, onde as famílias assim designadas vivem, faz-se necessário considerar que dela houve uma internalização, ou seja, a referida interpelação, a qual produziu diferentes significados nas subjetividades e para o conjunto das famílias, e até mesmo no interior de cada uma, já que o conhecimento e os processos de apreensão da realidade objetiva e subjetiva não ocorrem de forma igual. Essa situação tem como ponto de partida “a interiorização, a saber, a apreensão ou interpretação imediata de um conhecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem” (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 174). Nessa perspectiva, destacam-se as falas de dois assentados, quando se tratou da seguinte questão: O senhor se considera dono ou proprietário desse lugar [assentamento]?

Muitas pessoas, inclusive eu, me sinto com o direito de ser um dono. Não da área toda, mas pelo menos de uma parte como dono. Outras pessoas dizem que não, não se acham donas. (...) Naqueles tempos [antes de a área ser assentamento] uma pessoa só era dona de toda a área dessa terra aqui, era dono e nós se achava agregado, morador dessa terra, pagando renda,

²¹ A propósito, destaca-se o estudo de Andrade (2002), que trata da reprodução de pequenos posseiros no Médio São Francisco, na Bahia, cujas terras foram desapropriadas pelo INCRA e transformada em assentamento da reforma agrária. Guardadas as especificidades, o referido estudo dialoga com o caso do Centro do Designo, no Piauí, onde as famílias camponesas passaram da condição de moradoras para assentadas, na chamada política de reforma agrária.

fazendo tudo para o dono da terra. Hoje nós temos um direito igual, o direito que tem um é o direito de todos²².

É claro, é notório, quando a gente sai conversando com as pessoas, a gente percebe claramente que elas ainda não se sentem donas das terras. (...) Eu atribuo isso à forma como foi a conquista da terra. (...) Eu sei que quando surgiu [projeto de assentamento] para a comunidade foi tudo tão de repente. Isso de uma forma é bom, mas de outro lado cria essas dificuldades, que é o entendimento das pessoas do que seja a reforma agrária²³.

Berger e Luckmann (1985) dizem que a identidade se forma por processos sociais e as mudanças que nela podem ocorrer resultam das relações estabelecidas. Nesse sentido, a condição de assentado/a impôs regras de convivência de caráter mais coletivo, que foram sendo incorporadas no cotidiano das famílias, tais como as novas formas de organização social (associativismo), as exigências de decisões cotidianas, que antes não existiam, as inovações tecnológicas (uso de maquinarias) e o acesso ao crédito, dentre outras. Trata-se de uma realidade em que muitas imagens do dever se mesclam com outras de superação de aspectos da submissão, haja vista que as famílias não estão mais submetidas às regras do proprietário, embora vigorem os problemas oriundos da heterogeneidade social das suas experiências de vida.

Daí que Andrade (2002), na análise que fez, a partir de narrativas, da condição de assentados/as vivida por grupos familiares, revela aspectos de natureza contraditória e ambígua, apontando “tanto práticas de autonomia como de subordinação” (ANDRADE, 2002, p. 98), situações também observadas no cotidiano das famílias do Centro do Designo. Já Carvalho (1999) constata uma tendência da burocracia governamental de tratar de forma homogênea a população dos assentamentos, com o termo assentado/a sendo a expressão sintetizadora dessa visão, de sorte que, para o autor, é essa identidade social atribuída de fora para dentro, ocorrendo a aceitação da denominação pelos atores sociais por atenção, conveniência ou estratégia.

²² D.P.S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/nov./2004.

²³ F.R.S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 12/dez./2004.

A percepção que não identifica as diferenças, que rejeita subconscientemente essa heterogeneidade, impede o estabelecimento de interações sociais de reciprocidade, de compartilhamento, que ensejam a construção de novas tipificações, entre os de fora e os de dentro do assentamento, capazes de proporcionarem, num determinado plano social, novas identidades sociais (CARVALHO, 1999, p. 10).

Mesmo com a tendência à homogeneidade²⁴, (tratamento igual para todas), observou-se que isso não importava para as famílias, já que certas práticas e discursos por elas assumidas de forma inconsciente se caracterizavam como estratégias para o acesso a todos os benefícios previstos no projeto de assentamento. Ademais, considerando-se o grau de carência daquela população, não havia espaço para que as famílias adotassem comportamentos que emperrassem a operacionalização das ações de implantação do Assentamento, uma vez que a esperança de melhorar a infra-estrutura do lugar e as suas condições de vida emergiu a partir do momento mesmo da desapropriação. Nessa perspectiva, a contribuição de Hall (2000) sobre identidade é importante:

São as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora ‘sabendo’ sempre que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma ‘falta’, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem ser ajustadas aos processos de sujeito que são nelas investidas (HALL, 2000, p. 112).

Ampliando a reflexão, Cuche (2002), trata das hierarquias sociais e culturais, o que tem forte ligação com a temática das identidades que, no caso, remete à hierarquia entre posições institucionais dominantes e dominadas no campo das políticas públicas. Segundo o autor, as relações estabelecidas entre as culturas²⁵ não significa que a dominante seja dotada de uma força de superioridade que a permita dominar naturalmente, pois o que existe “são grupos sociais que estão em relação de dominação ou de subordinação uns com os outros” (CUCHE, 2002, p. 145). Nesse sentido, a aceitação da identidade de assentado/a e a incorporação das condições institucionalmente impostas não significa, da parte daquela

²⁴ Hall (2000), ao tratar da homogeneidade que o termo identidade assume, não a considera como uma forma natural, porque as identidades são construídas por meio da diferença, daquilo que não é, com aquilo que falta.

²⁵ Cultura é a construção, na história, das relações dos grupos sociais entre si (CUCHE, 2002).

população camponesa que ela seja uma cultura alienada, totalmente dependente, até porque por um lado, tal imposição pode sofrer resistência em maior ou menor grau e, por outro, pode entrar no jogo político das identidades, funcionando no nível das estratégias (CUCHE, 2002), uma vez que essa é a arena que se abre à negociação no terreno das políticas públicas. Como lembrado por Cucho (2002) esta dimensão da identidade é tratada como estratégia de identidade, como meio para atingir objetivos, no campo das lutas sociais. Isto não significando a plena liberdade de manobra dos sujeitos, sempre, circunscritos aos limites do jogo da identificação imposta pelos outros. De todo modo, o interessante é que como emblema ou estigma, as identidades podem ser instrumentalizadas na arena social, relações sociais e políticas entre os grupos. Isto não supõe, necessariamente, perfeita consciência dos objetivos buscados.

Andrade (2000) afirma que o processo identitário é ao mesmo tempo individual e social, reunindo componentes psicológicos e sociológicos. As diferentes identidades coletivas se materializam quando os atores sociais passam a se integrar, pertencer e se identificar com os diferentes grupos sociais, porém sem perder a individualidade, de modo que “tendem a diferenciar-se, tornando-se autônomas e afirmando-se como indivíduos, como sujeitos, como atores sociais” (ANDRADE, 2000, p. 142) e, deve-se acrescentar, como atores políticos. Daí que a identidade de assentado/a tem um componente coletivo, já que os grupos que se forma(ram) no Centro do Designo, para a realização de quaisquer atividades, destacam a referida denominação como forma de identificação, passível de ser tomada, categoricamente, como uma identidade predominante, na esfera pública, se comparada com as outras existentes, o que aponta para o tema da dominação simbólica tratada por Pierre Bourdieu.

A existência real de identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, que assimile aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade

por outra (BOURDIEU, 2003, p. 129).

É importante então refletir sobre a relação dessa identidade predominante com as de agricultor/a, mulheres, jovens, professores/as, pescador, dentre outras. No que se refere às experiências de assentamentos, os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina as iniciaram, em 1981, de sorte que da articulação das ocupações no Sul e Sudeste do país, no início dos anos de 1980, nasceu e se estruturou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST²⁶, nacionalmente em consolidação como uma das principais forças políticas de luta pela reforma agrária, como lembra Cândido Grzybowski.

O sentido político da luta dos sem-terra não decorre das relações mais imediatas que eles mantêm, mas está no fato de porem a nu a sua comum situação de excluídos, devido à estrutura agrária vigente, e de exigirem do Estado medidas que lhes garantam o acesso à propriedade da terra e a sua reintegração econômica social como pequenos proprietários (GRZYBOWSKI, 1990, p. 24).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, mais especificamente na primeira gestão (1995–1998), teve início a implementação dos projetos de assentamentos, como parte do Programa de “Reforma Agrária”. Esses projetos passam a existir legalmente após a imissão na posse da terra os/as assentados/as e são, de fato, experiências de homens, mulheres, idosos/as, jovens e crianças que, ao longo da convivência e na relação com as instituições, vão definindo formas de organização social de produção, cooperação, preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, desenvolvendo atividades que visam responder às necessidades das famílias assentadas. Nessa conjuntura, as denominações *assentados/as*, e *assentamentos* ocuparam espaços na mídia e em documentos oficiais, com as experiências dos assentamentos se constituindo em campo fértil de pesquisas.

Sublinhe-se que as ações de governo para implantar os assentamentos não foram uma vontade deliberada e inscrita na agenda governamental como respostas aos problemas

²⁶ A propósito, pode-se pensar, com base em Cuche (2002), a própria construção do MST em termos de estratégias de identidade.

ligados à questão agrária, mas fruto da pressão dos movimentos sociais do campo através da estratégia de ocupação de terras. Nos capítulos seguintes serão abordados aspectos dessa política, implementada durante o governo FHC, que ajudarão a entender por que esta não se caracteriza como uma política de reforma agrária.

3. Centro do Designo: trajetórias, moradas e memórias

O Centro do Designo localiza-se no município de Miguel Alves²⁷, no Piauí, a 120km de Teresina, capital do Estado (figuras 1 e 2), com uma área de 6.703 ha, desapropriada e transformada em assentamento em 1996. O Assentamento em foco não é fruto de um movimento de ocupação, nos moldes das experiências do MST, porque as famílias já viviam na área há décadas como agregadas/moradoras, no sentido apresentado no início do capítulo, sob as condições da relação de patronagem-dependência (FORMAN, 1979).

O povoamento do imóvel Centro do Designo²⁸ ocorreu na primeira metade do século XIX²⁹. Segundo narrativas de moradores/as, o primeiro deles foi Roseno de Melo que, em 1850, fixou moradia no Alto do Morro das Pedras, conhecido, atualmente, como Porto do Designo, às margens do rio Parnaíba. Nesse lugar, Roseno cultivou o fumo³⁰, implantando

²⁷ O município de Miguel Alves foi criado em 1911 e está localizado no norte piauiense. Sua área é de 1.394km², representando 0.5541% do estado, 0.0897% da região e 0.0164% do Brasil. Segundo o IBGE (2000), tem população de 29.849 habitantes. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.54, consoante o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2000).

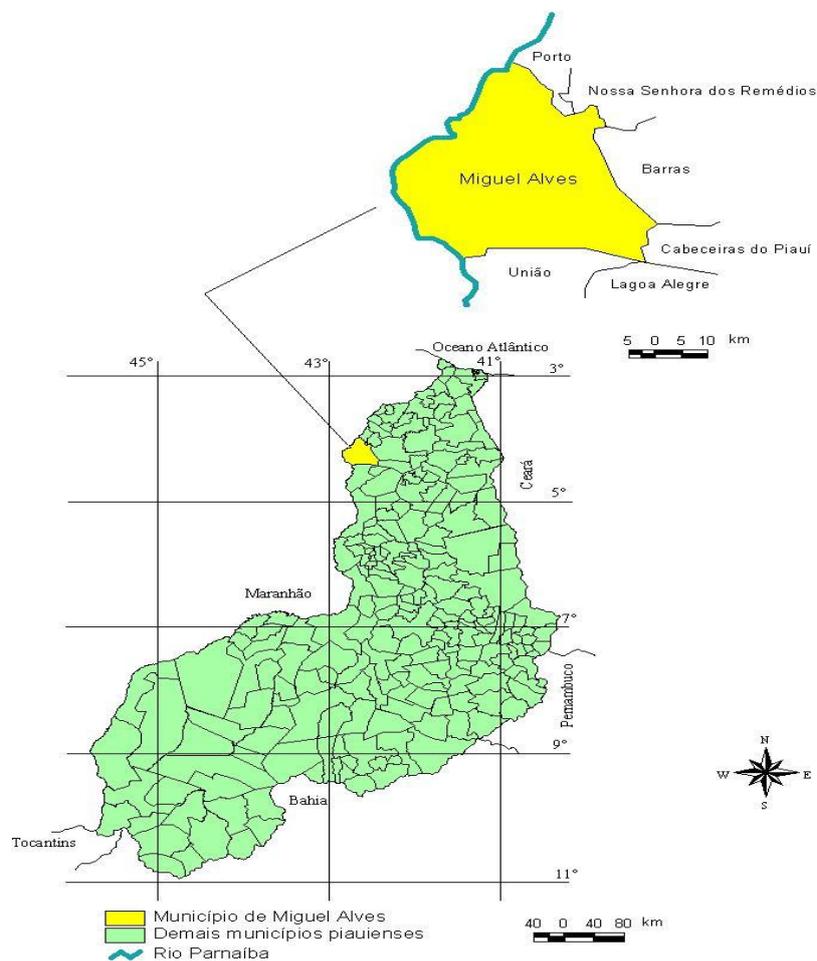
²⁸ A propriedade Centro do Designo é parte da Data Remanso, uma sesmaria concedida a José Joaquim de Paiva, em 26 de janeiro de 1808, com três léguas de comprimento e uma de largura. Se uma légua significa 4.356,00,00ha, a dimensão da sesmaria era de 13.068,00,00ha.

²⁹ Pode-se supor que parte dessa população tenha sido camponeses-possesores ou sitiantes que, conforme Brandão (1999), na capitania do Piauí, no século XVIII, quando o latifúndio se consolidou, já estava em ascendência. Andrade (2002) faz referência a Woortmann quando este afirma que “até a segunda metade do século XIX, parece predominar uma forma de ocupação comunal das terras, sendo o direito sobre determinada área definido pelo trabalho investido na terra” (WOORTMANN, 1983, p. 205). A propósito, podem ser destacados os estudos de Godoi (1999), que trata da ocupação e reprodução camponesa de uma área do sertão do Piauí, na região sudeste, e o de Moraes (2000), na região sudoeste do estado.

³⁰ Em relação ao desenvolvimento da agricultura do Piauí, durante a segunda metade do século XIX, Queiroz (1998) faz referência ao cultivo do fumo (*fumu*), em pequena escala, em municípios situados na margem do rio Parnaíba, dentre esses Miguel Alves, onde se situa o Assentamento Centro do Designo. Durante as entrevistas, foi ouvida uma pessoa que trabalhou com essa cultura.

pequeno comércio fornecedor de gêneros alimentícios para cortadores de lenha que, por sua vez, abasteciam barcos a vapor com linha mensal para as cidades de Parnaíba e Floriano. Posteriormente, chegaram à área outras pessoas, dentre as quais se destacaram as famílias Roldão, Pequeno e Nonato Preto, que se fixaram também nas proximidades das margens do Parnaíba.

**Figura 1- Estado do Piauí
Localização Espacial do Município de Miguel Alves**



Fonte: Divisão Político-Administrativa, IBGE, 2001. Adaptado.

Segundo narrativas de moradores/as, Mariano de Sousa Mendes, reconhecido como dono da propriedade, ali fixou residência em 1870, próximo ao Morro das Pedras, desenvolvendo a atividade de comércio, sobretudo a compra e venda de fumo,

tornando-se o mais popular e respeitado comerciante. Como teve bom desempenho, reuniu algumas economias e adquiriu terras de outros moradores, sem embargo da prática de apoderar-se de áreas ainda sem donos, com características de devolutas³¹.

Figura 2 - Município de Miguel Alves
Localização Espacial do Assentamento Centro do Designo



Fonte: Divisão Político-Administrativa, IBGE, 2001. Adaptado

Essas informações, que camponeses/as selecionaram na memória, integram as narrativas. De fato, quando em contato com o Arquivo Público “Casa Anísio Brito” em Teresina, foi encontrado, no Registro Geral de Terras de 1904, que Mariano de Sousa Mendes adquiriu, através de compra, várias datas de terras, no período de 1817 a 1899, localizadas em áreas onde se encontram os municípios de União e Miguel Alves, sendo que não há menção

³¹ Nas narrativas, moradores/as expressaram como devolutas as terras sem donos/as, mas, segundo Machado (2002), o processo de apropriação das terras no norte do Estado, através das concessões de sesmarias, se deu de forma progressiva e rápida, de sorte que inexistem terras devolutas nessa região. Ao contrário, nas regiões sul, sudeste e sudoeste estão localizadas as terras públicas devolutas (aquelas que não foram objeto de concessões sesmarias, no período colonial). Estas, por sua vez, encontram-se embaralhadas fisicamente com as propriedades imobiliárias privadas.

ao nome da propriedade Centro do Designo. Outra informação contida no Registro é que todas as terras adquiridas por Mariano Mendes foram destinadas para o cultivo da cultura do fumo (*fumu*), atividade agrícola que coincide com a praticada pelos/as primeiros/as ocupantes da terra.

Devido à extensão da propriedade, o povoamento³² do Centro do Designo ocorreu com o agrupamento de famílias em nove localidades (figura 3), denominadas Morrinhos, Coreiros, Chibança, Cajueiro, Porto, Centro do Designo, Isabelense, Capoeira e Pé da Ladeira. Tomando como referência os núcleos da agrovila, sobretudo no Centro do Designo, a de Capoeira, a 6km, era a mais distante. Os pioneiros residiram na Chibança, no Cajueiro, no Porto, nos Coreiros e nos Morrinhos, todas essas localidades às margens do rio Parnaíba, na época navegável, com o comércio de lenha intensivo, até porque os barcos necessitavam pôr essa lenha, para ser abastecidos, o que envolvia muitas famílias.

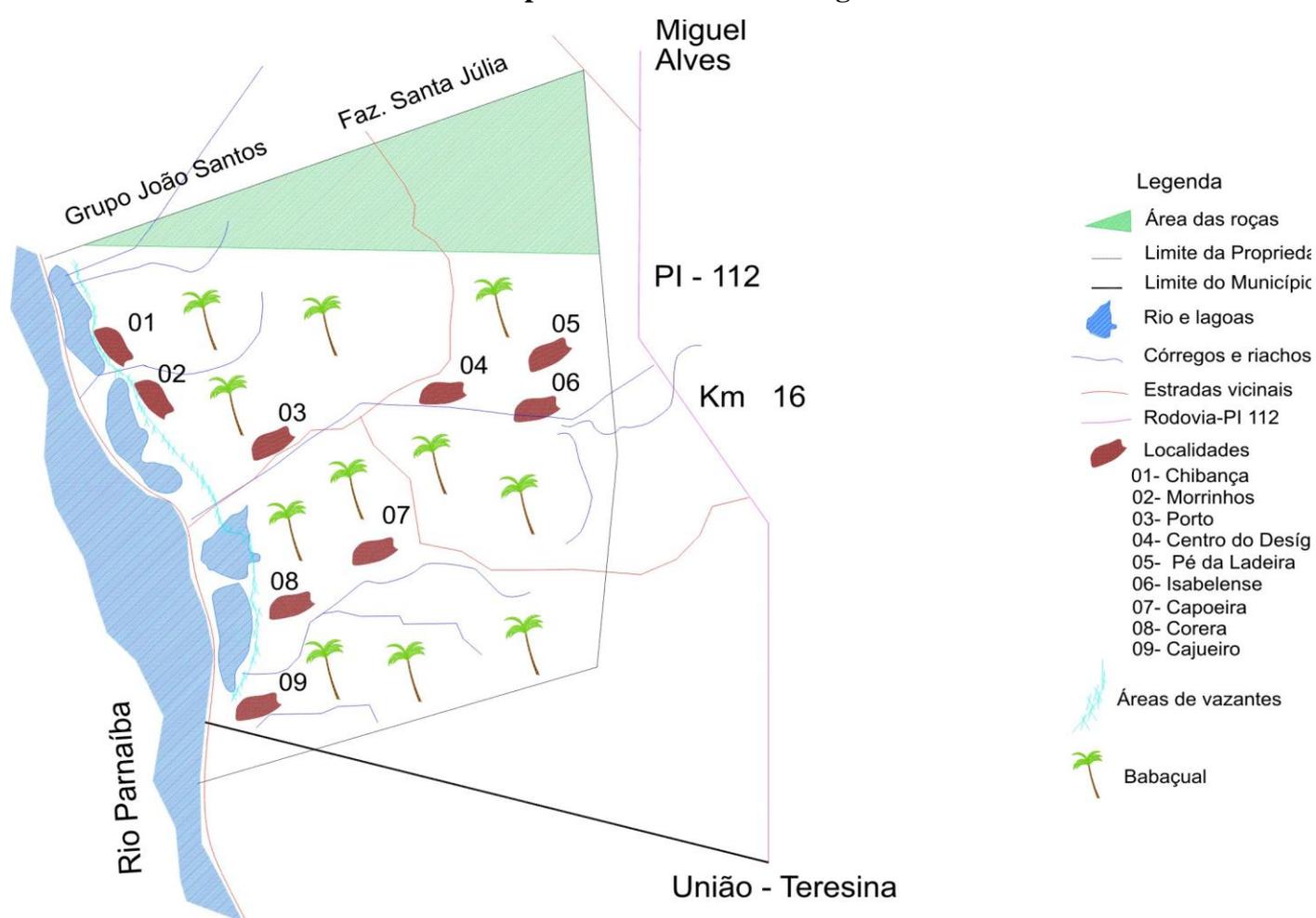
Com a morte, em 1905, de Mariano Mendes da Silva, o filho e único herdeiro, Simplício Mendes, mesmo antes de terminar os estudos em advocacia, assumiu os negócios da fazenda. Mais tarde, tornou-se desembargador, constituiu família e teve um único filho que, como o avô, chamou-se Mariano Mendes, e seguiu o destino do pai: estudou e cuidou dos negócios da fazenda e constituiu família, esta em número maior de filhos. Como a fazenda tinha duas grandes casas³³, localizadas em pontos equidistantes da propriedade, uma delas serviu, por determinada época, de moradia aos donos.

³² Esse povoamento se intensificou no século XX. Durante a pesquisa, contatou-se com pessoas octogenárias que nasceram na propriedade e os pais constituíram famílias no lugar. Além disso, observou-se que em cada uma das localidades foi-se formando um território de parentesco, mas com famílias de troncos diferentes. Considerando que as famílias eram numerosas (acima de 5 filhos), as filhas e os filhos, à medida que se casavam ou com pessoas da sua localidade ou de outra, a tendência era continuar morando na de origem. Ressalte-se que tronco é uma categoria discursiva nativa que Godoi (1979) adotou para analisar a genealogia dos/as camponeses/as que estudou no sertão do Piauí e, segundo Moraes (2000), o termo significa raiz de pau, referindo-se, no Nordeste rural, aos antepassados como fonte de direito de posse, em oposição com os descendentes.

³³ Essas duas casas ainda existem. A que fica localizada no núcleo da agrovila do Porto, onde hoje funciona a sede da Associação, passou por uma grande reforma, restando pouco da estrutura original. A outra, no Centro do Designo, possui mais estrutura original, entretanto se encontra em estágio de deterioração avançada e somente

Mas, ainda que a família morasse na propriedade, não dispensava o gerente. Figura presente na história da colonização do Piauí, esses gerentes, como os vaqueiros, tiveram papel importante na manutenção das fazendas que se instalaram no interior do estado. O Centro do Designo, já no século XX, foi, por muitos anos, administrada por gerentes, que lhes assumiam os negócios e, no exercício da função, agiam na total defesa dos interesses do proprietário.

Figura 3
Mapa Etnográfico³⁴
Propriedade Centro do Designo



Fonte: Relatório Diagnóstico do Assentamento, CEPAC, 1999. Adaptado.

dois compartimentos da casa, depois de uma pequena reforma, estão sendo ocupados, o primeiro com o funcionamento de uma sala de aula do ensino infantil e o segundo com a máquina de beneficiamento do arroz.

³⁴ Mapa construído, durante o trabalho de campo, com a ajuda da memória dos/as assentados/as.

A fazenda funcionava pela prática do arrendamento de terras. Como dito por Forman (1979), a grande maioria dos arrendatários detém pequenas glebas ou são minifundiários que recebem um pedaço de terra em troca de pagamento em dinheiro ou colheita. Entretanto, a prática que predominou, durante anos, no Centro do Designo, foi diferente, pois já existiam famílias na área cujas relações iniciais com o proprietário eram de moradia, em troca de uma renda, na proporção de uma quarta da produção por linha, significando, ao final da colheita, 30kg de arroz ou 40kg de milho. Assim, a relação de arrendamento no Centro do Designo foi com um único arrendatário³⁵, o qual se apropriou de toda a área, mesmo com as famílias residindo na propriedade, e realizou contrato de arrendamento do extrativismo. Aliás, só lhe interessava o extrativismo de coco babaçu³⁶, com produção muito elevada, e cobertura de 70% da área.

Naquele contexto, o arrendamento do Centro do Designo para a agroindústria Gervásio Costa S/A – GECOSA ocorreu por mais de vinte anos, visando à extração da matéria-prima, o coco babaçu, para a industrialização de óleo vegetal. O contrato se limitava à exploração do coco babaçu, obrigando-se as famílias moradoras a venderem-no nos armazéns instalados na área da propriedade. Tratava-se de um contrato de exclusividade de compra e venda pelo qual os armazéns, como forma de controle da comercialização dos cocos, forneciam mercadorias e gêneros alimentícios necessários ao consumo das famílias.

³⁵ Esse arrendatário pertencia à segunda geração de uma família que tinha uma agroindústria na região. Esta foi criada em 1912, no povoado Novo Nilo, município de União, voltada para o beneficiamento do arroz e do milho. Em 1960, a empresa se dedicara à industrialização do babaçu, com a extração de óleos vegetais. Na metade da década, foi instalada a refinaria de óleos vegetais “Dicoco” e óleos “Novo Nilo”, produtos com grande aceitação no mercado.

³⁶ Planta da família das palmáceas, subfamília dos cocosóideas (*Orbignya martiana*). Alcança até 20m de altura, coroada por folhas grandes, planas, penipartidas, que se mantêm em posição retilínea, formando ângulos de até 25°. O Piauí é o terceiro estado da federação com áreas de reservas de babaçuais, perdendo somente para Maranhão e Goiás. Por exigir maior umidade, as plantas estão localizadas nas planícies da zona setentrional, no vale do Rio Parnaíba e em algumas áreas cujos solos não são alagados, mas ricos em matéria orgânica. As zonas do Médio e Baixo Parnaíba detêm mais de 80% da produção estadual (BASTOS, 1994).

Nos anos de 1990, período que marcou o processo de intervenção³⁷ do INCRA para desapropriar a área, a vida das famílias moradoras na fazenda era regida por regras impostas, em grande medida, tanto pela proprietária³⁸ quanto pelos arrendatários.

Por muitos anos, a produção agrícola na área foi significativa, gerando proporcional renda em arroz, feijão e milho. Já o coco babaçu teve maior importância econômica no início dos anos de 1960, quando a GEGOSA voltou-se para a sua industrialização com o uso da amêndoa como matéria-prima para a extração de óleos vegetais.

As famílias moradoras eram obrigadas a vender o coco nos postos situados no Centro do Designo, ao preço definido pelo arrendatário, sendo ameaçadas, com aquiescência do dono de expulsão ou até de serem presas, caso o comercializassem fora da propriedade. Depois de um longo período (segundo os/as moradores/as, mais de vinte anos) de exploração dos babaçuais no Centro do Designo, a produção do coco diminuiu e a figura de arrendatário dos babaçuais desapareceu do cenário, ficando as famílias somente com o dever de pagar a renda agrícola ao proprietário e livres para comercializar o coco³⁹.

Por volta da década de 1980, quando a área deixou de ser arrendada para a GEGOSA, a produção do coco babaçu já se encontrava bastante reduzida. As famílias atribuem como principal motivo para isso a intensiva exploração, sem nenhum tipo de manejo, situação que se tem agravado porque, nos últimos cinco anos, depois que a propriedade se transformou em assentamento, o desmatamento em áreas de babaçuais cresceu

³⁷De acordo com o processo de desapropriação do imóvel Centro do Designo, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Miguel Alves aparece como uma das forças mediadoras, o qual encaminhou um ofício ao INCRA, em 11/4/1996, solicitando a realização de vistoria na propriedade. Além disso, sabe-se que a família proprietária, por ter interesse de vender o imóvel, abriu um canal de negociação, com o apoio de lideranças políticas do município.

³⁸ Nas décadas de 1970 e 1990 morrem, respectivamente, Simplício Mendes e Mariano Mendes, pai e filho, assumindo a gestão dos negócios da propriedade, Francisca Portela Machado de Sousa Mendes, esposa de Mariano Mendes.

³⁹ É importante registrar que, no período de 1960 a 1974, a microregião do Baixo Parnaíba Piauiense, na qual está localizado o município de Miguel Alves, participou com 24,4% da produção de babaçu, sendo que os municípios de Miguel Alves, Barras e União participaram com 40%. No que se refere à produção brasileira, o Piauí, em 1974, encontrava-se em terceiro lugar, com 37.141 toneladas, representando 7,7% dessa produção (SANTOS, 1979).

com o cultivo em campo agrícola, prática que antes não existia. Em face disso, as mulheres, que assumiam a quebra do coco, atualmente andam em média 1km para quebrar, no máximo, dois quilos, quantidade pequena se comparada à dos anos de 1960 a 1970 (cerca de dez quilos por dia).

Alguns fatos, a partir de meados dos anos de 1990, interferiram na dinâmica de vida das famílias moradoras da área. A propriedade deixou de ser arrendada e a proprietária não delegou a nenhuma pessoa a função de gerente para exigir delas a renda da produção agrícola. O coco babaçu começou a apresentar sinais de baixa produtividade e as famílias, deliberadamente, deixaram de pagar a renda, numa situação que, conforme as narrativas, não despertou interesse econômico da proprietária, que lançou a filha como candidata a vice-prefeita de Miguel Alves, para o mandato de 1997-2000, contando, assim, com os votos das pessoas moradoras. De fato, a renda agrícola não fora dispensada, mas sutilmente negociada pelo voto, sem mencionar que a campanha eleitoral de 1996 ocorreu paralelamente ao processo de investigação do INCRA para a desapropriação da área. Pode-se, então, supor que esses fatores tiveram forte influência no estabelecimento de uma negociação de venda da terra entre a proprietária e o INCRA.

Em face da situação, as entidades representativas dos trabalhadores – Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Miguel Alves e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí (FETAG) – puseram-se, no primeiro momento, como mediadores, junto ao INCRA, do processo de desapropriação, procurando os meios legais para que esta ocorresse. Em 1996, o INCRA desenvolveu, através do seu quadro técnico e durante meses várias atividades, dentre elas o levantamento de informações e dados da área, de sorte que, cumpridas todas as etapas, em 3/12/1996 a desapropriação foi publicada no Diário Oficial da União: “Declara o interesse social, para fins de reforma agrária do imóvel rural denominado

Designo, localizado na Data Remanso do Frade, situado no município de Miguel Alves, Estado do Piauí” (BRASIL, 1996).

A partir de então, o INCRA passou a mediador principal das ações, pois os investimentos necessários à primeira fase (organização e mobilização) do projeto de assentamento estavam sob sua responsabilidade. Assim, à medida que a intervenção do INCRA acontecia, o grupo ia construindo seus espaços e formas de participação, como se verá no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

QUESTÃO AGRÁRIA E POLÍTICA AGRÁRIA NO BRASIL: DO REGIME MILITAR AO DEMOCRÁTICO

2.1. Política agrária: do Estatuto da Terra à Política de Assentamento do “Novo Mundo Rural”

2.1.1 Modernização agrícola, colonização e resistência dos movimentos pró-reforma agrária

A questão agrária no Brasil tem origem no processo de ocupação do território, quando colonizadores portugueses passaram a ter o domínio das terras à medida que criaram grandes unidades produtivas voltadas para a exportação, com intensa exploração de mão-de-obra, principalmente a indígena e a escrava. Ao longo de muitos anos, o tema apareceu em diferentes contextos e com características próprias de cada momento histórico, sendo que, segundo Otavio Ianni “a questão agrária está presente na transição da Monarquia à República, do Estado oligárquico ao populista, do populista ao militar, na crise da ditadura militar e nos movimentos e partidos” (IANNI, 1984, p. 7).

A propósito, Guimarães (1982) afirma que as mudanças do Estado brasileiro após a Independência e a República não alteraram os vínculos de apropriação latifundiária da terra, o que se verifica, na história agrária do país, pela implementação de políticas concentracionistas, protetoras dos direitos senhoriais. Segundo Stédile (1994), as polêmicas relacionadas aos problemas agrários brasileiros tomaram conta dos setores progressistas e da esquerda brasileira a partir de 1950, tendo como principais posições a assumida pelo PCB⁴⁰, que defendeu que, para acontecer o socialismo no Brasil, ou as reformas democráticas, inclusive a agrária, era necessária uma aliança das forças progressistas, democráticas e populares com a burguesia nacional. A base dessa tese consistia em que a burguesia também

⁴⁰ Até 1962, a visão de esquerda que existia no Brasil se aglutinava em torno do Partido Comunista Brasileiro – PCB (STÉDILE, 1994).

tinha interesse em fazer a reforma agrária para enfrentar os senhores “feudais”, como foram chamados os grandes proprietários de terras da época, e implantar o capitalismo no campo.

A segunda visão, defendida pelo PC do B⁴¹, assentava-se na estratégia política de organização das massas camponesas. É que, para essa corrente, o campo seria o palco dos conflitos, que se desdobravam numa guerra popular prolongada, nos moldes da China de Mao Tse-Tung, tanto que, com esse propósito, a guerrilha do Araguaia, desencadeada em 1970, foi assumida pelos seus militantes. Mas mesmo a adoção dessa estratégia política não rompe com a idéia do PCB, a de aliança com setores da burguesia nacional.

A partir de 1960, outra corrente de pensamento sobre a questão foi defendida pela CEPAL⁴². Segundo ela, a reforma agrária era necessária, mas com caráter nitidamente capitalista, já que tinha o papel de oportunizar a mais pessoas o acesso à propriedade da terra em condições de se inserir no mercado interno capitalista, transformando-se, dessa forma, em consumidores de bens industriais. Nessa perspectiva, a reforma agrária, conforme o ideário cepalino, objetivava resolver o problema da indústria e não o do campo.

Já Caio Prado Junior, nos anos de 1960, afirmava que as relações sociais de produção que predominavam no campo eram capitalistas e, por isso, uma mudança como a reforma agrária deveria ocorrer com outro tipo de aliança, o de caráter socialista.

Guimarães (1982), em um estudo da crise agrária, elenca dois caminhos para o crescimento agrícola. O primeiro se daria pelo processo democrático de distribuição da propriedade da terra e dos meios de produção entre a maioria da população, denominado reforma agrária, enquanto o segundo, autocrático, se caracterizaria pela implantação de grandes empresas rurais modernizadas, que transformariam os latifúndios tradicionais em

⁴¹ O Partido Comunista do Brasil – PC do B nasce do PCB, mas depois rompe ideologicamente com suas teses e se alia à idéia de Mao Tse-Tung, na China (STÉDILE, 1994).

⁴² Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, organismo da ONU que adotou a estratégia desenvolvimentista, a partir da indústria. Seu projeto tinha como objetivo a “criação de economias nacionais dinâmicas que reproduzissem, nos espaços domésticos, estruturas industriais integradas e capazes de reter frutos do programa técnicos, mesmo se viessem a ser internacionalizados” (FIORI, 1995, p. 98).

capitalistas, por meio de uma política concentracionista da propriedade agrária dos meios de produção e da renda. Segundo ele, o primeiro caminho foi seguido por vários países capitalistas hoje tidos como desenvolvidos, como França, Estados Unidos e Japão, assim como os países socialistas, alinhando-se, no segundo, a maioria dos países capitalistas da América Latina considerados subdesenvolvidos, como o Brasil.

Nessa discussão podem ser destacados como exemplos as reformas agrárias clássicas dos Estados Unidos e Japão. Segundo Romeiro (1994)⁴³, nas duas nações, embora o processo tenha ocorrido de maneira diversa houve em comum a garantia de amplo acesso à terra e de políticas agrícolas correspondentes ao processo de acesso à terra. Nos Estados Unidos, como existia escassez relativa de mão-de-obra e grande abundância de terras, a ocupação do solo se fez de forma relativamente extensiva, manifestando-se um processo precoce de mecanização agrícola que, no que se refere ao êxodo rural ocorreu de forma equilibrada. A saída das pessoas do campo ocorreu não porque foram expulsas pelos proprietários de terras ou por falta de condições para nele viver, mas porque a cidade tinha como atrativo principal o aumento das oportunidades de emprego no setor urbano-industrial. Já no Japão, o desenvolvimento agrícola se deu garantindo-se o emprego e mantendo-se entre as populações camponesas os laços de solidariedade comunitária. Com a expansão do setor urbano-industrial, este necessitava de matéria-prima agrícola e alimentos, assim como o aumento de emprego nesse setor implicava um aumento de produtividade, o que também contribuiu para um equilíbrio do êxodo rural.

Para fins do presente estudo, com vistas ao foco em uma política de colonização e assentamentos que no Brasil tem sido denominada política de reforma agrária, tomar-se-á, então, como ponto de partida, no caso brasileiro, os governos militares. Com efeito, estes, ao chegar ao poder, em 1964, dão continuidade a um modelo de desenvolvimento adotado pelo

⁴³ O mesmo autor (ROMEIRO,1994) trata ainda das reformas agrárias em países como os “tigres” asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong).

Brasil a partir de 1930, no qual o “Estado passou a assumir ativamente o papel de regulador da economia” (BOBBIO, 1995, p.127). Mas é no período posterior aos anos de 1950 que emergem as condições ideológicas e institucionais para que o Estado brasileiro assumisse o ideário do desenvolvimentismo industrializante⁴⁴, que se estruturou no setor produtivo e na articulação dos capitais estatais privados e estrangeiros (BOBBIO, 1995). Na verdade, nesse período o projeto de desenvolvimento nacional, incorporado pelo Estado e liderado por estamentos tecnocrático-militares, alcançou a máxima potência, sob a sustentação da ideologia de segurança nacional.

Nos governos militares, o modelo de desenvolvimento priorizou o crescimento econômico, o que contribuiu, de um lado, para a concentração da propriedade da terra e da renda e, de outro, para o aumento da desigualdade social e, conseqüentemente, do empobrecimento das populações rurais e urbanas. As ações governamentais, nesse período, não resolveram os problemas advindos da questão fundiária, havendo mesmo um agravamento da situação, pois a têm “não como uma questão política, mas como questão acessória ao desenvolvimento econômico” (MARTINS, 1995, p. 98).

As reflexões teóricas de Ianni (1984), Guimarães (1982), Martins (1985), Silva (1985), Medeiros (2003) e Abramovay (1985) são úteis para pensar esse contexto, por apontarem para a problemática político-social subjacente à questão. Naquela conjuntura, o Estatuto da Terra (Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), aprovado meses depois da assunção do primeiro governo militar, constituiu-se num instrumento de poder que respaldava as ações governamentais, servia de base legal para a reforma agrária, enfrentava os conflitos sociais do campo e se apresentava como uma ferramenta importante a serviço da

⁴⁴ Esse modelo de desenvolvimento entra em crise na América Latina, em meados da década de 1970 e somente o Brasil, apesar do alto endividamento externo e da falência econômica e política do Estado, no final dos anos de 1980, não o abandonou de todo.

modernização, conhecida como conservadora, implantada a partir de 1965. Conforme Leonildes Medeiros,

com o Estatuto da Terra, o Estado absorvia grande parte das reivindicações que afluíam na década anterior e disciplinava-as, de forma a trazer a demanda por terra para os parâmetros de uma agricultura modernizadora, produtiva e capaz de atender às exigências do que então era o padrão idealizado e desejado de desenvolvimento (MEDEIROS, 2003, p. 24).

Mas a reforma agrária proposta pelos militares, baseada no Estatuto da Terra, não expressava as expectativas dos/as trabalhadores/as. Na verdade, as ações governamentais levaram a uma lenta e dolorosa transformação dos latifúndios em modernas empresas rurais (SILVA, 1985), o que, para Martins (1985), materializou o próprio modelo de desenvolvimento adotado, o qual se caracterizava pela expansão do capitalismo no campo, tendo como estratégia política de governo a solução do problema social da terra pelo viés empresarial e econômico, sem ferir o direito de propriedade.

Nessa perspectiva, o Estatuto da Terra se constituiu numa estratégia de fortalecimento do projeto de desenvolvimento industrial. Em contrapartida, na sua trajetória, que promoveu a justaposição entre legislação agrária e política, teve o conteúdo esvaziado. Segundo Bergamasco e Norder (1995), tornou-se, devido a isso, mais exigente a atuação dos movimentos sociais, iniciada na década de 1980, já que, além dos obstáculos políticos, havia, na condução da disputa social pela posse da terra, que enfrentar os jurídicos e os legislativos.

Rosa (1995) afirma que o Estatuto da Terra se pôs, desde a promulgação, como divisor de águas, com o predomínio, na prática, dos projetos de colonização oficiais e particulares, de um lado, e os de regularização fundiárias, de outro. Já Martins (1995) assevera que o Estatuto estabeleceu como ponto essencial da redefinição fundiária a colonização das áreas novas (Amazônia e região Centro –Oeste), a par da política de incentivos fiscais e subsídios aos grandes grupos econômicos, sendo que não atendeu nem aos

interesses dos trabalhadores nem aos problemas agrários, mas aos internacionais. Mesmo assim, não pode ser combatido totalmente, porque as contradições que nele existem devem ser exploradas, a exemplo dos conflitos que emergiram com o processo de colonização na região amazônica. É que o Estatuto assume a colonização como solução do problema agrário, mas este se transforma em conflito entre trabalhadores que ocupavam as áreas e os empresários rurais.

Com efeito, a questão da terra, no caso do Brasil, foi marcada, na década de 1970, pela expansão das empresas capitalistas (do setor bancário, industrial e comercial) no campo e pelo processo de expropriação e concentração da propriedade e do capital (MARTINS, 1985). Esse contexto trouxe como consequência a transformação radical da agricultura, integrando-a à dinâmica do processo industrial de produção propiciada, principalmente, pelo crédito subsidiado, de sorte que “os maiores proprietários, em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria” (MARTINE, 1991, p. 10). Em contrapartida, os produtores menos capitalizados ficaram à margem, pois as condições a que estavam submetidos não lhes asseguravam a participação no mercado.

Assim, a forma como o campo se modernizou contribuiu para a expropriação e expulsão de uma parcela significativa dos pequenos agricultores que viviam nas fazendas como colonos/as, moradores/as, agregados/as, parceiros/as, arrendatários/as, para que grandes empresas capitalistas fossem ocupando ampliadas extensões de terras para o desenvolvimento de atividades agrícolas ou pecuárias. Esse processo, que Martins (1985) chamou de esvaziamento político ou transformações no campo, ao tempo em que se revestiu de violências, inclusive assassinatos, propiciou aos trabalhadores e trabalhadoras um crescimento político e a construção de instrumentos de resistência. Com efeito, a luta pela terra, nesse

período, questionou o direito de propriedade e os conflitos, que dela resultavam, exigiram do governo intervenções que iam da aplicação da Lei de Segurança Nacional à tortura, prisão e condenação, sem mencionar a implementação de ações junto às populações rurais, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o Projeto Rondon e o Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT). Como diz o referido autor:

A verdade é que a política de instalação de grandes empresas no campo estava e está baseada no pressuposto da expropriação e da expulsão dos trabalhadores rurais para a cidade, na concentração da propriedade da terra e no aumento progressivo da eficiência econômica e da produtividade da agropecuária (MARTINS, 1985, p.34).

Paralelo ao desenvolvimento da modernização da agricultura, implementava-se a política de colonização dirigida, como elemento importante da questão fundiária. A colonização, tratada pelo governo como reforma agrária, era um processo no qual os trabalhadores se viam removidos de áreas de tensão social para serem assentados. Santos (1995), ao analisar essa política, afirmou que os fluxos migratórios ocorridos, na época, tiveram duas direções predominantes: a primeira, no sentido campo-cidade, destacando-se o Centro-Sul e Nordeste, e a segunda, a região da Amazônia Legal, em áreas rurais ou urbanas.

A Amazônia Legal, no contexto da colonização, passou a ser, para o governo, área prioritária, onde o problema da terra transformou-se, progressivamente, em militar. É que as faixas de terras reservadas para a colonização estavam sob a tutela do Conselho de Segurança Nacional (MARTINS, 1985), situação que trouxe à tona a luta de posseiros, para assegurar o direito à terra onde já viviam há muitos anos e dos/as trabalhadores/as assalariados/as, que passaram a vender a força de trabalho e a viver submetidos às condições laboriais precárias oferecidas pelas empresas capitalistas.

A luta de resistência de posseiros/as e assalariados/as se junta, no início da década de 1980, aos “novos demandantes da terra”,⁴⁶ como denominou Medeiros (2003), numa

conjuntura caracterizada pelo processo de redemocratização. Entre os novos atores estavam os/as atingidos/as por barragens (pequenos/as proprietários/as, posseiros/as deslocados/as em virtude da construção de grandes hidrelétricas), seringueiros/as (moradores/as das florestas, sobretudo da região do Acre, que resistiam à destruição das matas de seringais para a implantação de grandes projetos agropecuários), pequenos/as produtores/as do Sul excluídos da modernização agrícola ou que perderam suas terras, as oposições sindicais no meio rural, a Igreja, através das pastorais sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que se ligaram à Teologia da Libertação, e de Organizações Não-governamentais (ONG's), comprometidas com a luta pela terra. A situação de cada um desses grupos sociais favoreceu o retorno da luta por reforma agrária durante toda a década de 1980, aglutinando forças no campo e na cidade. Como diz Leonilde Medeiros,

em meio à luta contra o regime militar e pela redemocratização do país, que envolvia diversos segmentos sociais e diferentes temas, mais uma vez emergia a situação de exclusão das benesses do desenvolvimento a que estavam submetidos, embora de forma bastante diversificada, os trabalhadores do campo (MEDEIROS, 2003, p. 31).

Essas várias forças conquistaram espaços em organizações para o fortalecimento da luta pela reforma agrária e pela redemocratização do país. Entre elas se destacam o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e as Centrais Sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT), além das ações em rede, como a Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Essas organizações deram visibilidade nacional e internacional à situação de violência e conflito a que os trabalhadores/as estavam submetidos.

Esse contexto de mobilização nacional é parte do abalo não só do regime autoritário, mas também da crise econômica estrutural da época. Segundo Alencar (2004), no

final da década de 1980 o modelo de desenvolvimento econômico, com ênfase na perspectiva desenvolvimentista, centrado no tripé Estado, capital nacional e internacional, apresentava sinais de esgotamento. Neles, já se disse, o Estado se comportava como regulador da economia nacional e “se tornara o grande empreendedor das bases de acumulação sob os interesses do grande capital internacional” (ALENCAR, 2004, p. 65).

Em determinadas regiões do país, como no Sul e Sudeste do Pará, os conflitos entre trabalhadores/as e latifundiários/as foram mais intensos, levando a área a ficar sob intervenção federal, cria-se o Conselho de Segurança Nacional, através da gestão do Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT)⁴⁵. Além disso, criou-se o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (MEAF), para realizar as desapropriações de terras e promover as regularizações fundiárias em outras regiões do país.

A partir da metade da década de 1980, o país viveu uma conjuntura de muitas mobilizações sociais, tanto no campo quanto na cidade, que tiveram papel importante para o fim dos projetos político dos militares e o início do governo da Nova República, quando forças civis assumem o governo com o compromisso de fazer funcionar o Estatuto da Terra pela implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Esse Plano se constituía numa prioridade governamental, sendo apresentado no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em maio de 1985.

⁴⁵ Para Martins (1985), essa forma de intervenção do Estado na questão fundiária restaura o coronelismo político de Estado. A ação do GETAT se sobrepunha à do INCRA e à da Justiça, passando este a gerir a “solução” dos problemas, de forma a atender aos interesses dos latifundiários da região.

2.1.2. Entre avanços e recuos: “Nova República”⁴⁶, redemocratização e I Plano Nacional de Reforma Agrária

O governo da “Nova República” chegou ao poder recortado de contradições, uma vez que se formou a partir de uma ampla aliança política, que reunia forças à direita e à esquerda, as quais se aglutinaram em torno de Tancredo Neves, produzindo a Aliança Democrática. Segundo Martins (1985), não significou essa Aliança uma ruptura radical com o regime autoritário, emergindo então grandes dificuldades de implementação da proposta de Reforma Agrária, em função de se querer conciliar o inconciliável: atender às demandas dos/as trabalhadores/as do campo e às dos/as grandes proprietários/as rurais.

Naquele contexto, enquanto o Brasil experimentava o pacto democrático da “Nova República”, que desembocou na Constituição de 1988, e a crise do projeto desenvolvimentista, os países do capitalismo central, durante toda a década de 1980, constituíam a hegemonia neoliberal. Como o Brasil vivia um processo de democratização, a sociedade resistia à aceitação da política neoliberal (ALENCAR, 2004). De fato, em tal conjuntura, a proposta do Plano de Reforma Agrária do governo da “Nova República” encontrou a resistência das forças representativas dos movimentos sociais rurais que por ela lutavam, a exemplo do MST e da CUT, para os quais reforma agrária não significava aplicação do Estatuto da Terra. Assim, MST e CUT agiam diferentemente da CONTAG, que deu voto de confiança ao governo, não apoiou as ocupações de terra e tinha como proposta de reforma agrária a aplicação do Estatuto.

⁴⁶ A “Nova República” foi uma gestão de governo (1985-1989) fruto de um pacto político, chamado de Aliança Democrática, entre a dissidência do governo militar que se agrupou na Frente Liberal e a oposição peemedebista. Na época, Tancredo Neves foi eleito presidente do Brasil, por via indireta (Congresso), apesar de toda a mobilização popular por eleições diretas. Tancredo morreu antes de tomar posse, assumindo o vice, José Sarney, membro do Partido Democrático Social – PDS, partido de sustentação do governo militar. Nesse contexto, o governo progressivamente passou a ser administrado por pessoas que tiveram participação no regime militar, sem mencionar que compromissos importantes, como a transformação da estrutura fundiária, assumidos por Tancredo Neves, em praça pública, não foram concretizados (MEDEIROS, 1989). Daí que esse governo, pelas características que tinha e pelas alianças que fez para governar, possuía mais aspectos do velho que do novo.

Além das divergências no interior dos movimentos que lutavam em prol da reforma agrária, surge no cenário uma força contrária, representativa dos/as proprietários/as de terras, que a ela se opõem totalmente. Trata-se da União Democrática Ruralista (UDR), que pratica a defesa do direito à propriedade pelo enfrentamento aberto e pelo uso da violência contra os/as trabalhadores/as rurais sem-terra, valendo-se de uma articulação que contou com a adesão não só de latifundiários/as, mas também do empresariado agrário brasileiro. Esses tiveram uma forte atuação na Constituinte de 1987, formando um bloco de parlamentares denominado de ruralista, que incorporou a bandeira de luta da UDR.

Da apresentação da proposta do Plano, em maio de 1985, à sua aprovação, em outubro, ocorreram muitos debates e lutas em torno da reforma agrária. Entretanto, o PNRA, aprovado pelo governo, distanciou-se da proposta original, o que Silva (1987) denominou de recuo, isto é, um deslocamento do eixo principal, o problema da terra. Segundo ele, a proposta teve doze versões, influenciadas por latifundiários e aliados no Planalto, sendo o enfoque de maior interesse as áreas prioritárias para a reforma agrária. Nesse cenário, forças importantes da organização dos/as trabalhadores/as se dividiam em razão de discordâncias de concepções sobre a reforma agrária adotadas pelo Estado brasileiro e quanto ao tipo de enfrentamento às entidades totalmente contrárias a ela e às ações governamentais, a partir do grau de entendimento, coesão e mobilização de cada uma.

O MST passou a usar, como instrumento de pressão política, os acampamentos e as ocupações, principalmente nas regiões Centro e Sul do país, sendo, posteriormente, fortalecido pelo apoio de setores da Igreja Católica, em destaque a CPT, com a realização das “romarias da terra”⁴⁷. De outro lado, os/as grandes proprietários/as de terra também

⁴⁷ Romaria é um evento organizado pelas pastorais sociais da Igreja Católica no qual, segundo o seu próprio discurso, ocorre a “interação de fé e vida. É peregrinação, festa, oração e busca de Deus, mas é também momento de educação política e de formação da cidadania e conscientização dos direitos e deveres da pessoa”. Essa ação tem acontecido em diferentes regiões do Brasil e variadas épocas, abordando temáticas próprias de cada lugar. No Piauí, por exemplo, desde 1988 já aconteceram nove romarias, organizadas pelas pastorais sociais

mostravam descontentamento, reprimindo a ação dos trabalhadores/as com violência (assassinatos, milícias armadas, etc.)

Conforme Silva (1987)⁴⁸ e Medeiros (2003), os percalços da implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária na “Nova República” trouxeram lacunas que impediram que o governo enfrentasse a questão. Com efeito, favoráveis e contrários à reforma se instrumentalizaram para fazer valer seus interesses e o processo constituinte se tornou um espaço de correlações de forças.

Silva (1993), ao se referir ao PNRA, aponta alguns elementos relacionados a seu fracasso. O primeiro diz respeito ao próprio Estatuto da Terra que, ao tratar da desapropriação “caso a caso”, impedia-lhe o caráter massivo, enquanto o segundo se vincula à inexistência de uma bandeira de luta unificada⁴⁹, pois se o MST a encampava contra o latifúndio, a CONTAG se mobilizava em torno do acesso, sem mencionar o conteúdo da prévia e justa indenização e a proibição de desapropriar terras produtivas. Além disso, afirma Silva (1993) que o PNRA deu continuidade aos programas de colonização, na verdade ações prioritárias dos governos militares, e não atingiu as metas de 10%, programadas para o período de 1985 a 1989. Ademais, três outros pontos, centrais naquela conjuntura, foram apontados como polêmicos no Plano: a abrangência, não posta na dimensão massiva, a escolha da desapropriação como instrumento principal e o controle do processo de reforma agrária pelos/as trabalhadores/as (SILVA,1985).

do regional da CNBB – NE IV, com os seguintes temas: “Terra, água, justiça, clamor dos pobres” (1988), “Terra para plantar, terra para morar” (1989), “Terra, água, trabalho, dons de Deus, direitos de todos” (1991), “Repartir a terra é partilhar a vida” (1993), “Conquistar a terra é construir cidadania” (1995), “Terra concentrada, vida encarcerada” (1997), “Terra repartida, canteiro de vida” (1999), “Terra e água: nossa morada, nossa vida” (2002), “Terra e água, fontes de vida” (2004). (FOLDER, 9ª ROMARIA DA TERRA, CNBB – Regional NE IV, 2004).

⁴⁸ Silva (1987) registra importantes acontecimentos sobre a reforma agrária na Nova República, com destaque para os recuos sofridos pelo PNRA.

⁴⁹ Essas bandeiras de lutas têm, segundo Silva (1993), dimensões diferentes, uma vez que a luta contra o latifúndio é politicamente mais ampla.

Da forma como o Governo José Sarney foi implementando o Plano, aos trabalhadores e trabalhadoras pouco restava de uma política de reforma agrária que atendesse aos seus interesses. A esperança que ainda lhes sobejava era a de pressionar, durante o processo constituinte, para que fossem asseguradas conquistas, como “no mínimo o patamar legal existente, expresso no Estatuto da Terra, e se possível ampliá-lo, em direção às reivindicações do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais” (MEDEIROS, 1989, p. 202). Entretanto, o resultado das eleições de 1986 foi ineficaz, sem influências positivas para os processos de decisão sobre a realização da reforma agrária.

Assim, mesmo diante das forças contrárias que atuaram no Congresso, a Constituição Brasileira de 1988 incorporou aspectos importantes de uma reforma agrária, como por exemplo a ação de desapropriação de terra para esse fim. No entanto, esse conteúdo não foi suficiente para a sua materialização, necessitando de leis que a regulamentassem, de sorte que somente em 1993 a legislação ordinária foi promulgada, através da Lei Agrária⁵⁰ e do Rito Sumário⁵¹, possibilitando, dessa forma, as desapropriações.

Outra forma que os/a trabalhadores/as encontraram para fazer com que a reforma agrária estivesse em pauta como tema de relevância foi a intensificação das ocupações de terra e a organização dos acampamentos. Segundo dados do INCRA, na vigência do PNRA grande parte das desapropriações ocorreu em áreas de maiores tensões sociais, muitas vezes com mortes violentas. Aliás, o cenário de violência e repressão aos atos de resistência dos sem-terra continuou nos governos Collor de Melo e Itamar Franco, nos anos de 1990. Àquela época, as ações repressivas não se limitavam à força policial, mas se juntavam à intervenção do Poder Judiciário, que criminalizava as famílias e deixava impunes os/as mandantes e

⁵⁰ A Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos relativos à reforma agrária, previstos no capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

⁵¹ Esta é a Lei Complementar 76, de 6/7/1993, que trata do processo de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária. Em 1996, houve alteração desta lei. É que, anteriormente, o juiz autorizava apenas o depósito judicial correspondente ao preço oferecido, justificando autorizada, também, a imissão de posse, determinada, de imediato, no prazo de 24 horas.

assassinos dos/as trabalhadores/as. Segundo Fernandes (2001), essa ação estatal se caracterizou como uma judicialização da luta pela terra.

Embora a ação repressiva do Estado tivesse, à época, dificultado o avanço da luta pela terra, o MST priorizou o fortalecimento dos assentamentos existentes pelo investimento na organização das cooperativas locais e regionais. Assim, fundou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), promovendo a territorialização do movimento, traduzida no aumento das ocupações de terra e consolidação do MST como uma das principais forças políticas do país. Segundo dados da CPT, mais de 400 mil famílias ocuparam, na década de 1990, área de latifúndios.

Além desses acontecimentos, os congressos de trabalhadores/as rurais continuaram como espaços de reflexão e construção de mecanismos de luta pela reforma agrária. O 5º Congresso da CONTAG que, em 1991, teve como lema “terra, produção e salário”, declarou que a reforma agrária se deve concretizar através da “distribuição radical da propriedade fundiária” (CONTAG, 1991, p.64), considerando, para tanto, a necessidade de eliminar todo o sistema latifundiário e assentar os/as trabalhadores/as rurais em terras produtivas (CONTAG, 1991).

2.1.3. Os anos de 1990 e o “Novo Mundo Rural”

Com as exigências econômicas e políticas da nova ordem mundial e a democratização experimentada pelo Brasil na década de 1980 e início da de 1990, instala-se um processo que conduz o país ao receituário neoliberal, de modo a promover a sua inserção no mercado global mediante a privatização do Estado e a redução dos gastos sociais. Tratava-se, em suma, da implementação de uma política subordinada aos interesses do capital internacional (ALENCAR, 2004).

Nesse contexto, ocorre, em 1994, a eleição de Fernando Henrique Cardoso, que faz uma gestão como as anteriores, sem prioridade à questão agrária. No contraponto, a crescente onda de violência contra trabalhadores/as em geral e às ocupações como mecanismos de acesso à terra trazem à tona o debate da reforma agrária. Assim, dois fatos marcaram os primeiros anos do governo FHC: os massacres de Corumbiara, em Rondônia, e o de Eldorado dos Carajás, no Pará, resultando em mortes de trabalhadores e tendo a polícia como ator principal, o que demonstrava a violência institucionalizada⁵². Após tais acontecimentos, o governo criou o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF) que, sem estrutura operacional, mas com poderes ministeriais, toma para si o controle da ação do INCRA (antes ligado ao Ministério da Agricultura), sendo, um ano depois, transformado em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A intervenção desse governo na questão agrária não diferiu das dos anteriores e, por isso, as ações não levaram à democratização do acesso à terra, nem sequer do latifúndio improdutivo. No 7º Congresso da CONTAG, em 1998, os/as delegados/as já contestavam a concepção de reforma agrária do governo e a incluíam no âmbito das políticas sociais compensatórias. Apesar de diferente de como a reforma agrária era concebida antes do golpe militar, para a CONTAG (1998) ela não desempenha nenhum papel na geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico e social. Na seqüência, o governo FHC implanta o programa “Novo Mundo Rural”, cujo princípio, segundo Fernandes (2001) é definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como sendo o de

promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais – que compreendem pequenos e médios centros

⁵² Em Corumbiara, Rondônia, o massacre se deu em 1995, quando 5.000 famílias ocuparam uma fazenda. Por ordem da Justiça, 300 policiais fizeram o despejo de forma violenta, resultando em nove mortes e dezenas de feridos. No ano seguinte, em Eldorado dos Carajás, no Pará, centenas de famílias sem-terra bloquearam uma estrada durante manifestação rumo a Belém, quando foram enfrentadas pela polícia. Ao resistirem, ocorreu o massacre, com 17 mortos e muitos feridos.

urbanos –, usando como vetores estratégicos o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícola (BRASIL, MDA, 1999, apud FERNANDES, 2001, p. 35).

Segundo Fernandes (2001), o citado princípio reconhece a importância dos pequenos agricultores para o desenvolvimento do campo e cria um conjunto de políticas para tratar a questão agrária. Entretanto, essas políticas têm o capital e o mercado como os principais referenciais e procura, ao tentar que os/as pequenos/as agricultores/as e os/as sem-terra as aceitem, destituir de sentido a força e a luta histórica dos trabalhadores no processo de conquista da terra (FERNANDES, 2001).

Nesse sentido, para Fernandes (2001) o Programa Novo Mundo Rural incorporou a idéia de uma “nova” reforma agrária como uma forma de descaracterizá-la ao incluir a desapropriação sem o enfrentamento político dos latifundiários e o desmonte dos esquemas fraudulentos de indenizações. Desse modo, a reforma prevista na Constituição Federal é abandonada pelo governo, que implementa uma reforma agrária de mercado, sob a concepção de que os seus beneficiários “(...) desenvolvam atividades produtivas em níveis de competitividade” (PROJETO NOVO MUNDO RURAL), o que se dá nos marcos da ideologia do empreendedorismo⁵³.

A reforma agrária de mercado traduz, segundo Martins (1999), o caráter neoliberal da proposta do governo FHC. No processo de compra da terra, abandona o governo federal a mediação, haja vista que a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária ficaria excluída das ações governamentais, o que promoveria, ainda, a desmobilização da luta dos movimentos, em especial a do MST. Essa forma de o governo tratar a questão agrária foi recebida como provocação pelos movimentos sociais do campo que, historicamente, luta(ra)m

⁵³ Como lembra a profª. Drª. Dione Moraes, em comunicação oral, na crise contemporânea do mundo do trabalho e do emprego formal, o Estado assume o discurso e o incentivo ao empreendedorismo como sucedâneo de políticas de geração de emprego e renda, nos marcos das políticas de orientação neoliberal. Nesse sentido, o discurso da política do novo mundo rural para a agricultura familiar se orientava por essa premissa.

pela democratização da terra. Com efeito, consistiu ela, na prática, na implementação de políticas com o objetivo de “impedir a luta pela terra, diminuindo o crescimento das ocupações” (FERNANDES, 2001, p. 22).

Nessa perspectiva, logo na primeira gestão (1994-1998) o governo FHC criou o Banco da Terra⁵⁴, uma política de compra e venda de terras, financiada pelo Banco Mundial, conforme a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, cuja finalidade era financiar programas de reordenação fundiária e assentamento rural, tendo como beneficiários

trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente os assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, que comprovem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade agropecuária; agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar, assim definida no inciso II do art. 4º da Lei nº 4.504⁵⁵, de 30 de novembro de 1964, e seja, comprovadamente, insuficiente para gerar renda capaz de lhe propiciar o próprio sustento e o de sua família .

Conforme Fernandes (2001), esse programa beneficiou mais os latifundiários, que passaram a receber em dinheiro e à vista, na ocasião da venda da terra, confirmando assim, a forte presença do mercado nesse processo. Por isso, no 7º Congresso da CONTAG os/as delegados/as criticaram o referido programa, que substituíra a desapropriação de terras apenas por interesse social, quando o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) a concebe como instrumento de punição à improdutividade das grandes extensões. Nesse sentido, o Congresso propôs a

extinção do programas Cédula da Terra e Banco da Terra, observando que o Estado e o latifúndio têm uma dívida social para com os agricultores e agricultoras que foram expulsos da terra pelo modelo excludente de agricultura implantado em nosso país. Dessa forma, deverá assegurar a

⁵⁴ Antes da regulamentação dessa política o governo desenvolveu a experiência do Programa Cédula da Terra, em alguns estados do Nordeste e em Minas Gerais, com financiamento do Banco Mundial, no valor de 90 milhões de dólares. Nele um grupo de agricultores/as sem-terra identificava a área pela qual tinha interesse e a apresentava à Unidade Técnica do Estado onde morava. Se aprovado, o grupo receberia o financiamento para a compra da terra, com um prazo de vinte anos para pagar.

⁵⁵ Caracteriza-se como “propriedade familiar, o imóvel rural que, direta e pessoalmente, é explorado pelo agricultor e sua família e lhe absorve toda a força de trabalho, garantindo-lhe a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região, ~~56~~ tipo de exploração e, eventualmente, trabalhada com a ajuda de terceiros” (BRASIL, Lei nº 4.504, art. 4º, § II).

distribuição de terras, através de um amplo e massivo programa de reforma agrária (CONTAG, 1998, p.72).

Outros projetos do governo foram o Casulo e o Roda Viva. O primeiro é uma tentativa de municipalizar a reforma agrária, uma vez que os entes municipal e estadual, juntamente com o INCRA, tiveram como atribuições realizar o cadastramento das famílias sem-terra e identificar terras públicas disponíveis, enquanto o Roda Viva, implantado em 1997, objetivava melhorar a qualidade de gestão da reforma agrária pela participação integrada de diversos órgãos, desenvolvendo-se como piloto em Mato Grosso, Maranhão, Pernambuco e Rondônia. No 7º Congresso, a CONTAG também os criticou a ambos, afirmando que neles ocorreu a mercantilização da reforma agrária.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF⁵⁶) substituiu o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA⁵⁷). Trata-se de uma linha de crédito, ainda em vigor, responsável pelo financiamento dos projetos produtivos para as áreas de assentamentos, que resultou de reivindicações dos/as trabalhadores/as rurais, desde o 6º Congresso da CONTAG, em 1995, fortalecidas com as negociações e mobilizações do Grito da Terra Brasil, em 1996, organizado pelo MSTR, que culminou com a ocupação do Ministério da Agricultura.

O Programa está voltado para o custeio e investimento da agricultura familiar⁵⁸, com várias linhas de crédito, dentre as quais as destinadas às áreas de assentamentos – o

⁵⁶ A CONTAG, no 9º Congresso, afirmou que o PRONAF precisava consolidar-se como política pública, já que superou limites, no que se refere à adequação à diversas clientelas que compõem a agricultura familiar, aos altos encargos e juros variáveis e à burocracia. Tomando como referência os planos safras 2000/2001 e 2003/2004, o movimento sindical rural avaliou que houve uma evolução do programa tanto no número de tomadores quanto no volume de recursos. Nesse período, os números de contratos passaram de 893 mil, com R\$ 2,7 bilhões, para 1,4 milhões e R\$ 4,5 bilhões, num crescimento de 66%. De todo o recurso disponibilizado nesses quatro anos, 15,8% foram destinados para as áreas de assentamentos (CONTAG, 2005).

⁵⁷ O PROCERA foi um programa de crédito criado em 1986 pelo Conselho Monetário Nacional que teve como gestores financeiros o Banco do Brasil, o do Nordeste e o da Amazônia. Cada família assentada recebia 16 mil reais, tendo sete anos, no caso de investimento, para pagamento, e dois de carência, com abatimento de 50% do valor financiado.

⁵⁸ O termo agricultura familiar aparece a partir do 6º Congresso da CONTAG, em 1995, consolidado no 7º Congresso, em 1998, quando se afirma que “a reforma agrária só terá sustentabilidade econômica e social se estiver inserida num contexto de políticas globais de valorização e ampliação do papel estratégico da agricultura

PRONAF A. Atualmente as famílias assentadas acessam um crédito de até 16,5 mil reais e mais 1,5 mil para assistência técnica, totalizando 18 mil, com juros de 1,15% ao ano. Há, ainda, um bônus (desconto para pagamento em dia) de 40% ou 45% sobre cada parcela paga, com um prazo de dez anos, com três ou cinco de carência, a depender do investimento.

A forma de implementação do PRONAF foi apontada, no 7º Congresso da CONTAG, como uma ação compensatória, haja vista que acontecia como um instrumento de crédito rural, desarticulado de uma política de desenvolvimento que integrasse os/as milhares de agricultores/as familiares. Além disso, beneficiou famílias com maiores níveis de renda e inserção no mercado (CONTAG, 1998).

Outro componente da política de reforma agrária do governo FHC foi a assistência técnica aos assentamentos, denominada de Programa de Qualidade e Produtividade nos Assentamentos de Reforma Agrária – Projeto Lumiar, que visava a “implantar um serviço descentralizado de apoio técnico às famílias dos agricultores assentados nos Projetos de Reforma Agrária” (BRASIL, INCRA, 1997, p.3), bem como a constituição de equipes técnicas multiprofissionais para orientar a ação de desenvolvimento nos assentamentos, que tiveram, como produto concreto, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

Antes do Projeto Lumiar, os assentamentos que acessaram o crédito do PROCERA recebiam assistência técnica, prevista nos contratos das empresas prestadoras de serviços, limitando-se à apresentação de laudos técnicos às agências bancárias, em troca de um pagamento de 2% do valor do empréstimo realizado pelas famílias. Segundo Nogueira (2000), essa prática se caracterizou mais como uma fiscalização do agente financiador que propriamente como assistência técnica, no sentido da interação com as famílias para enfrentar as questões de tecnologia, sustentabilidade, produção e mercado, dentre outras. A partir de

familiar em economia familiar para o desenvolvimento do país” (CONTAG, 1998, p. 26). Para melhor compreensão teórica do termo e para um debate teórico em torno do seu conceito, ver, entre outros, Moraes (1998).

1997, implantou-se o Projeto Lumiar, com uma concepção diferente de assistência técnica da até então existente para as áreas de assentamento, apresentando-se com uma visão mais ampla e integrada, tanto que as equipes técnicas atuavam para

incentivar, apoiar e respeitar a autonomia dos processos de organização dos assentados; facilitar os processos de diagnóstico, análise e decisões coletivas; sensibilizar e capacitar os assentados para novas técnicas gerenciais e de produção; estabelecer sistemáticas de avaliação da organização da produção e da produtividade; facilitar o processo de obtenção de informações e de comunicação para apoiar os processos decisórios dos assentados (BRASIL, INCRA, Diretriz, Projeto Lumiar, 1997, p. 37).

Nessa perspectiva, a concepção metodológica do projeto avança ao adotar o incentivo à participação dos/as assentados/as no processo de desenvolvimento do assentamento. Contudo, o programa não foi universalizante, uma vez que de um universo de 404.993 famílias assentadas foram assistidas somente 103.849 (apenas 26%). Ademais, desse número de famílias atendidas, o Estado do Piauí participou com 3.256, sem mencionar-lhe a efêmera duração – antes dos três anos as equipes técnicas foram dispensadas pela alegação de falta de recursos. Já no último ano (2002) do governo FHC é implementado o Programa de Crédito Fundiário, financiado com recursos do Banco Mundial, beneficiando o Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Trata-se de um programa gerenciado pelos governos estaduais que tem como característica a aquisição de terra a partir de demandas das associações de agricultores/as, contando como componentes básicos⁵⁹ o financiamento da terra, dos investimentos comunitários e da assistência técnica.

Houve, conforme diretriz geral da política do governo, grande investimento no sentido de aumentar, numericamente, as áreas de assentamentos. De acordo com dados do INCRA, referentes ao balanço da reforma agrária no período de 1995 a 1998, mais de 280 mil

⁵⁹ Desses componentes, o financiamento da terra é reembolsável pelos beneficiários, contabilizando-se, como contrapartida do Estado brasileiro, no momento que é realizado, o empréstimo com o Banco Mundial, enquanto o financiamento dos investimentos comunitários é não-reembolsável. Os beneficiários, organizados em associação, garantem uma contrapartida de pelo menos 50%, expressa, na maioria das vezes, em mão-de-obra para os projetos comunitários (BRASIL, MDA, 2004, p. 10-11).

famílias foram assentadas, chegando-se ao final do governo (2002) com mais de 579.733, como mostra o quadro 1.

Quadro 1 - Assentamentos de famílias por períodos de governo

Período	Governo	Famílias assentadas
1964 – 1984	Militares	77.465
1985 – 1989	José Sarney	83.687
1990 – 1992	Collor de Melo	42.516
1993 – 1994	Itamar Franco	14.365
1995 – 2002	Fernando Henrique	579.733

Fonte: INCRA, MDA. Cf.(MEDEIROS, 2003, p. 73).

Embora esses números tenham expressividade, não se pode afirmar a efetividade de uma política de reforma agrária no país. É que esta deve articular-se a um conjunto de medidas implementadas pelo Estado visando à alteração da estrutura fundiária (bastante concentrada, no Brasil) e à promoção de um desenvolvimento que atinja a todas as dimensões (social, econômica, ambiental, cultural, etc.) da vida das pessoas. Na realidade brasileira, mesmo que se considerem os avanços alcançados pelos assentamentos, ainda não foram ou não são suficientes para dar respostas à questão fundiária, isto é, à concentração da terra. Nessa perspectiva, aspectos conclusivos do estudo nacional sobre os Impactos dos Assentamentos, realizado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), em 2004, reforçam e ajudam a compreensão da diferença entre o que se chama de política de assentamento e política de reforma agrária:

Os projetos de assentamento rural que emergiram nos anos de [19]80 e [19]90 não alteraram radicalmente o quadro de concentração da propriedade fundiária no plano nacional, estadual ou mesmo nas regiões em que estão inseridos, motivo pelo qual não podemos classificar a política de assentamento rural como um profundo processo de reforma e redistribuição da estrutura fundiária (LEITE et al, 2004, p. 68).

Não é, contudo, possível ignorar ou ⁶⁰negar as mudanças positivas, sobretudo de

infra-estrutura, que ocorreram nas diferentes realidades onde a política de assentamento foi implementada, apesar dos limites e problemas vivenciados pelas famílias assentadas. Isso é, na verdade, um fato, como se verificou tanto no mencionado estudo do NEAD, quanto nas narrativas dos assentados e assentadas do Centro do Designo, na pesquisa em foco.

2.2. Questão agrária e política agrária no Piauí

Para analisar a realidade agrária piauiense contemporânea, especialmente o nível de concentração das terras, tomar-se-ão como referências os dados do último Censo Agropecuário (1995), tendo-se em mente que a estrutura fundiária do Piauí é fruto de um processo histórico⁶⁰ que, ao longo dos anos, mesmo com as ações governamentais, julgou uma realidade sem redistribuição fundiária.

Tabela 1 - Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total - Piauí - 1960/1996

Grupos de área total (ha)	Proporção do número de estabelecimentos (%)		Proporção da área dos estabelecimentos (%)	
	1960	1995	1960	1995
Menos de 10	43,77	65,19	1,15	3,00
10 a menos de 100	37,11	26,66	13,10	20,80
100 a menos de 1 000	17,50	7,58	45,68	39,00
1 000 a menos de 10 000	1,57	0,55	30,12	24,70
10 000 e mais	0,18	0,02	9,95	12,50
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário do Piauí, 1995-1996.

Como se pode ver, de 1960 a 1995 os percentuais relativos ao número de estabelecimentos e às áreas apresentam-se muito próximos, apesar do longo período de 35 anos. Isto demonstra que o Piauí, nas ações governamentais, reproduziu de forma muito articulada o modelo de desenvolvimento adotado à época, conforme caracterizado no item sobre a política dos governos militares.

⁶⁰ Sobre elementos históricos de uma questão agrária piauiense, desde o período colonial ver, entre outros (BRANDÃO, 1995, MACHADO, 2002, RIBEIRO, 1995).

De acordo com a tabela, é claro o fosso entre os estabelecimentos minifundistas (menos de 10 ha) e os do grupo de 1.000 ha ou mais. Os primeiros, em 1960, representam quase 50% dos estabelecimentos do estado e ocupam apenas 1,15% da área, enquanto os segundos significam 1,57% dos estabelecimentos e ocupam 30% da área. Ademais, no ano de 1995, trinta e cinco anos depois, não se vêem mudanças substanciais, porquanto, se há um aumento tanto do percentual de estabelecimentos quanto da área e embora este represente um incremento de 130% em comparação a 1960, acaba sendo inexpressivo quando se visualiza o quadro geral da situação fundiária. Aliás, outro dado importante é a função dos agrupamentos de menos de 10 ha e de 10 a menos de 100. Em 1960, 80,88% dos estabelecimentos ocupavam 14,25% da área total e, em 1995, 91,85% deles detinham 23,80%.

Ao configurar, no Piauí, essa realidade fundiária, é importante destacar que no Brasil muito se legislou sobre a posse e o uso da terra, mas “para os governantes do passado e de hoje, a questão agrária está sendo resolvida de modo conveniente” (IANNI, 1984, p. 250). É por isso que as políticas governamentais referentes à questão agrária não têm provocado mudanças na estrutura fundiária, como mostrado na tabela 1, mas favorecido a um concentracionismo que se fortaleceu no período de gestão dos governos militares, sobretudo na década de 1970, com a adoção de incentivos fiscais e créditos agrícola subsidiados.

No que tange à política agrária, no Piauí, na década de 1970, o então governador Alberto Tavares e Silva implementou ações que se articularam à política nacional, criando, através da Lei nº 3.118/71, a Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI). Em 1975, a Resolução nº 36 do Senado Federal autorizou o estado a fazer a alienação de cinco áreas de terras públicas, via COMDEPI, localizadas nas regiões Nordeste, Centro e Sul, cujo objetivo foi a

execução de projetos de colonização para o aproveitamento de mão-obra excedente; regularização da situação dos posseiros localizados nas terras do Estado e alienação a empresas rurais, em lotes

não superiores a 25.000 hectares, para implantação de projetos agropecuários e agroindustriais considerados de interesses para o desenvolvimento do Estado pela SUDENE ou pela própria COMDEPI.

Através da mencionada Resolução, a COMDEPI ficou autorizada a alienar terras públicas, incluindo as Fazendas Estaduais⁶¹, em lotes de 500 a 3.000 hectares, a preços baixos, mediante a apresentação, por empresários interessados em investir no Piauí, de projetos de desenvolvimento. O crédito subsidiado pelo governo federal favoreceu a corrida às terras piauienses, a exemplo do que aconteceu em outras regiões do Brasil, como na Amazônia Legal.

O Relatório (1997) da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Conflitos Agrários e Análise Jurídica das Alienações das Terras Públicas Patrimoniais, comunica o repasse à COMDEPI de 1.931.859 hectares de terras pertencentes ao Patrimônio Imobiliário Rural do Estado. Desse total, foram vendidos 1.354.487ha a menos de quinhentas pessoas jurídicas e físicas, enquanto se doaram 98.228 hectares a 2.000 posseiros. O Relatório informa ainda que o preço das terras vendidas fora fixado abaixo dos praticados no mercado imobiliário da época e as terras doadas restaram em frações inferiores ao módulo rural do município de localização. Essas duas práticas, assumidas pelo órgão, foram apontadas no Relatório como execuções ineficientes da política fundiária, pois favoreceu, de um lado, o surgimento de novos latifundiários, dissimulados em empresas rurais, e, de outro, o aparecimento de novos minifúndios.

A ação do governo estadual, no período, através da COMDEPI, embora tivesse como foco o enfrentamento da questão fundiária, como mencionado em seus objetivos, nem ao menos, como diz Nogueira ([199-]), implantou os projetos de colonização e tampouco

⁶¹ Fazendas Estaduais são grandes áreas de terras onde se formaram as fazendas de gado e infra-estrutura de casas, currais, igrejas e mão-de-obra escrava, apropriadas pelos bandeirantes, a exemplo de Domingos Afonso Mafrense. As fazendas foram doadas, em testamento, para a Companhia de Jesus, em 1710, e confiscadas, em 1760, pela Coroa portuguesa, a cujo patrimônio foram incorporadas. Com a separação do Brasil de Portugal, os bens passaram para a Coroa brasileira, no século XIX⁶³ com a República, se transferiram ao patrimônio do Estado do Piauí, no século XX.

regularizou a situação dos posseiros. É que o Piauí, como parte de um contexto maior em que a tônica era o desenvolvimento de uma política nacional de fortalecimento do capitalismo no campo, com facilidade de acesso a recursos públicos federais, não fez diferente e implementou a mesma política. Assim, segundo o Relatório da CPI (1997), as empresas beneficiadas não fizeram investimentos para desenvolver o Estado do Piauí nem tornaram produtivas as terras.

Para Nogueira ([199-]), antes da política implementada pela COMDEPI, nos anos de 1970, não houve intervenção do poder público estadual para enfrentar a questão fundiária, mas registro pontual de ações federais relativas à colonização. Com efeito, em 1932 foi criado o Núcleo Colonial David Caldas, em União, e em 1956 o Núcleo Colonial do Gurguéia, hoje município com o mesmo nome, o primeiro sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, beneficiando 350 famílias, e o segundo assumido pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), atendendo a 260, perfazendo um total de 610 famílias, numa área de 37.000 hectares. No início da década de 1980, através da Lei nº 3.783, de 16 de dezembro de 1980, foi criado o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), o qual, como “órgão executor da política fundiária do Estado, investido de poderes de representação para promover a discriminação e arrecadação de terras devolutas, na forma da legislação federal e estadual”, deve ainda “reconhecer as posses legítimas e dar destinação às terras apuradas, arrecadadas e incorporadas ao seu patrimônio”.

Assume então o INTERPI o papel de gestor do Patrimônio Imobiliário Rural do Estado, antes desempenhado pela COMDEPI, beneficiando, até 2002, 2.586 famílias. A atuação desse órgão, conforme Relatório da CPI (1997), não foi, porém, diferente da COMDEPI, pelo menos no que se refere à venda de terras públicas.

Os preços fixados para a venda de terras públicas, realizada pelo Instituto de Terras do Piauí aos pretendentes às aquisições, foram subestimados, com o conseqüente⁶⁴ favorecimento dos adquirentes de terras públicas

estaduais, pois os valores fixados para os preços das terras públicas vendidas aos pretendentes foram definidos muito abaixo dos preços praticados no mercado imobiliário, sob a argumentação de que os preços baixos fixados para as terras públicas funcionariam como estímulo para atrair pessoas interessadas no desenvolvimento de atividades do setor primário da economia, fato que resultaria no desenvolvimento dos municípios-pólos onde estavam localizadas as terras públicas que foram vendidas (PIAÚÍ, RELATÓRIO DA CPI, 1997, p. 54-55).

Isso demonstra que a política fundiária implementada pelo poder público estadual se deu no sentido de priorizar as empresas rurais, em detrimento de resolver os conflitos agrários vivenciados pelos/as posseiros/as e trabalhadores/as rurais sem-terra. O Relatório da CPI confirma que o INTERPI doou os/as posseiros/as, do seu patrimônio rural, apenas 5,08% (98.228 hectares), sem atender à dimensão do módulo rural em cada município, e vendeu às empresas 70,1% (1.354.487ha) das terras, a preços abaixo do valor de mercado.

Como parte da política agrária, outra ação de destaque do governo foi a implantação, em 1981, através da Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN), do Projeto de Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba (PDRI)⁶², cujo objetivo era a melhoria das condições de vida dos/as pequenos/as produtores/as rurais pelo acesso e condições de garantia à permanência na terra. O projeto atendeu a 24 municípios, localizados na região do Médio Parnaíba, tendo sido, durante o período de execução (1981-1986), adquiridos 206.874ha, distribuídos a 3.211 pequenos/as produtores/as⁶³, com lotes médios individuais de 40ha.

A ação do PDRI, se comparada à intervenção da COMDEPI, pode ser considerada quantitativa e qualitativamente significativa por reunir um conjunto de atividades⁶⁴ necessárias para “aumentar a renda e as oportunidades de emprego para a população pobre da

⁶² O PDRI foi um Projeto implementado por meio de acordo de empréstimos firmado entre o governo brasileiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). O valor estimado era de US\$ 84,4 milhões, dos quais o Banco Mundial financiou US\$ 29, sendo aplicados somente US\$ 18,2.

⁶³ Segundo relatório, parte desses/as pequenos/as produtores/as viviam na condição de agregados/moradores e, por falta de um trabalho de organização das famílias e de um acompanhamento mais sistemático junto a elas, muitas abandonaram os lotes (PIAÚÍ, RELATÓRIO DO TÉRMINO DO PROJETO, 1987).

⁶⁴ Para o projeto alcançar os objetivos propostos, foram desenvolvidas ações nas áreas fundiárias, assistência técnica e extensão rural, pesquisa e experimentação, comercialização, irrigação, pesca artesanal, estradas vicinais, abastecimento d'água e educação.

zona rural e melhorar as condições sócio-econômicas de modo a diminuir a taxa de migração rural-urbana e assegurar um abastecimento adequado de alimentos para as populações urbanas” (PIAUI, RELATÓRIO DA CPI, 1987, p. 13). Entretanto, tal empenho não tocou nas questões fundiárias principalmente no que se refere às áreas de conflitos agrários e aos latifúndios que não cumprem a função social, sem mencionar a não-utilização de ações discriminatórias⁶⁵ das terras públicas devolutas do Estado para a realização do processo de regularização fundiária. As formas de aquisição previstas eram a compra de terras particulares, que foi a predominante, e a doação de terras públicas identificadas na área do projeto.

O Relatório da CPI também menciona o PDRI, informando que o Estado do Piauí, para implementar as ações do referido projeto, teve que comprar terras, embora fosse proprietário de uma quantidade expressiva de terras públicas já incorporadas ao seu patrimônio imobiliário rural (áreas das Fazendas Estaduais) e de terras públicas devolutas passíveis de incorporação ao referido patrimônio, viabilizáveis por ações discriminatórias. O relatório denunciou que as terras doadas às famílias, através do PDRI, apresentaram problemas de baixa fertilidade, sendo imprestáveis para as práticas agrícolas, e que as áreas identificadas dos imóveis eram inferiores aos números contidos nas certidões de registro. Além disso, as estruturas de recursos hídricos foram avaliadas por preços superiores aos praticados no mercado imobiliário da época.

Em continuidade às ações governamentais ligadas à questão agrária, mais especificamente ao processo de aquisição de terras, foram implementados os projetos Banco da Terra e Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, tendo o Banco Mundial como agente financeiro. O primeiro, administrado pela Secretaria Estadual de Agricultura, durou

⁶⁵ “São ações civis ajuizadas, exclusiva e privativamente, pela União Federal e pelos Estados Federados, com a finalidade de viabilizar a localização e o dimensionamento das terras públicas devolutas (federais ou estadual), possibilitando a separação dessas terras das terras privadas” (MACHADO, 2002, p. 46).

apenas dois anos (1999/2001) e beneficiou a 1.439 famílias, enquanto o segundo se encontra em funcionamento desde 2002, gerenciado pela Secretaria Estadual de Planejamento, tendo, no ano inicial, atingido a 241 famílias, em 14 projetos de assentamentos. No PCPR, há dois componentes básicos: a aquisição da terra – reembolsável pelas famílias – e os investimentos comunitários – não-reembolsáveis. O objetivo é “contribuir para a redução da pobreza rural e para a melhoria da qualidade de vida, mediante o acesso à terra” (BRASIL, MANUAL DE OPERAÇÃO, 2004, p. 24).

No âmbito do INCRA, implementaram-se três projetos de colonização, dois na década de 1950 e o terceiro em 1980. A partir de 1985 o INCRA se estruturou no Estado adotando, como base de intervenção, o I Plano Nacional de Reforma Agrária. Os dados seguintes se referem ao período que se inicia em 1987, dois anos depois de lançado o PNRA, tendo como meta assentar, ao final de 1989, o total de 1,4 mil famílias, número que, para o Piauí, se traduzia em 99 mil. Conforme dados do INCRA-PI, de 1985 a 1989 foram assentadas 279 famílias, em seis projetos de assentamentos, significando 0,28% do total da meta, demonstrando tanto a fragilidade do I PNRA quanto o descompromisso dos governos federal e estadual com a questão agrária e com a própria política de reforma agrária.

Tabela 2
Projetos de assentamentos sob jurisdição do INCRA no Estado do Piauí
Período: 1981 – 2002

Ano	Número de famílias	Número de projetos de assentamento
1981	102	01
1987	158	02
1988	86	02

1989	35	02
1991	279	02
1992	101	02
1993	42	01
1994	532	02
1995	807	06
1996	1.266	09
1997	1.680	17
1998	1.731	31
1999	1.093	14
2000	1.652	16
2001	449	08
2002	974	15
TOTAL	10.987	130

FONTE: INCRA – Superintendência Regional do Piauí.
(Tabela elaborada a partir de dados fornecidos pelo INCRA - SR 24)

A tabela indica que, a partir de 1995, houve um aumento considerável de assentamentos no Piauí, em comparação com os anos anteriores, tendo sido criados, em média, 14,5 assentamentos por ano. De fato, trata-se de um período com forte orientação da política federal para a criação de projetos de assentamentos, com a implementação do Programa Novo Mundo Rural, sendo parte dela o serviço de assistência técnica nas áreas, através do projeto Lumiar, desde 1997. No entanto, conforme já mencionado, a assistência técnica se estendeu a somente 21 assentamentos dos 46 criados até 1997, menos da metade da demanda da época, atingindo 5.088 famílias e envolvendo 11 equipes técnicas. Na pesquisa, não foi encontrado registro dos critérios adotados pelo INCRA-PI para definir as áreas de assentamentos que receberam assistência técnica do Lumiar⁶⁶.

Baseados nos registros do Sistema de Informação dos Projetos da Reforma Agrária (SIPRA) do INCRA e nos dados da tabela anterior, depreende-se que o referido órgão, no processo de acompanhamento, estabeleceu alguns parâmetros para definir as fases em que se encontram cada projeto de assentamento: os consolidados, os em consolidação e os em

⁶⁶ Na verdade, identificou-se no INCRA, um técnico que na época de funcionamento do Programa Lumiar participava das reuniões, nas quais eram tomadas as decisões acerca dos projetos de assentamentos no estado. Mesmo assim, não foi possível acessar as informações que interessavam à pesquisa, porque não foi localizado o livro onde foram registradas as reuniões e, na tentativa de construir as informações através de memória do técnico, este demonstrou insegurança e não quis opinar sobre o fato.

estruturação⁶⁷. O SIPRA os caracterizou, na época, como nove (7%) consolidados, sete (5,3%) em consolidação e 114 (87,7%) em estruturação. Ademais, os investimentos federais para a política agrária no Piauí como, por exemplo, a assistência técnica do Lumiar, os créditos de implantação e as infra-estruturas (estrada, energia e água) foram destinados somente aos projetos de assentamentos sob a responsabilidade do INCRA, ficando excluídos aqueles sob a administração do INTERPI (noventa projetos). Isso permitiu, ao longo dos anos, a instituição de duas realidades de assentamentos, os “do INCRA” e os “do INTERPI”, que denunciam a inexistência de um Plano Estadual de Reforma Agrária⁶⁸, já que ambos os órgãos atuavam de forma isolada, quase sem comunicação, principalmente no que diz respeito aos processos que cada um foi construindo no enfrentamento das questões agrária e fundiária no Estado.

Além disso, vale destacar que com base em registros do INCRA, como os Relatórios de Atividades⁶⁹, já que inexistem Planos de Ação anterior a 2005, pode-se perceber que a principal ação dessa instituição foi a obtenção da terra, que segundo as diretrizes nacionais, ocorre por meio dos procedimentos de desapropriação por interesse social, discriminação e arrecadação de terras devolutas, compra e venda e doação. No período de 1981-2002, conforme os dados da tabela 2, do universo de 130 projetos de assentamentos, foram criados 108 (83%) por meio da desapropriação e 22 (17%) ficaram distribuídos entre

⁶⁷ Segundo informações do INCRA, a fase de consolidação é aquela em que o assentamento já teve acesso a todos os créditos, materializados no de implantação (alimentação, fomento e habitação) e o de infraestrutura (água, energia e estrada). No caso do Centro do Designo. Em consolidação são aqueles que se beneficiaram somente com grande parte dos investimentos, faltando, na maioria das vezes, a infraestrutura. Em estruturação se enquadram aqueles atendidos somente com uma pequena parte dos investimentos, limitando-se ao crédito alimentação e ao fomento.

⁶⁸ A construção de um Plano de Reforma Agrária para o Estado do Piauí só se consolidou em 2005, no governo Wellington Dias. O esforço iniciado em 2003 pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, na gestão do então Secretário Sérgio Vilela, envolveu um conjunto de atores sociais diversos, entre os quais os/as beneficiários/as, representantes dos/as trabalhadores/as e órgãos governamentais de âmbito federal, estadual e municipal, resultando em uma construção coletiva, em grande medida coordenada pelo INCRA e contando com consultoria externa. O referido plano tem um horizonte temporal 2003-2010 e expressa a vontade de romper com a prática tradicional das instituições, de ações pontuais, sem planejamento e sem a participação dos beneficiários/as (PIAUI, I PRRA, 2005).

⁶⁹ Vale informar que os relatórios a que se teve acesso foram somente relativos aos anos de 1995, 1996, 1998 e 2002 e com uma certa carência em termos de análise da atuação do INCRA, além da falta de dados mais objetivos.

compra e venda e doação. A partir desses dados pode-se afirmar que foi significativo o percentual de desapropriação ocorrida no Piauí, mas não há registros de como ocorreram esses processos. O máximo de informações obtidas limitou-se aos números. Diante disso, há um fato que despertou curiosidade na pesquisa. Não há registro de nenhuma área no Piauí onde o INCRA fez regularização fundiária. O Centro do Designo tinha todas as características de uma propriedade que podia ter esse tipo de intervenção, porém seu processo está registrado como área desapropriada e o procedimento realizado foi de compra e venda.

Na referida temporalidade, essa relação institucional se restringiu, com efeito, à ação de reconhecimento, pelo INCRA, das áreas desapropriadas pelo INTERPI. Tratava-se isso, na verdade, de uma exigência nacional, por ser o reconhecimento uma condição para as famílias acessarem o crédito de produção, recurso federal do antigo PROCERA, atual PRONAF. Assim, até 2002 os projetos de assentamento do INTERPI só tinham em comum com os do INCRA o mencionado investimento, de sorte que, considerando a falta de sintonia entre os órgãos na implementação dessa política no Estado, bem como os números já apresentados pelo INCRA, é possível perceber que, durante todos esses anos, os assentamentos não alcançaram nem as condições necessárias para as famílias permanecerem na terra, o que denota uma grande fragilidade da política em apreço.

2.3. A instituição do Assentamento Centro do Designo

Conforme assinalado no capítulo 1, item 3, o processo histórico da propriedade Centro do Designo teve como destaque a mudança da área para assentamento de reforma agrária. Após a decretação da desapropriação da terra o INCRA deu continuidade aos trabalhos na área, assentando no ano seguinte (1997) as 431 famílias e marcando, dessa forma, a criação do Projeto de Assentamento.

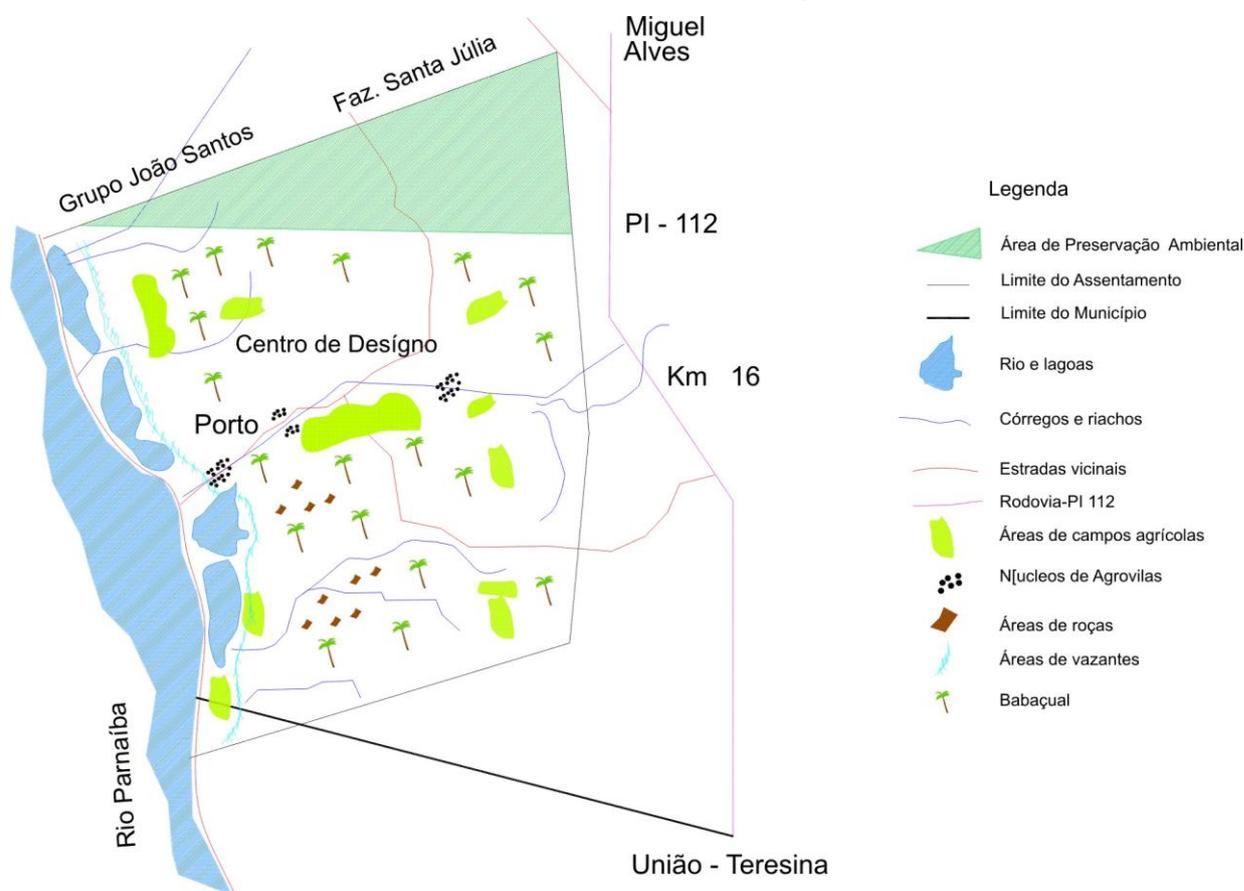
Como já referido, a ocupação da propriedade Centro do Designo pelas famílias não teve a mesma característica das apoiadas pelo MST⁷⁰ porque elas, historicamente, já viviam na área, na condição de moradoras, o que resultou na ausência de conflitos abertos, apesar de todas as formas de submissão experienciadas pelas famílias por muitas décadas, devido à condição de não-proprietários das terras. Contudo, nos anos de 1990, as relações com o proprietário já não se configuravam sob um quadro de tanta imposição, se comparada aos anos anteriores, o que permite levantar a hipótese de que outros fatores tiveram maior peso no processo de desapropriação do que a situação interna vivida pelas famílias.

Pode-se, tomar como exemplo, o tempo de moradia, o expressivo número de famílias na área, as eleições municipais de 1996, o pico da implementação da política de assentamento do governo FHC, a gestão política-institucional do INCRA⁷¹. No que se refere ao papel dos mediadores, destaca-se o STR de Miguel Alves, cuja participação se deu como uma questão estratégica, já que nos processos de desapropriação o sindicato se constitui um ator importante porque representa politicamente os/as trabalhadores/as rurais no município, mesmo que na prática não construa a mobilização e a organização para a luta pela terra. O STR de Miguel Alves tinha assim, na época, essa função mais simbólica do que fática, uma vez que sua atuação se restringia a encaminhar ações voltadas para as aposentadorias. Assim, o ofício que enviou ao INCRA, solicitando vistoria da propriedade, teve seu grau de importância na criação do assentamento, porém a participação do STR se encerrou nesse momento.

⁷⁰ A referência ao MST deve-se à estratégia política adotada no processo de luta pela terra, que são os acampamentos. Esses, segundo Fernandes (2001), são espaços e tempos de transição na luta pela terra, além de resistência.

⁷¹ Nessa época, o gestor do INCRA representava a força política partidária do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e se apresentava como aliado dos/as trabalhadores/as. Daí é que todas as ações institucionais foram no sentido de fortalecer e ampliar a base do referido partido no Estado do Piauí. Para isso, tornou mais ágeis os processos de desapropriação, além do que sua prática era a de manter contato direto com os/as trabalhadores/as e no caso do Centro do Designo, o anúncio da desapropriação foi dado por ele próprio, o superintendente.

Figura 4
Mapa Etnográfico⁷²
Assentamento Centro do Designo



Fonte: Relatório - Diagnóstico do Assentamento, CEPAC, 1999. Adaptado.

Nesse contexto, vislumbram-se ainda outras forças “ocultas”⁷³, com fortes influências e que desempenharam também o papel de mediadores, já que o sindicato não dava conta de pressionar para que se desse a desapropriação. Além disso, os registros no processo de desapropriação são apresentados com bastante objetividade e as atividades realizadas foram cumpridas num curto espaço de tempo.

Para a materialidade da desapropriação, a equipe técnica do INCRA encaminhou as etapas do processo, a exemplo do cadastramento das pessoas, com o apoio de algumas lideranças locais. Tal providência não ocorreu na dimensão universalizante, pois foi excluído

⁷² Mapa construído durante o trabalho de campo, com a ajuda da memória dos/as assentados/as.

⁷³ Nesse caso, as forças “ocultas” eram as lideranças políticas do município de Miguel Alves, a família proprietária e o próprio gestor do INCRA.

quem não se enquadrava nos critérios⁷⁴ e os/as que resistiram, por desconhecimento, da ação do INCRA em prol da própria desapropriação da área. Atualmente, depois de sete anos, a população do assentamento gira em torno de 5.000 pessoas, num total de 600 famílias, sendo que os créditos de implantação e investimentos se destinaram a somente 431, o número de cadastrados/as na época. É interessante registrar que houve resistência ao cadastramento, como denota a fala abaixo:

(...) Eu lembro que o incra [INCRA] esteve aqui por seis dias, fazendo o cadastro e muitas vezes tivemos que procurar as pessoas na própria casa. Além da divulgação que foi feita, tivemos que procurar as pessoas na própria casa e convencer para que elas fossem fazer o cadastramento, diante de tanta especulação que existia em relação à ação do incra e da própria desapropriação. Então, por esse desinteresse, ficaram muitas pessoas de fora do cadastro.⁷⁵

A fala demonstra o quanto era baixo o grau de conhecimento e de envolvimento das famílias no processo de desapropriação das terras. É que a velocidade das ações institucionais tirou a possibilidade de parte das famílias participarem, de forma consciente, de todas as suas etapas do processo. No caso, a singularidade do Assentamento Centro do Designo, pela gênese referida, contribuiu para uma intervenção mais sistemática do INCRA na área, tanto que os/as técnicos/as tiveram que realizar intensivas reuniões com as famílias, para que o processo de organização acontecesse. Além disso, o assentamento foi assumido, pela gestão da instituição na época, como uma área “modelo”⁷⁶ de reforma agrária.

⁷⁴ Conforme o Manual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária, as situações consideradas eliminatórias no processo de seleção são as seguintes: ter menos de 21 anos; ser funcionário público/a de empresa pública, autarquia e parastatal, civil ou militar, da administração federal, estadual ou municipal, enquadrando-se também o cônjuge ou companheiro/a; ter renda mensal proveniente de atividade não agrícola superior a três salários mínimos; ser proprietário/a, cotista, acionista ou participante de estabelecimento comercial ou industrial; ser proprietário/a de imóvel rural com área igual ou superior a 1 módulo rural; ser ex-beneficiário/a de projetos de regularização fundiária, projetos de assentamento oficial ou outros de responsabilidade de órgãos públicos, salvo por motivo de separação do casal ou outro, justificado a critério do INCRA; apresentar deficiência física ou mental que impeça o exercício de atividade agrícola; ser aposentado/a por invalidez; possuir antecedentes criminais, com sentença definitiva transitada em julgado e pena pendente de cumprimento ou não.

⁷⁵ F.R.S. Entrevista a C.M.S.B. Costa. Assentamento Centro do Designo. 12/dez./2004.

⁷⁶ Inexiste no INCRA qualquer registro que justifique a escolha do Centro do Designo como “modelo” de assentamento de reforma agrária. Entretanto, procurou-se resgatar o fato, juntamente com técnicas do órgão que na época (1998/1999) acompanharam as ações, sendo que, como técnica do Lumiar no assentamento, as observações de algumas situações podem ajudar a entender melhor essa escolha. Duas razões podem ser

(...) Às vezes chego a pensar que essas mudanças poderiam ter ocorrido sem a mudança para assentamento, mas de forma bem lenta. Eu vejo o nome assentamento como a mudança mais rápida. Mas existe lugar que se transformou em assentamento e não teve a mudança tão rápida que aqui teve. Enquanto que o nosso em menos de sete anos teve uma grande mudança. Tem assentamento no Estado do Piauí que nem saiu do papel, mas o nosso em menos de sete anos ele cresceu, foi visto pelo Estado do Piauí como um assentamento modelo. Então contribuiu sim, é claro que essa mudança iria ter um dia, mas creio que foi em função das várias reuniões das famílias que têm nesse assentamento, até mesmo por cobrança. O desconhecimento da comunidade sobre o assentamento fez com que viessem pessoas de fora, que também contribuíram nessa mudança.⁷⁷

Em 1999, nós aqui recebemos a visita do ministro [Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Belens Jungmann Pinto] que veio de Brasília e de outras autoridades do INCRA daqui, além do prefeito de Miguel Alves. Eu já tive em Brasília, a convite do governo federal, representando os assentamentos⁷⁸.

De fato, essas pessoas expressam não só um certo orgulho do assentamento pelo seu reconhecimento dentro e fora do estado, mas também a alegria de ver acontecer, num curto tempo, tantas melhorias na infra-estrutura. Os momentos de reuniões, ou melhor, de organização das famílias foram importantes, como frisou I. A. P., embora não tenham sido definidores das mudanças, uma vez que a análise que hoje se faz é a de que os interesses e as vontades políticas dos gestores do município e do INCRA tiveram mais peso que a de mobilização das famílias assentadas. No entanto, opinião como essa não se observou nas falas dos/as assentados/as, durante as narrativas.

O projeto de assentamento exigiu que as famílias se organizassem em associação, para que a diretoria assumisse o papel de mediadora das ações perante o INCRA. Assim, vivenciaram elas processos de organização e criaram em 1997, em assembléia geral, a Associação dos Produtores Familiares da Região do Designo (APROFAD). A partir de então,

apontadas: a primeira, de ordem técnica, diz respeito às condições de potencialidade, destacando-se, dentre outras, os recursos hídricos, a proximidade da capital, Teresina, e da sede do município de Miguel Alves, a população numerosa e a aplicação dos créditos de implantação; a segunda, de ordem política, se refere às influências das forças políticas partidárias. Na época, a superintendência do órgão estava a cargo do Partido da Frente Liberal (PFL), o mesmo que fazia a gestão pública em Miguel Alves, o que denota interesses partidários convergentes. Além disso, a gestão pública do município demonstrava esforço, apoiando e fortalecendo as ações do INCRA, até porque (mais uma razão) o título que adquiriu o assentamento era importante para o governo local.

⁷⁷ I.P.A. Entrevista a C.M.S.B. Costa. Assentamento Centro do Designo. 21/nov./2004.

⁷⁸ F.S.C. Entrevista a C.M.S.B. Costa. Assentamento Centro do Designo. 21/nov./2004.

iniciaram o gerenciamento dos recursos dos créditos de implantação, totalizando, na época, o valor de 1.691.675,00 reais, ficando o investimento, por família, em 3.925 reais, com o objetivo de

permitir aos assentados dos projetos de reforma agrária do INCRA apoio das atividades produtivas e oferecer condições mínimas necessárias para sua permanência em suas parcelas; tornar o Crédito Implantação um instrumento educativo e possibilitar que em sua aplicação seja realizado o planejamento ascendente, contando com a efetiva participação dos assentados (BRASIL, INSTRUÇÃO NORMATIVA/INCRA nº 19, 10/9/1997).

O crédito de 400 reais se destinava ao financiamento de alimentação, especificamente para a aquisição de gêneros necessários à manutenção das famílias, enquanto o fomento de 1.025,00 reais se deveria empregar na compra de insumos agrícolas em geral (ferramentas, equipamentos, maquinarias, plantel de animais, etc.) e o crédito habitação de 2.500 reais para apoiar a construção das moradias. Na prática, a execução desses créditos trouxe insatisfação a muitas famílias, sendo constantes os conflitos e as tensões tanto em relação à forma de sua aplicação quanto aos resultados, pois as famílias, individualmente, não tiveram autonomia para administrar a sua parte. Tal tarefa, na verdade, cabia à diretoria da associação, porque as ações passavam pelo viés da dimensão coletiva e, em função da rapidez do processo, não houve tempo para uma assimilação consolidada do sentido das mudanças efetivadas. Daí que prevaleceu um sentimento de insatisfação nas pessoas, que não tiveram consideradas as vontades individuais⁷⁹.

Em deliberações coletivas, as famílias adquiriram bens (trator, máquinas de beneficiamento do arroz, caminhão) com a contribuição da parte de cada uma e, mesmo com a

⁷⁹ De experiências coletivas anteriores, sabe-se que, durante o cultivo das roças, muitas das famílias, principalmente no âmbito da vizinhança ou do parentesco, troca(va)m horas ou dias de serviços, isso, porém, não fora suficiente para gestar uma prática coletiva que desse conta de todas as dimensões que exige o cotidiano de um assentamento nem impediu que as tensões e as insatisfações tomassem conta das pessoas. Como a Política de assentamento tem a diretriz coletivizadora, nela prevalecem os imperativos coletivos e, por isso, percebe-se certa resistência em considerar os contextos e as histórias de cada lugar e de cada indivíduo ou família, adotando, dessa forma, o critério de igualdade para todos/as. Naquela época, muitas famílias demonstraram interesse de administrar a parte do crédito que lhes cabia, mas, frustrado o desejo, os conflitos emergiram, em um ambiente carregado de desconfiança. Como a diretoria da associação administrou todo o recurso, os embates ocorreram entre os/as próprios/as assentados/as e não entre esses/as e o INCRA.

discordância de muitas, delimitaram áreas para o cultivo de campos agrícolas, localizaram os núcleos de agrovilas e construíram as casas. Todas essas ações foram definidas tendo como base a dimensão coletiva que dá sustentação à Política de Assentamento.

Mas imprimir essa prática numa realidade em que as pessoas pouco ou quase nada experimentavam de ações coletivas fez emergir muitos problemas, que afetaram o modo de viver no assentamento, a organização das famílias e a compreensão do significado da terra para a maioria, interferindo, positiva ou negativamente, na qualidade de vida. Como as famílias moravam, na época da construção das casas, em diferentes pontos, em nove localidades diferentes (figura 3), a recomendação do INCRA foi concentrá-las, numa só agrovila (figura 4)⁸⁰, a fim de baratear os custos com a infra-estrutura social e coletiva (energia, água, estrada, escola, etc).

A agrovila foi construída formando três núcleos, que compreendem 431 casas, no formato do projeto de assentamento. Mas, incorporadas a esses núcleos, existem outras casas de pessoas que não foram reconhecidas pelo INCRA como assentadas, no caso aposentados/as e outras que na época não foram cadastradas, totalizando uma média de 500 casas. As construídas pelo projeto são de tijolos, com cobertura de telhas, servidas de água encanada e energia elétrica e têm cinco compartimentos, incluindo o banheiro. A área ocupada, por família, na agrovila, é de 1.250m², sendo que as casas têm apenas 42m² de área construída, o que causou desagrado às famílias camponesas, pois o espaço não as comportava embora tivessem que aceitar este fato porque o recurso disponível só permitia a construção de casas desse tamanho, uma vez que assim fora definido, no âmbito do projeto⁸¹. Para atender à

⁸⁰ Embora a recomendação do INCRA fosse a formação de uma só agrovila, durante a sua localização isso não se concretizou devido à existência de alguns lugares inadequados para a construção das casas. Assim, foram constituídos três núcleos de agrovilas (figura 4), localizados ao longo da estrada principal de acesso ao assentamento.

⁸¹ A construção das casas se inclui no “pacote” de implantação do assentamento, bem como o valor que cada família assentada terá direito para construir a moradia. Conforme informação de técnicos do INCRA, o valor definido é considerado insuficiente, por isso, exige do assentamento um planejamento rigoroso de todas as etapas da construção. Nesse sentido, o INCRA durante o processo de acompanhamento dessa atividade, sugere a planta

necessidade das famílias, muitas casas foram ampliadas com material disponível no local, pelo que ficaram com paredes de taipa e cobertas de palha.

Ocorre que esta situação de reterritorialização interna, concretizada pela instalação da agrovila, provocou atitudes de resistência de muitas famílias, que tinham forte apego ao lugar onde moravam há muitos anos, até pela existência, ali, entre outras coisas, de grandes quintais cultivados com fruteiras e da criação de miúncas (pequenos animais). Contudo, a construção da agrovila avançou a ponto de grande parte das famílias ter que abandonar os tradicionais locais de moradia para viver num lote padrão urbano de apenas 1.250m². A resistência porém durou pouco, apesar de ainda haver famílias, em número bastante reduzido, que não abandonaram as habitações de origem, razão pela qual as suas casas na agrovila encontram-se, além de abandonadas, bastante deterioradas, sem condição de habitabilidade.

As famílias camponesas do Centro do Designo construíram uma história de vida fortemente baseada em laços de parentesco, a partir da localidade onde moravam, há muitos anos, muitas delas desde o nascimento. Ao tomarem a decisão de viver na agrovila, numa área diferente da localidade de origem, a maioria se agrupou por blocos de vizinhança e/ou parentesco, formando as ruas no curso dos três núcleos de agrovilas de sorte a receberem os mesmos nomes das referidas localidades. Na verdade, muitas famílias se organizaram para manter até mesmo a vizinhança, utilizando-se, na maioria das vezes, o critério parental⁸².

No que tange à implementação dos campos agrícolas, no assentamento, esta foi outra medida que pode ser considerada de grande impacto na vida daquela população

baixa das casas, a planilha do material necessário e ainda interfere na própria construção quando faz a mediação com empresa de construção para a realização da obra. Considerando que atividade como essa, sobretudo quando envolve um número significativo de famílias, como é o caso do Centro do Designo, a prática de gestão se torna mais exigente, e as famílias acabam fazendo a opção pelas orientações do INCRA.

⁸² A propósito, ver Moraes (2000), quando aborda o costume camponês de se mudar em grupos de vizinhança do “baixão” para a periferia da cidade, como encontrou em sua pesquisa no sertão do sudoeste do Piauí, chamando atenção para a “casa da cidade” como uma estratégia de reprodução do campesinato das regiões de cerrado.

acostumada a práticas outras de agricultura. Nesta nova experiência iniciada com a implantação do assentamento, os primeiros recursos recebidos foram destinados para o preparo de áreas de campo, cujo preparo exigiu investimento de recursos com desmatamento, cercamento e o preparo da terra com trator. Esses campos foram instalados em locais onde as famílias pudessem cultivar também no verão. A cada família foi destinado um pouco mais de uma linha (0,30 ha) para produzir, basicamente, arroz e feijão. Além dessas áreas, a associação gerencia uma outra, cujo resultado se destinaria à manutenção dos bens coletivos do assentamento, como os dois tratores, o caminhão, a estrada, dentre outros.

Instaladas na nova base territorial constituída pela agrovila, as famílias assentadas passam a lidar com o pacote de instrumentos da institucionalização do assentamento, cuja assistência técnica se deu pelo Projeto Lumiar, que viria a funcionar através de uma equipe interdisciplinar, composta de cinco técnicos de níveis médio e superior. O projeto foi concebido para que essa assistência técnica fosse gerenciada pela própria associação do assentamento, cabendo-lhe a contratação do serviço de organizações públicas ou privadas, com técnicos devidamente credenciados. Assim, no Assentamento Centro do Designo a assistência foi prestada por uma organização não-governamental, o Centro Piauiense de Ação Cultural (CEPAC), que a fez de outubro de 1988 a maio de 2000, ano de extinção do programa pelo governo federal.

Depois dessa data, a associação teve que encaminhar as ações no assentamento a seu modo, reunindo, quando necessário, os/as assentados/as para a tomada de decisão, já que não contava mais com a assistência técnica do Lumiar. Naquela época, as famílias tiveram acesso a energia, canalização d'água, telefones públicos e melhorias na educação (com a construção de dois prédios escolares, funcionamento do ensino infantil e da 8ª série do ensino fundamental e ampliação do número de turmas). Além disso, a diretoria mobilizou os/as

assentados/as para participarem de oficinas de trabalho⁸³ com o fim de elaborar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). Assim, no período de realização desta pesquisa, as famílias estavam se organizando, através da associação, para implementar os projetos produtivos financiados pela linha de crédito do PRONAF A, haja vista que não haveria mais investimentos do INCRA para serem aplicados.

É importante ressaltar que todas as fases que o Assentamento Centro do Designo vivenciou, sobretudo no que se refere aos processos internos de organização das famílias, eram exigências da própria política de assentamento, normatizada nacionalmente e implementada da mesma forma, em qualquer realidade. Assim, atinge ela, no cotidiano dos assentamentos, aspectos objetivos e subjetivos, daí por que, no capítulo seguinte, buscar-se-á, através da memória dos sujeitos, compreender como as famílias estão construindo a nova identidade de assentadas, num contexto em que as relações sociais se tecem a partir de outros referenciais.

CAPITULO 3

TRAJETÓRIA SOCIAL E CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DE MORADOR/A A ASSENTADO/A: A PERSPECTIVA DOS SUJEITOS

3.1. Centro do Designo: lugar de moradas, trajetórias e memórias

A trajetória social das famílias moradoras do Centro do Designo é marcada por uma diversidade de tempos sociais, mas se deve compreender que, ao se trabalhar esses tempos, “pelo viés da memória é possível analisar o vivido e recortá-lo, é possível fazer o

⁸³ Em 2001, o INCRA estabeleceu um convênio com uma ONG para prestar um serviço específico, temporário e pontual no assentamento, que teve como objetivo a construção do PDA, instrumento que o habilita ao acesso ao crédito de produção.

tempo passado se presentificar analiticamente e oralmente, *subjetivar* publicamente quem já está sendo relegado ao esquecimento” (TEDESCO, 2002, p. 43). A propósito, como lembram Godoi (1979) e Moraes (2000), teoricamente a perspectiva da memória pela narrativa supõe um trabalho de construção de significados do passado, elaborado no presente.

Nesse sentido, o assentamento se constitui num espaço no qual os hoje assentados/as construíram e constroem suas histórias de relação com a terra, com a qual há vínculos fortes, pois aqueles sujeitos sociais nasceram naquela localidade que é, assim, parte de suas trajetórias pessoais e sociais. A propósito, Pierre Bourdieu, ao se referir à análise dos acontecimentos constitutivos da vida como história, conduz à construção teórica da noção de trajetória, criticada pelo autor se entendida apenas pelo vínculo a um sujeito, individual ou coletivo, sem se levar em conta a estrutura social, ou seja, a matriz das relações objetivas:

(...) não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 2002, p. 190).

Para Pierre Bourdieu, é absurda a compreensão da vida numa trajetória de série única e constitutiva de acontecimentos sucessivos, com o que se concorda nesta pesquisa, que focaliza a trajetória social de um grupo que envolve diferentes atores em diferentes épocas. A realidade investigada passou por diferentes estados e por muitas décadas, com a vida dos moradores e moradoras recebendo, também, diferentes influências. Assim, a trajetória não é linear e “os acontecimentos (...) se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado” (BOURDIEU, 2002, p. 190).

Nessa perspectiva, a propriedade Centro do Designo foi-se desde a primeira

metade do século XIX, constituindo em espaço de moradas para muitas famílias, e como lembra Woodward (2000) de micro-histórias, ali acontecidas por migração de cidades do Piauí, Maranhão e Ceará. Conforme as narrativas, os motivos principais dessas migrações foram a falta de terra e de condições de trabalho, revelando, com isso, a problemática agrária, referida nos capítulos 1 e 2. Essas famílias, ao chegarem na propriedade, depararam uma terra que reunia condições quantitativas e qualitativas de lá se estabelecerem, porquanto, propícia ao desenvolvimento de atividades ligadas à agricultura, à pesca e ao extrativismo, com água superficial em abundância (9km de rio e lagoas) e um lençol freático raso. Assim, embora as singularidades, há algo em comum às trajetórias: a busca pela terra para instalação e reprodução da família, nos moldes do campesinato de morada, que se estendeu pelo sertão do gado.

(...) Não nasci aqui no Centro do Designo, mas nasci no município de Miguel Alves, na localidade Lajinha. Com idade de treze anos, eu precisava estudar, meus pais tinha dificuldades de pagar professor particular, que existia lá [Lajinha]. Aqui no Centro já tinha essa facilidade de estudar sem pagar, porque existia escola por conta do município. Então, eles me botaram na casa de uma tia para eu estudar. Com um ano que estava estudando aqui, eles [pais] resolveram vir também porque tinha os outros que precisam estudar. (...) Ele [pai] teve que pedir moradia ao rendeiro. Essa pessoa era rendeiro do doutor Mariano Mendes, chamado Elias Guimarães. A condição da moradia era pagar uma quarta de legume de renda por linha de roça⁸⁴.

Nasci em Santo Filomena, em mil novecentos e vinte e oito, e com um ano vim morar aqui. (...). Meu pai veio pra cá porque aqui tinha muito terreno bom para trabalhar, era terreno de mata virgem. Aqui tinha pouca gente, pouco morador. Meus pais pediram ao doutor Simplício para morar na propriedade, sendo autorizado pelo gerente⁸⁵.

(...) Eu me recordo de algumas história que ele [pai] contava. Parece que ele [pai] chegou aqui em mil novecentos e trinta e nove, solteiro. Ele [pai] chegou com dois sobrinhos, escarrerado do Ceará. (...). Nessa época a propriedade não era arrendada, existiam os gerentes. O gerente era encarregado da propriedade, tomava conta da propriedade⁸⁶.

Cheguei nesse lugar com dezoito anos. Antes eu morava no Brejinho, Maranhão. Na época que estavam construindo essa empresa bem aqui, no Maranhão, a firma João Santos, eu tentei vir trabalhar aqui. Cheguei na firma, me arranjei do lado do

⁸⁴ V. P. R. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 21/mar./2004.

⁸⁵ D. A. A. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 7/nov.2004.

⁸⁶ J. F. L.. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 20/mar.2004.

Piauí, aqui, com dezoito anos, logo me casei, produzi família. Depois desses dezoito anos, fiquei aqui, hoje tenho cinquenta e três anos e nunca mais arredei desse lugar, morando aqui na beira do rio. Saí daqui uma vez por causa da cheia, mas logo voltei para cá⁸⁷.

A população do lugar foi crescendo à medida que as famílias se foram constituindo, de modo que na segunda geração que ali se formou já se constatavam fortes relações de parentesco entre a maioria das pessoas, mas sem a descendência de único ancestral comum⁸⁸. Nesse sentido, a abordagem sobre geração torna-se pertinente neste estudo.

Tomando como referência para a definição de geração a idéia de um conjunto de indivíduos nascidos numa mesma época, pode-se afirmar que as gerações coexistem no mesmo espaço geográfico, cada uma com a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história (BOSI,1994) e cada história com seu tempo e significados. Com efeito, Ecléa Bosi, no estudo de “memórias de velhos” e ao tratar de “tempo e memória” afirma que

o ciclo dia e noite é vivido por todos os grupos, mas tem, para cada um, sentido diferente. A noite pode ser um florescimento do social, uma intensificação do amor e da amizade que se expandem e brilham sem as peias da rotina diária. A noite pode ser um lapso de abandono e de medo (...) (BOSI, 1994, p. 417).

É, assim, na relação entre tempo e significados que as gerações do Assentamento Centro do Designo construíram uma história social durante décadas. Entretanto, o ponto de partida para compreender esse contexto não é apenas o das gerações que se apresentam unidas biologicamente ou separadas por uma regularidade de tempo, mas o fato de as pessoas terem construído em comum experiências de vida que marcaram ou definiram a história do lugar.

⁸⁷ G. J. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 7/nov./2004.

⁸⁸ Woortmann (1990) analisa a categoria parentesco, quando discute sítios, a partir de três acepções. Na primeira, sítio é concebido como um território de parentesco, descendente de um ancestral fundador comum. Na segunda, é o espaço onde a família trabalha, e a última refere o espaço da mulher no contexto da complementariedade casa/roçado. Para o autor, em todas as acepções o termo remete ao parentesco, à família, princípios da organização nas comunidades camponesas.

Dessa feita, a referência é a geração de famílias agregadas, moradoras na propriedade durante muito tempo e a de assentadas. São, na verdade, dois momentos históricos de uma mesma trajetória (BOURDIEU, 2002), que envolveram os mesmos sujeitos sociais, demarcada, no caso, por uma intervenção governamental, a desapropriação da área e sua instituição como assentamento rural.

Para compreender teoricamente essa realidade é útil a referência a Segalen (1999), que concebe geração não só como um conjunto de pessoas com a mesma faixa de idade, mas também aquelas com a mesma experiência histórica ou social. A autora afirma que as gerações coexistem e sobrepõem-se, caracterizando, dessa forma, a sociedade atual, como, de fato, ocorre no Centro do Designo. Aliás, embora Segalen (1999) refira mais o plano familiar, sua abordagem é importante para a compreensão das questões das gerações no Assentamento Centro do Designo, porquanto elas construíram trajetórias de vida diferentes, com a marca forte dos pais e mães em cada uma delas, no processo de socialização.

Aspecto também relevante focado por Martine Segalen são as relações estabelecidas entre gerações que, por sua vez, “sempre desempenharam um papel importante tanto na construção da identidade pessoal como na fundamentação dos laços sociais” (SEGALLEN, 1999, p. 222). Tais relações devem ser vistas como constitutivas de elementos destacados no processo de integração social do grupo.

De fato, no assentamento, a coexistência de gerações é concreta porque, embora as famílias estejam, atualmente, na condição de assentadas, ainda é presente, em sua memória, o que elas construíram nas relações sociais como moradoras e agregadas, o que não se extingue com o decreto de desapropriação da área. É que a história da desapropriação é recente (menos de dez anos), enquanto que a de moradores tem mais de oito décadas. A reflexão de Segalen (1999) permite pensar que, como efeito mesmo da geração e da mobilidade social,

“a presença simultânea de gerações assegura a transmissão de modelos culturais, desenvolve trocas numerosas e, mais geralmente, contribui para assegurar a reprodução social” (SEGALEN, 1999, p. 222).

Sirinelli (2002), que também trata do tema geração, no âmbito da historiografia, apresenta elementos que complementam o referido por Segalen (1999). Com efeito, concebe geração como uma escala móvel do tempo que, dessa forma, limita-lhe as virtudes de periodização, de modo que, ao assim fazer, a noção de geração permanece fecunda para a análise histórica e as respirações do tempo. Lembra Sirinelli (2002) que, no âmbito das culturas políticas é comum, por exemplo a presença de gerações, citando o partido político, no qual coabitam gerações de contextos diferentes. Nessa perspectiva, a trajetória das famílias se foi constituindo tomando como referência as gerações que, ao longo dos anos, se formaram na propriedade Centro do Designo. “A geração é seguramente uma peça essencial da ‘engrenagem do tempo’, mas cuja importância pode variar conforme os setores estudados e os períodos abordados” (SIRINELLI, 2002, p. 137).

A consideração das diferentes gerações faz com que se volte a atenção para as narrativas dos/as antigos/as moradores/as. De acordo com tais narrativas, a propriedade começou a ser povoada por volta da primeira metade do século XIX. Devido à localização, às margens do rio Parnaíba, foi marcante a ocupação inicial, pelas primeiras famílias, nessa área. Na época, o movimento do comércio na Província do Piauí se dava por via fluvial e na área da propriedade, onde passava o rio, existia um ponto onde as embarcações eram ancoradas para serem abastecidas com madeiras para a sua manutenção e com a produção de coco babaçu e de fumo, a serem comercializados na cidade de Parnaíba.

No que se refere à cultura do fumo, além do cultivo por trabalhadores/as moradores/as, eram realizadas os cortes. H. C. e D. A. A. trabalharam nessa atividade,

sendo que, este, um senhor de 76 anos, recorda que, quando criança, acompanhava a avó ao trabalho nas vazantes de fumo:

A vazante aqui era do doutor Simplício, ele botava os reideiros para fazer os fumos. Os terrenos eram lá pra banda do rio. Naquela época os proprietários só vinham aqui só passear, mas quando o doutor Simplício morreu, a velha dele, velha Creodina, passou um tempo morando aqui⁸⁹.

Nas falas das pessoas entrevistadas, a figura do senhor Mariano Mendes, primeiro proprietário, tem destaque porque, com o passar dos anos, se firmara como um grande proprietário de terras da região, conforme registrado no item 3, capítulo 1. De acordo com essas informações, dentre as datas de terra, há registro de uma chamada Remanso, de 1898, mas sem dados relativos ao tamanho da área e à localização exata, não se sabendo se ela é a mesma propriedade do Centro do Designo.

Destacando-se da maioria, as narrativas de três assentados expressam que nem toda a área do Centro do Designo pertencia de direito a Mariano Mendes, pai de Simplício Mendes, referido como o dono da terra. É que, durante os anos em que as pessoas foram definindo a morada, iam-se estabelecendo as relações com os proprietários e o conhecimento sobre eles:

O pai do doutor Simplício era pobre, era um vendedor ambulante. Na época ele comprou só a área do Porto e no tempo de demarcar, demarcou tudo isso aqui.(...), do Mato Seco à Liberdade^{90 91}.

Naquela época o comércio era desenvolvido pelos chamados mascates. Havia um mascate chamado de Mariano, um homem simples e pacato. Andava calçado em uma alpercata feita de couro cru e, por causa desses trajes recebeu o apelido de “Mariano Pracata Seca”(…). Mariano fez sua nova residência perto das pedras ao lado de quatro pés de manga, e passou a comprar e vender fumo, tornando o mais popular e respeitado. (...) Mariano iniciou a compra de hectares de terra, mas também se apossou daquelas que não tinha ninguém, não tinha dono⁹².

⁸⁹ D. A. A. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 7/nov./2004.

⁹⁰ Trata-se de localidades com limites com a propriedade.

⁹¹ D. A. A. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 7/nov./2004.

⁹² D. A. M. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/nov./2004.

Os mais velhos falavam que antigamente esta terra era pequena e naquela época tinha as pessoas que iam apossando, eram os mais sabidos e conhecia as leis ⁹³ .

Tomando como referência essas narrativas, observa-se, pelas características apresentadas para o primeiro proprietário, Mariano Mendes, que ele foi uma pessoa simples que “lutou” para chegar à condição de proprietário⁹⁴. Entretanto, buscando-se informações nos registros de terras do Piauí do início do século XX constata-se que Mariano Mendes era um abastado, proprietário de muitas terras, localizadas nos municípios de União e Miguel Alves, patrimônio que começou a formar a partir de 1817.

Devido à qualidade das terras para a agricultura e à exploração do coco babaçu e presença das vazantes, decorrentes da existência das lagoas, o Centro do Designo, segundo D. M. A., tornou-se atrativo ao povoamento. À medida que se expandia como propriedade se foi tornando marcante a presença dos gerentes na sua administração, só mais tarde, aparecendo a figura dos arrendatários.

O referido processo foi marcado por questões familiares fundadas no fator herança. As mortes na família do proprietário foram ocorrendo entre as pessoas mais velhas, de modo que a propriedade foi sendo repassada às gerações sucessivas. Mariano Mendes, Simplício Mendes e Mariano Mendes representam as três gerações de proprietários que conviveram com os/as moradores/as, sendo mais intensa dos dois últimos com as famílias moradoras, já que em 1902, quando se iniciou o povoamento da propriedade, faleceu o primeiro proprietário. É importante destacar que, ao tomar-se como referência o período em que as famílias vivenciaram a condição de moradoras, o número de gerações de proprietários e o de moradores/as chega a ser coincidente, mas sem nenhuma relação direta entre cada uma delas porque, no âmbito das famílias, o grupo era numeroso, com pessoas pertencentes às três

⁹³ F. S. C. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 21/nov./2004.

⁹⁴ Como se depreende da literatura de Ribeiro (1995), a visão trazida pelas narrativas não é estranha ao mundo rural camponês estudado, observando-se, inclusive, expectativa de ascensão social, na tradição sertaneja do “sertão do gado”, a partir do regime da quarta, pelo ofício de “vaqueiro”.

gerações. Quando a propriedade se transformou em assentamento, Mariano Mendes, pertencente à terceira geração, já havia falecido, em 1992, e quem estava à frente dos negócios da terra eram a esposa e filhos/filhas, como já mencionado no capítulo 1, item 3.

H. C. S. nasceu nos anos de 1920. Em comunicação oral, o octogenário lembra as imagens das vicissitudes da época e da mudança da área para assentamento. Diz que, desde que nasceu, mora no mesmo local, próximo às margens do Parnaíba, onde, em épocas passadas, ocorreu a movimentação comercial, baseada na navegabilidade do rio. Declara ainda que, naquela época, o número de moradores/as era pequeno e a maior concentração de pessoas ocorria nas localidades próximas ao rio, a exemplo de Chibança, Coreiros, Morrinhos e Cajueiro.

No que se refere ao coco babaçu, o proprietário, na época, comprava dos moradores e em seguida vendia para uma fábrica de sabão, localizada às margens do rio Igarauçu, em Parnaíba, transportado pelas embarcações. “O coco daqui era embarcado nela [embarcação] pra ir para Parnaíba. Ainda viajei nelas pra deixar o coco. Lá no rio Igarauçu, tinha uma máquina de fazer sabão”⁹⁵. Ainda segundo o narrador (BENJAMIN, 1987) a venda da madeira para movimentar as embarcações foi outra atividade que envolveu as famílias da época, ocorrendo com mais intensidade no período do preparo das roças de capoeiras⁹⁶, de onde era retirada a unha-de-gato⁹⁷, a madeira mais comum encontrada nas áreas de roças.

⁹⁵ H. C. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 7/nov./2004.

⁹⁶ Conforme os narradores e narradoras, as capoeiras são áreas onde já foram realizados plantios de culturas de sequeiro, costumeiramente resguardadas para pousio, isto é, o descanso de, em média, 5 a 8 anos, tempo tido como necessário para a terra se recompor e adquirir os nutrientes de que necessita na produção de alimentos. Como dito por Moraes (2000) essa média de tempo de recuperação da mata, ou de “formação da capoeira”, varia conforme o terreno. De qualquer modo, observa a autora que, se períodos como esse de 5 a 8 anos é pequeno e contraria outras fontes, agrônomicas, inclusive, que se referem, em média, a dez anos, deve-se atentar para o fato de que a diferença de tempo observada entre as informações dos/as camponeses/as pesquisados/as e as outras fontes, deve ser entendida nos marcos de uma lógica que funciona, como observado por Pierre Bourdieu, nos limites do senso prático. Isto, diz ela, leva a se considerar que, no sistema operacional das populações camponesas, possuidores de pequenas áreas de terra, um terreno dificilmente pode ficar em descanso por mais tempo do que o período mínimo tido como suficiente para o encapoeiramento.

⁹⁷ Segundo Ferreira (1986), unhas-de-gato são espécies do gênero *Mimosa* e *Acácia*, pertencentes à da família das leguminosas.

As famílias que se instalaram na propriedade Centro do Designo buscavam melhorar de vida e, ao encontrar uma terra produtiva, procuraram organiza-la, envolvendo-se nas atividades agrícolas, no extrativismo e na pesca. As narrativas demonstram a trajetória singular que cada uma foi construindo, recortada não só por momentos de dificuldades, mas também pela esperança de vencê-las e usufruir dias melhores.

Nos relatos, observou-se que a atividade de maior destaque era a agrícola, pois a manutenção básica das famílias era proveniente das roças, com a produção de arroz (*Oryza sativa*), feijão (*Vigna unguiculata*), milho (*Zea mays*), mandioca (*Manihot sculenta*), melancia (*Citrullus vulgaris*) e abóbora (*Cucurbita máxima*). O resultado disso dava garantia à permanência das famílias na área, mesmo tendo que pagar, com a produção, a renda anual.

Naquele contexto, as atividades agrícolas praticadas pelas famílias camponesas, tinham como fato comum o cultivo das roças do “alto” e do “baixo”. As primeiras são áreas onde os solos têm a seguinte composição: 70% de solos argilo-arenosos e 30% de areno-argilosos, com uma razoável camada de matéria orgânica em decomposição, vegetação de mata e chapada e ocorrência no altiplano dos morros, com declividade de até 12%. As segundas são áreas localizadas geralmente às margens das lagoas e ao longo dos baixões, predominando, nelas, solos de aluviões⁹⁸, que apresentam esta composição: 65% arenosos e 35% de areno-argilosos. Além disso, nas terras do “baixo” as famílias desenvolve(ra)m os cultivos em áreas de vazante e de alagadiço⁹⁹.

⁹⁸ Os solos de aluviões se formam a partir de depósitos de cascalho, areia e argila junto às margens de rios e lagoas (FERREIRA, 1986).

⁹⁹ As áreas das roças de vazante e de alagadiço são coincidentes, tornando-as diferentes o período de existência de cada uma. Nas áreas onde o arroz foi plantado no período chuvoso, quando este é colhido e as águas baixam, a ocupação das áreas passa a ser com o plantio de feijão.

No que se refere aos dois tipos de cultivos de roças, em períodos regulares de chuvas¹⁰⁰ (dezembro a maio), a maioria das famílias camponesas aqui focalizadas se ocupa(va)m nessa atividade. Nas roças do “alto” predomina o sistema de consórcio de culturas, conhecido pela população camponesa de cultivo que se planta junto (milho+feijão+mandioca ou arroz+milho) e alguns pés de melancia ou abóbora. Já nas do “baixo”, sobretudo em áreas arenosas, ocorrem o plantio solteiro ou sozinho de feijão e o consórcio (milho+feijão+mandioca), enquanto no alagadiço predomina a cultura do arroz, considerada a de maior produção no Centro do Designo. Nas vazantes, sobressaem-se os plantios de feijão e milho, sendo a maior produção a de feijão, chegando a ser até mais significativa que no período chuvoso.

No que se refere às roças-do-“toco”¹⁰¹, pratica(va)-se o sistema de roças itinerantes, sendo em média 5 linhas (1,53 ha) por família. Todas os anos trabalhavam elas em áreas diferentes, realizando, como atividades de preparo da roça, brocar, queimar a madeira, encoivarar, cercar a área. Era, aliás, costume entre as famílias a prática do pousio, isto é, o descanso da terra por um período de cinco a oito anos, tempo necessário para recuperação de nutrientes. Após esse período, a “mata está formada”, como falam os/as camponeses/as, em condição de produzir, de sorte que nessas roças tradicionalmente se utiliza(va)m como sementes os próprios grãos colhidos em cada safra, e armazenados conforme seus costumes. No caso do feijão, os melhores grãos são escolhidos e em seguida guardados em latas bem vedadas ou em cocho de madeira, colocando alternadamente areia e feijão. Já o milho tem as

¹⁰⁰ O clima da região tem características de quente e seco e apresenta um regime de chuva anual em torno de 1.400mm, sendo que o período de dezembro a maio é responsável por mais de 90% do total da precipitação pluviométrica.

¹⁰¹ São chamadas de “toco” essas roças por apresentarem grande número de raízes e troncos remanescentes da mata originária, muitas vezes com significativa quantidade de palmeiras de babaçu que não foram derrubadas, contribuindo, dessa forma, para a redução da área de cultivo (PDA - Centro do Designo, 2001). Segundo Moraes (2000), trata-se de um sistema de cultivo largamente utilizado entre populações camponesas de diferentes regiões do Brasil, designado ainda como coivara ou queimada e cujo adubo utilizado é proveniente das cinzas das queimadas. De fato, diz a autora, é um sistema tradicionalmente utilizado por populações camponesas e reconhecido por estudiosos do campesinato como Eric Wolf que se refere a ele como *swidden*, para reportar aos ecótipos paleotécnicos.

melhores espigas separadas, por quantidade e qualidade de grãos, considerando-se sementes somente os grãos que ficarem no meio da espiga, excluídos os das extremidades, ficando por muito tempo guardados na própria espiga, ainda em palha, penduradas em jirau (armação de vara ou forquilha encravadas no chão). Com o arroz, a escolha se dá pelos melhores cachos, guardados os grãos em sacos, geralmente em paiol.

Como o alagadiço e a vazante coincidentes, antigamente (antes do assentamento) o acesso a elas era restrito, porque nem todas as famílias tinham condições de cercar duas áreas de roças (“alto” e “baixo”) para o cultivo agrícola. Com o assentamento, as áreas do “baixo” foram cercadas e cada família teve acesso em média a uma linha (0,305 ha) para cultivar, nos períodos de inverno e verão, com possibilidade de obter duas safras durante o ano.

No que se refere ao criatório (miúça)¹⁰², este variava entre suínos, caprinos, ovinos e aves, com destaque para as aves (galinha) e os suínos. Embora tenha predominado o sistema extensivo, para os suínos as famílias tinham uma maior atenção tanto pela quantidade de cabeças quanto pela existência das roças, o que se pode caracterizar como um sistema semi-intensivo. O criatório, segundo narradores/as, era fácil de ser manejado porque, nas antigas localidades onde moravam, as famílias não se subordinavam a limites de área para ocupar, inclusive a do quintal, o que facilitava a criação dos animais.

Hoje, a realidade é diferente. A mudança das famílias para os núcleos da agrovila tirou-lhes a liberdade de criar, sobretudo o suíno. Como toda a área de limite do assentamento está cercada, as roças podem ser cultivadas sem a cerca, mas os animais não podem ser criados soltos. Já que as áreas dos quintais das casas são limitadas, se comparadas com as de antes, houve uma redução considerável da criação de animais.

¹⁰² Miúça ou miunça é designação dada pelos/as sertanejos/as aos gados caprinos e ovinos (FERREIRA, 1986).

A pesca, como as demais atividades, apareceu como importante na reprodução das famílias. Como aquela realidade produziu poucos profissionais da pesca¹⁰³, a atividade esteve presente na vida das famílias durante o ano todo, sendo praticada sobretudo nas lagoas, sendo, para a grande maioria, um complemento alimentar.

No que respeita ao extrativismo, destacou-se o coco babaçu, planta que ocupa 70% da área da propriedade. A “apanha” e a quebra do coco envolve(ra)m as famílias durante todo o ano, destinando a menor parte da quebra para o consumo (preparo dos alimentos, através da extração do azeite e manejo do leite). A outra, considerada maior e historicamente comercializada in natura, apesar do baixo preço de venda (uma imposição do proprietário) propiciava às famílias a obtenção de outros produtos, como açúcar, sal, querosene, remédio, sabão, importantes para a sua manutenção.

Com base nas informações das famílias e nas observações de suas práticas, pode-se considerar que a produção proveniente da agricultura, da pesca e do extrativismo se caracterizam como provisão¹⁰⁴. A comercialização ocorria em pequena escala e de forma isolada (cada família decidia o quê e o quanto vender) e se dava devido à necessidade de obtenção de outros produtos para a reprodução física e social (GODOI, 1979).

Para o cultivo das atividades agrícolas, a mão-de-obra era familiar. No geral, o envolvimento de pai e de filhos maiores ocorria em todas as etapas de produção, participando mãe e filhas, na maioria dos casos, na etapa da colheita. Quando essa mão-de-obra não era suficiente para atender a todas as demandas de trabalho, era costume ocorrer entre as famílias as práticas de reciprocidade (SABOURIN, 1999, GODOI, 1979, MORAES, 2000), sobretudo nas atividades de preparação para o plantio, e na colheita.

¹⁰³ São poucas as famílias que têm a pesca como atividade de geração de renda. Essas são associadas na cooperativa de pescadores e recebem o benefício (salário) no período da piracema (novembro a março).

¹⁰⁴ Godoi (1979) e Moraes (2000) adotaram o termo, utilizado por Marshal Sahlins, cuja concepção é teoricamente mais ampla que a de economia de subsistência por superar o binômio trabalho contínuo-sobrevivência, e ainda por dizer que as famílias podem produzir tanto para seu consumo direto quanto para a troca com outros produtos de que não dispõem.

Já na pesca, o envolvimento tinha a participação dos homens, normalmente o pai ou os filhos maiores. No extrativismo, a ocupação predominante na tarefa era das mulheres, sobretudo, mães e filhas, geralmente as maiores, com os homens atuando mais no período entre plantio e colheita, o que na maioria das vezes, se limitava a juntar os cocos na mata.

Nesse contexto, é importante registrar a ocupação da mão-de-obra familiar através do funcionamento do calendário das atividades agrícola conforme quadro abaixo, observando a participação intensiva dos camponeses e camponesas durante o ano. Além destas, a população se ocupa também com atividades não-agrícolas diversas, dentre as quais se podem destacar desde pequenos ofícios (pedreiro, carpinteiro, costureira), pequenos comércios, até atividades voltadas para a saúde, desenvolvidas pelos agentes comunitários de saúde; para a educação, com a participação de professores/as; e ainda serviços para a construção civil, através de pessoas que migram temporariamente. No desenvolvimento dessas atividades as pessoas estabelecem vínculos empregatícios com instituições públicas ou privadas, e garantem outras fontes que entram na composição da renda familiar¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Embora não seja objeto desta análise a quantificação da renda das famílias, na pesquisa documental levantaram-se informações sobre a renda familiar, com base em uma pesquisa realizada pela equipe técnica do Projeto Lumiar em 1998. A pesquisa representou 23% do universo de pessoas assentadas e foram incluídas as categorias de comerciantes (donos de pequenos comércios), assalariados/as (professores/as e agentes de saúde), agricultores/as e pescadores. O resultado obtido foi a constituição de 04 grupos, com níveis diferenciados de renda. A média de renda familiar mensal obtida foi, respectivamente: R\$ 152,30, R\$ 255,00, R\$ 347,27 e R\$ 463,50 (Relatório Diagnóstico, Centro do Designo, 1999). Para detalhes, ver anexo 1 desta dissertação.

Quadro 2
Calendário Anual de Atividades

Atividades	Chuvoso						Verão					
	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.
Cultivos em roças de tocos	Plantio de macaxeira e mandioca	Plantio das culturas (arroz+milho) (feijão+ milho +mandioca) abóbora e melancia) 1ª capina	2ª capina	Colheita do feijão		Colheita do arroz	Colheita do milho	Colheita do milho juntar e armazenar a produção	Escolha da área de plantio e realização da 1ª broca		Queima da roça e encoivaramento	Cercamento da área
Cultivos em roças de alagadiços ¹⁰⁶		Semeadura dos canteiros de arroz		Mudas das plantas de arroz				Colheita do arroz			Preparação das áreas	
Cultivos em roças de vazantes	Colheita e secagem	Colheita e secagem						Preparação da área de plantio	Plantio do feijão e milho 1ª capina	2ª capina	Início da colheita	Colheita e Armazenamento
Extrativismo – coco babaçu	Coleta, quebra e comercialização											
Práticas de Beneficiamento	Produção de azeite de coco							Produção de azeite de coco	Produção de azeite de coco, arroz e Produção de farinha e goma		Produção de azeite de coco Arroz	
Pesca	Pesca (consumo)					Pesca (consumo e comercialização)						

¹⁰⁶ Logo que as áreas estão preparadas é costume das famílias fazerem primeiramente o plantio em canteiros. Quando as plantas estão crescidas e área já toda alagada, é realizado o trabalho de mudas. Segundo os/as camponeses/as embora seja mais trabalhosa essa atividade, o risco de perdas é menor.

Quanto à produção agrícola, a informação é de que, no passado, foi mais intensa, fato expresso na fala das pessoas através de termos como “fartura”. Lembra A. J. S. que, na casa do pai, o paiol de arroz estava, no mês de março, cheio e a família já se preparava para a nova colheita. “Tinha ano que nós tirava duas safras de arroz. Alcancei arroz acumulado de três anos. Eu vi paiol do papai com arroz cinzento”¹⁰⁷.

As narrativas permitiram perceber que os bons resultados da produção de arroz, milho, feijão e farinha não é tão antiga. A fala de J. L. destaca que ocorreram anos das décadas de 1970 e 1980 que, quando a proprietária recolheu a renda das famílias, a quantidade era tão grande que já não lhe interessava comprar a produção.

No ano de mil novecentos e oitenta e sete, só de renda foi de noventa e seis mil quilos de arroz, uns quarenta mil quilos de milho. (...) muita farinha. O armazém ficou lotado. (...), e. em mil novecentos e oitenta e nove deu outra produção boa. Produção que medimos mais de duas mil linhas de roça. (...). Nessa época, as pessoas não passaram tanta necessidade e o legume alcançava o outro. Não se comprava arroz, feijão, farinha, tudo era da lavra. Se fazia era vender. Na época, a proprietária recebeu tanta renda que não se interessou nem de comprar o legume das pessoas, Hoje, eu conheço muita gente que não tem um caroço de nada ¹⁰⁸.

As narrativas apontam para dois fatores que podem ter relação direta com a situação de “fartura” da época. O primeiro é que a área da propriedade era pouco explorada e não havia muitas famílias nela morando, tornando-se grande a opção de escolhas para o cultivo das roças. O segundo, diz respeito à mão-de-obra familiar, que era significativa, denotando que, como a maioria das famílias era numerosa, podia-se contar, desde cedo, com a participação dos filhos/as, nas etapas de cultivo das roças, o que aumentava a capacidade familiar da ampliação da área de cultivo. No entanto, a estiagem de 1983 teve forte interferência na vida das famílias, obrigadas a enfrentar o período de seca.

Em mil novecentos e oitenta e três que foi a seca, eu tirei pro Maranhão, porque não tinha outro meio. Não tinha arroz e farinha e feijão era muito pouco. O que nós gosta mesmo é o arroz. Não tendo o arroz pra misturar,

¹⁰⁷ A. J. L. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/nov./2004.

¹⁰⁸ J. F. L. . Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 20/ mar./2004.

desmantela tudo. Aí eu digo: vou pro Maranhão e lá eu ganho o dinheiro, compro o arroz pros meninos, compro o leite, compro o necessário. Tirei pro Maranhão, tirei seis meses cortando cana em Coelho Neto. Pra lá, fiz um arrozinho e voltei para casa. Certo que a gente lutou, lutei e venci, e no outro ano fiz roça¹⁰⁹.

O fenômeno da estiagem traz problemas como a falta de alimento às famílias, já que as roças são consideradas os meios de sustento mais significativo. Os anos de seca interferiram até nas atividades realizadas nas vazantes¹¹⁰, como o cultivo de feijão. É que chovendo pouco, as áreas do “baixo”, próximas aos morros e às lagoas, não acumulam água suficiente para garantir-lhes o plantio, restando, como alternativa, a intensificação da quebra do coco e a migração temporária dos pais de famílias e jovens para outras regiões, em busca de emprego. Assim, no período de estiagem, as famílias intensificavam, a pesca, a caça e a quebra do coco, a fim de assegurar as condições mínimas de alimentação.

A pesca, para a maioria das famílias, constitui-se em um meio para melhorar e complementar a alimentação. Das pessoas entrevistadas, duas se identificaram mais como pescadores que como agricultoras, sendo cadastradas na Cooperativa de Pescadores do município de Miguel Alves, devido ao que obedecem às normas estabelecidas, como é o caso do período da piracema (novembro a março). Como a pesca é uma atividade compatível com o cultivo das roças, essas pessoas o praticam em pequenas áreas, necessária à manutenção da família.

(...) Eu trabalhava na roça, mas pescava todo o tempo. Ainda hoje pescó. Às vezes os meninos [filhos] dizem: papai o senhor devia abandonar isso [a pesca] (...) isso lhe maltrata demais. Eu disse: Foi da pesca que criei vocês e isso não posso enterrar e jogar no chão¹¹¹.

G. J. S. é outro desses pescadores. Mora próximo ao rio Parnaíba, é proprietário de duas canoas e tem, como fonte de renda, além da pesca, o transporte regular de pessoas, na

¹⁰⁹ A. J. L. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/nov./2004.

¹¹⁰ É importante registrar que, devido à existência dessas áreas, as famílias têm duas safras por ano, uma por ocasião do “inverno” e a outra, do verão. Nesta, as áreas começam a ser preparadas em julho, sobretudo com a cultura do feijão, que tem uma produção maior no verão.

¹¹¹ A. R. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 12/nov./2004.

travessia do rio, através de canoa, com o trajeto Coelho Neto-MA/Miguel Alves- PI/Coelho Neto/Miguel Alves.

As atividades apresentadas forma(ra)m o conjunto das práticas culturais e econômicas da população pesquisada, em sua relação de moradia, no âmbito do Centro do Designo, embora em lógica e importância diferenciada, como é o caso do coco babaçu, que se mantém como prática costumeira de produção para o consumo doméstico.

3.2. Contexto, memórias e narrativas: moradores/as e as relações de patronagem-dependência

Conforme refletimos teoricamente, no capítulo 1, as relações sociais de patronagem-dependência, na propriedade Centro do Designo, têm a marca do processo instaurado na história do que Ribeiro (1995) define como Brasil sertanejo. No Piauí, as diferentes conjunturas sócio-políticas e econômicas foram definidoras de relações entre quem produz a riqueza (o/a trabalhador/a, o/a morador/a) e quem tem os meios de produção (o/a proprietário/a de terra). Essas relações foram construídas ao longo dos anos, com base em contratos verbais e, definidores das regras que circunscreveram a vida dos moradores/as nas propriedades.

O Centro do Designo tem uma história com essa marca. Na época, quando famílias se foram estabelecendo, o lugar de morada e a submissão às regras do proprietário lhes parecia algo muito natural, mesmo porque a questão maior e mais importante era encontrar, na terra, as condições para a sua reprodução social. Nesse contexto, tais regras eram impostas, no Centro do Designo, tanto pelo proprietário quanto pelo arrendatário dos cocais, sendo que a principal era o pagamento da renda da produção agrícola e da comercialização do coco babaçu.

Para o cumprimento da primeira, as famílias se relacionavam com o

proprietário através dos gerentes, que tinham como função controlar o plantio, especialmente o quantitativo da produção (a base de cálculo da renda), e recolhê-la, no referente renda, depois da colheita. No que tange à comercialização, a relação se dava diretamente com o arrendatário do babaçal, que definia seu preço e local de realização.

Narrativas da população local enunciam que as mencionadas condições de sujeição não impediram que a propriedade continuasse cada vez mais atraindo famílias para o estabelecimento de suas moradias. A relação das famílias com a terra se dava através da prática extrativista do coco babaçu e do cultivo das roças de capoeiras:.

A gente tinha muita dificuldade. A gente vivia de quebrar o coco para comprar os alimentos que a roça não dava. A condição era pagar uma parte daquilo que era produzido no final de cada ano. Ou a gente pagava ou então era sujeito à disciplina. A dona da propriedade tinha um comércio na área que era abastecido de tudo e nós ainda tinha que comprar lá outros produtos com venda do coco, que podia ser vendido somente no lugar. A gente não tinha opção, o pouco que produzia ainda tinha que dar uma parte para poder continuar na terra¹¹².

Meus pais vieram para cá porque tava passando mal. Quando chegamos aqui, nós passamos bem. Aqui tinha muito do que viver. Meu pai trabalhava de roça, todo o tempo, mas o bocado que fazia dava quase tudo, que era pagando renda, e a renda era pesada. A renda era duas quartas por linha¹¹³. (...), todo pedacinho de roça que fazia, o que dava, pagava por linha¹¹⁴.

Outras narrativas também indicam como ocorria a relação entre os/as moradores/as e o proprietário.

(...) A gente sempre aceitou [a relação], até mesmo porque na época os terrenos davam, valia se tirar roça porque os terrenos estavam muito formados, tinha facilidades. (...), tinha ano que a safra alcançava outra. Os invernos eram melhores, as veias de terras também e o legume dava melhor. Tinha ano que os invernos eram mais fracos, tocava sorte tirar mais terra fraca e diminuía a produção, a renda, o legume, mas a renda não faltava. Podia faltar para o paiol, mas a renda era contada, tinha que ser paga¹¹⁵.

Eu mesmo passei grande tempo trabalhando na roça, a base de sustentação era isso, como também a quebra do coco babaçu e a pesca. Era um lugar

¹¹² M. J. J. C. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 20/mar./2004.

¹¹³ Cada quarta por linha significava uma renda com 30kg de arroz e 40kg de milho, produtos mais aceitos como pagamento.

¹¹⁴ M. A. Entrevista a C. M. S.B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 21/mar./2004.

¹¹⁵ V.P. R. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 21/mar./2004.

farto pelas condições de trabalho que oferecia o lugar. (...) A gente sabe que nos tempos passado, a questão da devastação que a gente ver hoje era menos, com certeza antes tinha um potencial produtivo muito grande ¹¹⁶.

As falas indicam que, durante muitos anos, a produção agrícola foi significativa. De fato, segundo narradores/as, o proprietário enchia os espaços de duas grandes casas na propriedade com arroz e milho, como resultado da renda paga. Ressalte-se que a importância econômica do coco babaçu só ocorreu no período de instalação e funcionamento da agroindústria Gervásio Costa S/A – Comércio, Indústria e Agropecuária. Aliás, D. P. S., 48 anos, lembra que, além do pagamento da renda com a produção, as famílias não tinham a liberdade de comercializar o excedente colhido fora da propriedade:

Nessa época, (...) a gente não pagava a renda para o dono da terra, mas era presa toda produção nossa de legume, de babaçu. A gente não tinha o direito de tirar um quilo de legume para vender fora porque a gente era chamada de ladrão. Se fosse pego com a carga de legume vendendo fora, a gente era presa. Era obrigado a vender [na propriedade] por qualquer preço que eles quisessem ¹¹⁷.

Como o Assentamento Centro do Designo é uma área predominantemente de babaçual, o coco foi o grande destaque nas narrativas das famílias assentadas. Vale a referência ao fato de que o extrativismo do coco babaçu, no início do século XX, teve um significado importante para a economia do Piauí e que o Centro do Designo se insere nesse contexto, uma vez que situado na área dos cocais. Na verdade, o mencionado processo de extração se deu com a participação de contingentes de pessoas que moravam nas grandes propriedades, na condição mesma de moradoras, ou nos seus interstícios.

Nesse sentido, Porto (1974) descreveu diferentes situações das famílias do início do século XX que viviam nas regiões de cocais, em muito parecidas com as de hoje, que se mantinham com o trabalho do extrativismo:

¹¹⁶ F. R. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 12/dez./2004.

¹¹⁷ D. P. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 7/nov./2004.

Os chamados quebradores de coco moram em palhoças na clareiras dos babaçuais, onde levam vida miserável, sem qualquer espécie de assistência. Raramente comem carne, alimentando-se, em geral, de feijão, arroz e farinha obtida do babaçu (PORTO, 1974, p. 131).

Na época, a “apanha”¹¹⁸ do coco cabia aos homens, enquanto a “quebra”, às mulheres e crianças. A participação dos homens, nessas atividades, não se constituía como trabalho contínuo, posto que tinham como centralidade de seu trabalho, a agricultura. Já a produtividade diária, para cada um dos segmentos envolvidos na quebra era de doze, dez e três quilos de coco, respectivamente (PORTO, 1974).

Na comercialização do coco o estudo de Porto (1974) aponta três situações. A primeira diz do arrendamento, no qual o arrendatário pagava ao proprietário das terras pela ocupação do cocal, com a liberdade de comercializar as amêndoas. Na segunda, os/as quebradores/as se sentiam obrigados a vender as amêndoas ao dono do babaçal, isto é, ao proprietário das terras. Na terceira não existia arrendamento do babaçal pelos proprietários de terras ao/as quebradores/as, que eram moradores/as e tinham liberdade para comercializar o coco.

Essas três situações estiveram presentes na vida das famílias moradoras do Centro do Designo, materializadas em regras ou condições a elas impostas pelo proprietário. Nesse sentido, destaca-se a época em que a produção extrativa do coco babaçu teve maior importância econômica, no início dos anos 1960, período em que a agroindústria Gecosa – Gervásio Costa S/A – Comércio, Indústria e Agropecuária¹¹⁹, localizada no município de União, voltou-se para a industrialização do babaçu, usando como matéria-prima a amêndoa do coco para a extração de óleos vegetais.

¹¹⁸ Por “apanha” se designa a colheita e por “quebra” a separação do coco para extrair as amêndoas.

¹¹⁹ Como a área demonstrava um grande potencial de babaçal que atendia aos interesses da fábrica Gecosa S/A, a propriedade foi arrendada, do final da década de 1960 para o início da de 1970 para o dono da fábrica, com vista à exploração do babaçu.

Outro instrumento que reforçava as relações de poder entre proprietários nas áreas de babaquais e quebradores ¹²⁰ era o “barracão”, que se configurava como um espaço de venda ou de troca do coco por gêneros alimentícios:

O quebrador que vende o seu coco a três cruzeiros o quilo, por exemplo, é forçado a comprar um cruzeiro e cinquenta centavos no barracão, cujos preços são bastantes elevados. O caboclo devolve, assim, o aluguel não cobrado pela suposta generosidade (PORTO, 1974, p. 132).

No caso do Centro do Designo, os/as moradores/as eram obrigados/as a vender o coco na própria propriedade. E, devido à grande quantidade, o arrendatário intensificava a fiscalização às famílias, proibindo a comercialização exterior a ela. Ademais, “do coco era proibido tirar um quilo para fora”, diz A. J. E.:

O morador tinha era que vender para eles [arrendatário dos cocais]. Eles continuavam segurando cada vez mais o povo. Lá eles inventaram uma ficha que era de plástico. Nas costas da ficha tinha um ferro do Gervásio Costa, o mesmo do gado. Do outro lado tinha o valor. Cada valor tinha uma ficha de cor diferente. Essa ficha só eles podiam receber (...). Você ia para comércio na cidade de Miguel Alves ninguém recebia essa ficha (...). Às vezes a gente matava uma criação, quando terminava de vender, a gente estava com o bolso cheio das fichas. As pessoas vinham comprar a carne com as fichas porque na propriedade valia como dinheiro¹²¹.

De fato, a moeda definida pelo arrendatário, para o comércio do coco, se afirmava como mais um instrumento de reforço do grau de submissão das famílias, haja vista que a moeda só tinha aceitação ou no interior do Centro do Designo ou na localidade Novo Nilo, de propriedade do arrendatário. Mesmo que desejassem adquirir produtos de primeira necessidade noutros comércios, com preços diferenciados, não tinham essa liberdade porque, com a venda da produção de coco, não havia pagamento em dinheiro. Assim, as famílias trocavam o coco por outros produtos, em condição desigual, ou recebiam o vale para negociar posteriormente.

¹²⁰ O termo quebradores/as (PORTO, 1974) diz respeito a ~~100~~ moradores/as das propriedades.

¹²¹ A. J. L. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/ nov./2004.

Com relação ao coco, a gente quebrava e não existia aquela história de ser só mulher. Eram homens e mulheres. Quando terminava o serviço da roça, a capina, que era a última que se deixa para a colheita, a gente não parava, ia quebrar o coco, ajudar a mulher. Na época do coco a gente achava que tinha valor. Dava para se comprar carne para se comer, o café, o açúcar, enfim, a miudeza de casa. Não sei se era o coco que era mais ou se era o gênero que era barato. Mas o coco naquela época facilitava e tinha muito e se escolhia para quebrar. (...). O patrão exigia que todo mundo vendesse só para ele. E o preço daqui de dentro era menor do que de fora. Se ele pegasse a pessoa vendendo fora chamava atenção e ameaçava cadeia. Não sei se ele prendeu alguém, mas ameaçava. O interesse que tinha pelo coco porque sua produção era maior e ele tirava um lucro maior porque na época tinha muito coco¹²².

Quebrava coco todo o dia, só não dia de sábado. Sábado, eu ficava pra tirar o azeite para temperar no correr da semana. Mas sempre o meu serviço era de quebrar o coco. Eram cinco, seis a sete quilos por dia. No final da tarde, levava o coco para a loja do proprietário. Ele proibia de vender o coco fora. (...) Eu mesmo daqui, era tudo pra lá mesmo, para a loja¹²³.

De fato, essas falas expressam a memória da família, que “mesmo que se transforme, retém, em grande parte, algo que é comum, algo do grupo” (TEDESCO, 2002, p. 49). Na verdade, a reprodução física e social das famílias em função do extrativismo do coco babaçu foi extensiva a todas, tendo como mão-de-obra principal a feminina – mãe e filhas. No cotidiano, essas mulheres, sobretudo as donas de casa, ocupavam em média seis horas por dia na atividade. Saíam para o babaçual de segunda a sexta-feira, às 9 horas, deixando o almoço já pronto, retornando somente às 16, com cinco a dez quilos de cocos quebrados e com a sua venda, adquiriam outros produtos, de que necessitavam. Hoje, devido à escassez do coco, as mulheres não se têm ocupado tanto tempo assim, mas ainda se trata de uma atividade praticada por elas com a mesma finalidade de antes.

O quantitativo da produção do coco referida é confirmado por J. F. L., que esteve, na época, como gerente da propriedade. Informou ele que, de meados da década de 1980 até início da de 1990, a produção variava de seis a sete mil quilos por semana. Já H. C. S., afirma que o coco babaçu só podia ser vendido dentro da propriedade e por um preço abaixo do

¹²² V. P. R. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 21/mar./2004.

¹²³ M. A. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 20/mar./2004.

oferecido na cidade de Miguel Alves e entorno. “Ele [proprietário] dizia que não estava comprando os cocos porque eram dele, estava pagando só o quebramento”¹²⁴.

É importante registrar que, desde o momento em que a propriedade foi sendo ocupada pelas famílias moradoras, o acerto das condições de moradia se dava com os gerentes, pois o dono nela não residia. Sua presença era mais constante no período eleitoral, quando eram negociados os votos dos/as moradores/as¹²⁵.

Esse lugar se transformava em curral eleitoral. O dono da terra no período da eleição negociava os votos dos moradores com os candidatos. A gente ouvia falar que a gente era vendida pra muitos candidatos numa só eleição. Ficávamos nós, nessa briga, ainda sem conhecimento do voto. Todos achavam que era obrigado a acompanhar o dono da terra¹²⁶.

(...) A gente sempre via que os proprietários geralmente procuravam a comunidade na hora de seus acordos políticos e de chegarem aqui dizendo pra quem as pessoas tinham que votar. De fato, isso era prejudicial, pois tirava a liberdade das pessoas de escolherem seus candidatos¹²⁷.

Segundo Forman (1979) essa situação é característica das relações de patronagem-dependência, com diferentes benefícios para as partes. O proprietário, maximiza os ganhos econômicos e políticos e o dependente, os/as moradores/as, potencializa a segurança, de sorte que, na relação, cada um estabelece estratégias para alcançar os próprios objetivos.

Mas, como já se viu, além das formas de sujeição mencionadas, havia ainda a obrigatoriedade de abastecer-se com o proprietário, que colocava, nos pontos de comercialização do babaçu, sortimento de mantimentos básicos para alimentação, vestuário, medicamentos, utensílios domésticos e outros, forçando os/as moradores/as a suprir as necessidades a um custo mais elevado que o praticado na sede do município.

Se, com efeito, a atividade agrícola e o extrativismo do coco babaçu eram economicamente importantes, não eram as únicas, havendo outra, a pesca, de grande

¹²⁴ H. C. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 7/nov./2004.

¹²⁵ Esse absentismo do proprietário é fato largamente registrado na literatura sobre o tema.

¹²⁶ I. P. A. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 21/nov./2004.

¹²⁷ F. R. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 10/dez./2004.

importância para as famílias e desenvolvida, principalmente, pelas que moram, há muitos anos, próximas ao rio Parnaíba. A pesca tinha perfil diferenciado, haja vista que não havia a exigência de renda ou forma outra de pagamento ou retribuição ao dono da terra, pelo que passava a ter um valor até mais significativo para a economia familiar.

Eu trabalhava no campo, fazia minha roça, mas fui melhorando depois que ingressei na pesca, baixei para dentro do rio, com uma canoa e um engancho. Aí tomei fôlego e criei coragem. As coisas melhoraram, criei a família pescando. Pescava e vendia na cidade vizinha, Coelho Neto, Maranhão. Depois a gente viu que era pesado pescar e vender. Passava a noite acordado e pela manhã cedo ia vender o peixe e chegava uma hora da tarde, com sono. Aí nós contratamos um comprador de peixe que vinha comprar pela manhã bem cedo (...). Meu ramo era pescar, mas fazia um pedaço de roça. Nisso criei a família¹²⁸.

(...) Cheguei nesse lugar [Centro do Designo] com dezoito anos. Fiquei aqui, hoje tenho cinquenta e três anos e nunca mais arredei desse lugar, morando aqui na beira do rio. Saí daqui uma vez por causa da cheia, mas logo voltei. (...) Aí fiquei sempre trabalhando aqui no rio, atravessando as pessoas aqui e acolá, na canoa (...). Logo comecei a pescar, agradeço a Deus, em primeiro lugar, e o Velho Monge, o Parnaíba que sempre me ajuda. (...) Do rio eu tiro o peixe e me alimento, vendo para comprar o açúcar, o café e outros alimentos. Tenho duas canoas pequenas de pescar. Praticamente, os meninos [os filhos] me ajudam muito, que se não fosse eles eu não venceria essa batalha (...). A roça a gente faz um pouquinho, com ajuda dos filhos, porque por mim mesmo eu ia só pescar, porque é o que eu gosto de fazer¹²⁹.

Percebe-se, nessas narrativas, o quanto a memória tem função importante na reconstrução do passado. Ela faz as pessoas (re)viverem no presente diferentes situações, que dão “dinamicidade à vida social e individual” (TEDESCO, 2002, p. 55).

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece com força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1994, p. 47).

¹²⁸ A. R. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 12/dez./2004.

¹²⁹ G. J. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 7/nov./2004.

3.3. Jogando o jogo das identidades sócio-culturais. Assentados e assentadas: de identidades atribuídas a novos sujeitos na arena pública

Observou-se, no decorrer da análise da trajetória das famílias, sem embargo da singularidade das experiências de cada uma, que as práticas do cotidiano, materializadas nas relações de trabalho, parentesco, lazer, vizinhança, resultaram na construção de identidades sócio-culturais. Nesse sentido, vale retomar a contribuição teórica de Mendes (2002) quando diz das forças centrípetas (necessidade de se ligar ao outro) e das centrífugas (necessidade de diferenciar-se do outro).

Tomando-se como base o processo histórico do Assentamento Centro do Designo, pode-se afirmar que a situação e as condições a que as famílias foram submetidas para permanecerem na propriedade favoreceram a construção, por longas décadas, das identidades de morador e moradora, levando à formação de um grupo social com essas marcas históricas¹³⁰. Assim, tais identidades, no Centro do Designo, se consolidam e predominam, mas não se constituem como únicas porque as pessoas, na dinâmica da convivência e na luta pela sobrevivência, acabam construindo outras e fazendo emergir as diferenças (SILVA, 2000).

Os elementos teóricos e históricos atribuídos à categoria histórica morador/a, apresentados no capítulo 1, se conectam à realidade identitária das famílias do Cento do Designo, uma vez que foram os mesmos processos de construção das relações sociais, diferenciando-se, apenas, o contexto histórico. Aliás, a própria necessidade (a falta de terra para produzir e morar) foi determinante no processo de construção das identidades sociais de morador e moradora. Essa necessidade das famílias e as condições de fertilidade da propriedade criaram nas pessoas atitudes e práticas de aceitar as regras impostas pelo dono

¹³⁰ Considerando-se como substrato teórico mais amplo ~~para~~ tais identidades remetem ao conceito teórico de um campesinato de morada como referido no capítulo 1 desta dissertação.

tanto no nível das relações sociais de produção quanto nas demais dimensões da vida cotidiana.

Mas, apesar da hegemonia das identidades referidas, vigente por muitas décadas, existiam espaços para a formação e ocupação de outros papéis e funções, que as pessoas desempenhavam no dia-a-dia. Nesse sentido, destacam-se identidades que às hegemônicas se somam, como, dentre outras, as de professores/as, pescadores, agricultores/as, trabalhadores/as rurais, lavradores/as, mulheres, jovens e aposentados/as.

Ressalte-se que, no processo de “ocupação” da área, laços de parentesco representaram forte elo entre as pessoas, com um número significativo de famílias, muitas delas numerosas, vivendo, atualmente, a experiência de três gerações. Foram, assim, identificados sete troncos velhos no local: “Teotonho, Crispim, Barroso, Clemente, Ferreira, Roldão e Bernardino”, conforme já abordado no capítulo 1, item 3. Como a propriedade se formava a partir de agrupamentos de famílias em pequenas localidades, nas quais predominavam relações de parentesco, acabou irradiada por toda a área a teia dos sete troncos, situação que teve continuidade mesmo depois da desapropriação. É que, devido à imposição do INCRA de criar uma só agrovila, formaram-se os aglomerados de casas com grupos de famílias com afinidades entre si e/ou consoante o grau de parentesco, como referido no capítulo 1 e neste, no item 1.

Pelas narrativas, percebeu-se que, mesmo coexistindo várias outras identidades sociais, essas tinham, aparentemente, menor significado, para o grupo uma vez que os entrevistados/as a elas pouco se referiram. Talvez isto se explica até pelo fato de que a própria constituição do assentamento ao imprimir, uma nova realidade na vida das pessoas, tenha adotado, como pré-requisito principal para se tornar assentado/a, a condição de morador/a, embora o processo de desapropriação se haja consolidado com rapidez e com um nível

baixo de participação e envolvimento das famílias ali estabelecidas.

As únicas dificuldades que a gente encontrou (...) foi a questão da falta de entendimento das pessoas em viver, em se adaptarem a nova forma de viver (...). A gente sabe que todo mundo era acostumado a morar cada um nos seus núcleos [localidades], trabalhando à sua maneira, fazendo da maneira como eles [moradores/as] sabiam, onde eles [moradores/as] queriam e, de repente, quando se passa a viver na área de assentamento, a gente precisa de um controle melhor das coisas. Já se tem a questão da divisão de terras, acostumar a morar em vila a gente sabe que tudo isso leva um certo tempo pra se adaptar, mas, graça a Deus, tudo aconteceu dentro de um clima, que eu diria que, pelo tamanho da comunidade, pelo costume das pessoas que não era acostumado a viver em assentamento, se vive dentro de um clima de tranqüilidade¹³¹.

Eu não participei no início [da mobilização para a desapropriação]. Quando eu vim me integrar, já tinha passado a parte mais principal [desapropriação]. Não é do meu conhecimento como aconteceu a desapropriação. Quando me dei conta já estava no início de uma associação. (...). Só participei quando estavam iniciando as reuniões para a formação da associação¹³².

Como afirmado nas narrativas, não houve conflitos no processo de desapropriação, que ocorreu sem momentos de resistência e de organização das famílias para pressionar pela sua agilidade. É que, independentemente da participação das famílias, a desapropriação se consolidou num processo bastante rápido, sem que elas próprias compreendessem as razões dessa celeridade. Algumas pessoas entrevistadas levantaram a hipótese da realização de acordos de compra e venda entre o INCRA e a proprietária:

Eu cresci (...) trabalhando na lavoura, meus pais também, na quebra do coco e tendo a pesca como uma fonte também de sobrevivência. De lá pra cá é essa luta na tentativa de organização da própria comunidade. Foi aí que se chegou nesse processo de desapropriação das terras, através de um processo que já era encaminhado há muito tempo pela própria proprietária da terra, segundo o que a gente ouviu dizer, embora não tenho dados concretos, mas se ouviu dizer que havia uma negociação da proprietária com o incra [INCRA]¹³³.

Efetivada a desapropriação, mais uma identidade emerge no convívio dessa população. Através de um ato administrativo, expresso no decreto de desapropriação, as pessoas atingidas passaram a ser nominadas de assentadas, sendo necessária a materialidade

¹³¹ F. R. A. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 12/dez./2004.

¹³² M. J. J. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 20/mar./2004.

¹³³ F. R. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 12/dez./2004.

das regras do ser assentado/a, as quais o conjunto precisava incorporar. No entanto, “a interiorização da nova realidade pelos indivíduos, no processo de resocialização induzido pela nova situação denominado de assentamento, não significará que eles identifiquem-se com ela” (CARVALHO, 1999, p. 36).

É, então, nesse contexto, que se afirma que as identidades de assentado/a são atribuídas e marcadas pela implementação de uma política de governo, que impôs regras e condições às famílias. Com efeito, para muitas pessoas o sentimento que ficou foi o de mudança de proprietário, antes, representado por uma pessoa física e hoje, por uma jurídica – o INCRA.

(...) Quando era no tempo dos políticos [época de eleição] eles andava aqui enganando, dizendo que ia botar luz, água em todas as casas, a gente ficava tudo animadinho, mas só veio essas coisas pra cá depois que **o incra [INCRA] tomou de conta**. Agora aí foi força do incra, não foi deles [políticos] não¹³⁴.

A fala de V. A. L. pode estar vinculada à forma pela qual as famílias se envolveram no processo, contribuindo para que o INCRA tivesse uma participação mais efetiva que elas, embora, em alguns momentos, haja ocorrido a mobilização para as reuniões de deliberação de questões importantes ao assentamento, como, por exemplo, a criação da associação e o local de construção da agrovila.

A trajetória de moradores/as a assentados/as foi, de fato, marcada pela forte mediação do INCRA e, devido à inexperiência das lideranças no gerenciamento das ações coletivas, estas estiveram, na maioria das vezes atendendo, sem questionar, às demandas do Instituto. Porém, os conflitos eram, internamente evidenciados entre os/as assentados/as especialmente em função de as ações demandadas serem predominantemente de caráter coletivo e as famílias não terem tido o tempo necessário para construir e assimilar novos valores trazidos por esse tipo de experiência. Nesse sentido, as reações e as resistências de

¹³⁴ V. A. L. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/nov./2004.

parte das famílias durante as etapas de implantação do assentamento podem parecer reforço a sentimentos de rejeição a mudanças nas relações de patronagem-dependência, historicamente construídas por longas décadas e, por isso mesmo, mais difíceis de serem rompidas.

(...) Essa mudança foi radical. Ela foi em função de um número muito grande de famílias. Claro que não houve luta, a área foi desapropriada sem luta, contrário do que a gente vê noutros lugares, com brigas, derramamento de muito sangue, em troca de um pedaço de terra. Uma mudança que a gente foi construindo mediante a idéia de todos, pegando idéias daqui, dali, vai tentando ver qual é a melhor ¹³⁵.

Com efeito, houve descompasso entre os ritmos do processo de desapropriação e os do entendimento do que significava a mudança, fortalecida pelo histórico das famílias como de moradoras, impossibilitadas de questionar, cabendo-lhes apenas obedecer ao proprietário e a proprietária das terras. Além disso, aquela população vivia um certo isolamento e ocupava grande parte do tempo com o trabalho, sem participar de formas de organização que lhe fornecesse capital de participação política no processo de instituição do assentamento, à exceção do contato que algumas delas mantinham com o Sindicato de Trabalhadores Rurais do município, basicamente para o acesso ao benefício da aposentadoria.

Na oportunidade de contar com os créditos de implantação, emergiu, por exemplo, muito fortemente, um sentimento individualista que contrariava os “princípios e valores da vida em grupo”, como propunha o projeto de assentamento. O embate de interesses individuais e coletivos entre as famílias era ponto de conflitos e, muitas vezes, encontrar o equilíbrio se constituía um grande desafio:

Tá dividido, os lotezinhos [áreas de alagadiço/vazante]. Quem plantou nesse lugar aqui, no outro ano, ele [assentados/a] planta de novo. Enquanto dez trabalham [atividades coletivas que ocorriam dentro dessas áreas] ficam mais de dez sem trabalhar. Eu quero deixar (...) meu protesto quanto à administração dos recursos (...) porque do jeito que está sendo aí (...) o governo está jogando dinheiro fora (...). Eu sou contra, da maneira como está sendo conduzida [implantação dos créditos] ¹³⁶.

¹³⁵ I. P. A. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 21/nov./2004.

¹³⁶ D. A. M. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/nov./2004.

Eu acho que nós temos que obedecer as regras da associação nossa, porque desde que a gente criou uma associação e tem o presidente da associação a gente não pode fazer as coisas que não deve, pelo menos fazer as coisas que a gente vê na reunião, qual os direitos, ver as coisas direitinhas. Agora o que é muito difícil também, e tem muitas pessoas que não atendem o regime da associação, fazem o que querem, não acreditam, tem muitas pessoas que não acreditam em nada. Essas são as dificuldades que a gente encontra. Mas se todas as pessoas acreditassem que nós implantamos a associação, criamos a associação, se todas as pessoas pagassem [contribuição mensal de sócio/a] e cumprissem seus deveres direitinho, as coisas se encaminhavam muito bem¹³⁷.

O processo, porém, se consolidou e deixou marcas. Para assentados/as o mais importante foram as mudanças que hoje têm o lugar, proporcionando o acesso a certos bens e serviços públicos, como, dentre outros, moradia, água, energia, educação e saúde.

Sob todos esses aspectos, as identidades de assentados e assentadas na realidade do Centro do Designo, já se manifesta hoje fortemente no imaginário das pessoas e, embora atribuídas, já fazem parte de suas histórias. Isto se deve ao processo no qual, segundo Woodward (2000), os sujeitos incorporam a identidade atribuída de forma inconsciente, assumindo-a. De fato, foram interpelados por ela, questionando, assim, a perspectiva unilateral de Carvalho (1999)¹³⁸.

Sabe-se, sem dúvida, que o processo burocrático da máquina estatal impõe regras. No caso em análise, trata-se do cadastro no Sistema de Informações dos Projetos da Reforma Agrária (SIPRA), que significa para a burocracia estatal apenas isso, não a atribuição de uma identidade a quem já porta outras, desconsiderando, então, a necessidade de discutir com os sujeitos diretamente envolvidos. Não se pode, porém esquecer que, para estes, há a dimensão da subjetividade (WOODWARD, 2000).

¹³⁷ D. P. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/nov./2004.

¹³⁸ Na discussão sobre a emergência, no âmbito da burocracia estatal, do termo assentado/a, Esterci et al (1992) fazem referência a Andrade et al (1989) quando estas/es mencionam que o conteúdo das ações desencadeadas pelo Estado nos assentamentos se baseiam em critérios técnicos e não político e, por conta disso, os/as assentados/as seriam destituídos/as de seu caráter ativo e transformador de suas condições de vida. Entretanto, a luta por terra, assumida pelos/as trabalhadores/as, através de sua ação política, fez com que assumissem uma identidade política que questiona e em determinados momentos se contrapõe ao Estado e à ordem vigente (Esterci et al, 1992).

Nesse sentido, as identidades de assentado e assentada são concretas e têm registro único e pessoal, em dimensão nacional. Por outro lado, através deste registro o governo controla as pessoas diretamente atendidas pelo programa de “reforma agrária”, o que se compreende necessário para evitar o envolvimento em mais de um assentamento. O nome no cadastro é, assim, quase definitivo, porque enquanto não for expedido o documento individual da posse ou o/a assentado/a não pagar o recurso correspondente aos investimentos realizados, permanecerá ele/ela, no registro do SIPRA.

Mas o que para a burocracia e o controle estatais é apenas um registro ou denominação que designa uma categoria de um programa, para homens e mulheres do Centro do Designo são novas identidades, que lhes conferem um novo lugar na rede de relações que estabelecem nas igualdades e alteridades do mundo social, permeando suas estratégias de reprodução social, sentidos de vida e itinerários e projetos. Daí que o processo de transição vivido pelas pessoas e famílias deu conta de construir espaços e situações em que as identidades de assentados e assentadas passaram a ser importantes e, em determinados momentos, estratégicas (CUCHE, 2002) no estabelecimento de novas relações institucionais.

Exemplo disso foram as negociações junto ao poder público municipal na área de educação e saúde. Na educação, houve a construção de prédios escolares e a ampliação de séries do ensino fundamental, enquanto na saúde se deu a ampliação do número de agentes comunitários da saúde, condicionada a que estes fossem do próprio assentamento. Na verdade, percebeu-se que, na condição de assentados/as, as lideranças representativas das famílias passaram a ser reconhecidas e respeitadas no âmbito da gestão municipal, por outros poderes constituídos no município e no entorno do assentamento. Situações como essa vêm, pois, marcar que tais identidades se revestiram de uma prática também política, mesmo que as famílias disso não tivessem plena consciência. No entanto, na prática, não se pode imaginar

que o próprio efeito da repercussão pública das identidades de assentados e assentadas ressoam entre os próprios sujeitos assim denominados no sentido de uma interpelação de subjetividades.

Destarte, questões como a do cadastro terminam não ocupando, nesse nível de problematização, espaço nas agendas cotidianas das famílias nem nas reuniões de trabalho ou até mesmo nem emergindo como um problema. De fato, o centro das preocupações das famílias está ocupado com questões objetivas de organização, como as geradoras de conflitos, e com as relacionadas à produção e ao crédito, com destaque para o PRONAF. O Assentamento Centro do Designo já está, na verdade, tendo acesso a esse crédito através de um grupo de aproximadamente duzentas pessoas, passando, assim, a negociar, com a própria identidade de assentado/a, com mais uma instituição externa, o agente financeiro.

3.4. A implementação do assentamento, na visão de assentados e assentadas

Em relação à ação de regularização fundiária, traduzida na prática pela implementação do assentamento e verbalizada no discurso de técnicos/as e de assentados e assentadas como “reforma agrária”, pode-se, conforme as narrativas, perceber um certo desconhecimento sobre o papel do INCRA. Como não ocorreu nem luta nem organização das famílias para que a desapropriação da terra se efetivasse, o INCRA ocupou o lugar, em todo o processo, de mediador privilegiado e, no nível do imaginário político daquela população, aparece como um sucedâneo dos antigos proprietários e arrendatários, com os quais lidavam os/as moradores/as. Com efeito, a lembrança mais marcante que as pessoas guardam do processo de desapropriação são os momentos de reuniões na área, com a presença de técnicos/as e do superintendente do INCRA, nas quais anunciaram a desapropriação e trataram das medidas a serem tomadas para a materialização das etapas de gestão dos

créditos. A. J., por exemplo, registrou na memória o dia em que o superintendente do INCRA anunciou, num grande encontro com as famílias, a compra da propriedade: “Ah! nós ficamos tudo animado, todo mundo. Ele disse: essa terra vai ser de vocês. Vocês vão fazer o melhor uso dela, renda aqui não vai ter nunca mais”¹³⁹.

Essa forte mediação do INCRA durante o processo contribuiu para a criação de uma imagem pela qual o dono da terra passou a ser o próprio Instituto, ficando as famílias por ele “governadas”. Nas entrevistas e conversas informais, ouviu-se, com certa frequência, a seguinte frase: “Essa terra não é minha, é do INCRA, do governo”. Tomando como base a sua vivência, já no contexto de assentamento, D. P. S. expressou um ponto-de-vista sobre a “reforma agrária”, segundo o qual:

(...) desde que o incra [INCRA] desapropriou, fez um assentamento, construiu uma casa pra gente morar, (...), não tem mais aquela necessidade de estar se deslocando de um lugar pra outro com a família. A gente vai morar o resto dos tempos das nossas vidas naquele lugar, trabalhando no dia-a-dia, com os projetos financiados com o dinheiro do governo¹⁴⁰.

No entanto, em outro momento da sua fala afirma, com convicção, que se considera dono da terra. Isso tem uma certa sustentação quando se refere aos anos em que mora na propriedade (49 desde o nascimento), os quais, segundo ele, já lhe dão o direito de ser dono da terra. Na mesma situação se encontram outras pessoas com muito mais tempo de moradia, muitas delas com total desconhecimento relativo aos anos vividos na propriedade na condição de moradora.

Observou-se ainda que existem nas famílias sentimentos de insegurança e descrédito e o reforço da idéia de que o INCRA passaria a dono da propriedade, o que pode ser atribuído ao longo tempo de vivência das famílias na condição de moradoras. Mesmo

¹³⁹ A. J. L. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/nov./2004.

¹⁴⁰ D. P. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/nov./2004.

hoje, com o assentamento considerado emancipado¹⁴¹, conforme afirmação do INCRA, não há tranquilidade entre as famílias, pois lhes falta maior clareza sobre o que isso significa. D. A. M., na sua fala, faz referência à importância da documentação da terra para cada família, uma vez que, para ele, não há certeza de que a terra lhe pertence porque falta o documento assecuratório da posse.

Na verdade, como o assentamento tem caráter coletivo, não haverá divisão de lotes, com emissão de documento de propriedade individual, como já aconteceu em outras áreas desapropriadas, exceção do que ocorre na agrovila. As outras áreas somente serão loteadas e ocupadas de acordo com o planejamento e os interesses do conjunto e, conforme as narrativas, a parte organizativa do assentamento, a cargo da associação, está fragilizada, demonstrando a dificuldade de uma gestão que assegure o planejamento de ações sustentáveis.

A nossa associação não está funcionando muito bem. Até porque não está tendo reuniões para discutir os problemas da comunidade e do projeto [PRONAF]. Você vê hoje a associação está fazendo um ano e dois meses e (...) tem registrado duas reuniões. Uma foi para discutir a venda do carro e a outra sobre se o campo agrícola do coco passa ou não para o projeto. Se procurar, hoje, como está a associação, está parada. As reuniões que ainda acontecem é por conta do projeto (...), mas outros assuntos da associação, do seu funcionamento, (...) o movimento dos sócios, se os sócios estão contribuindo, o que está acontecendo, a gente não sabe, pois não há comunicação com o povo¹⁴².

De fato, observou-se que há problemas de ordem política-organizativa. No funcionamento da associação, o diretor-presidente, sempre se comportou como centralizador das ações, mas mantinha um canal de comunicação com as famílias e, aparentemente, se apresentava como uma liderança preocupada com as questões de interesse do assentamento. Essa foi uma imagem construída nas duas primeiras gestões, na primeira experiência de organização coletiva das famílias.

¹⁴¹ Para o INCRA, um assentamento está emancipado quando acessa todos os créditos de implantação e encontra-se em condições de continuar sem a intervenção do governo, podendo desenvolver-se e contribuir com o desenvolvimento do município no qual está inserido. 113

¹⁴² F. S. C.. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 21/nov./2004.

O grupo responsável por esta situação perdeu, na última eleição, em 2004, o poder político na associação, assumindo a gestão outras pessoas, inclusive o diretor-presidente, que têm características bastante diferenciadas dos antecessores. A direção atual demonstra dificuldade de responder às demandas da população (fomentar processos de participação, gerenciar interesses coletivos, dinamizar grupos, etc.) restringindo-se às questões de ordem burocrática, exigidas pela linha de crédito do PRONAF. Há, assim, um total desconhecimento e grande insatisfação das famílias quanto à gestão dos recursos desse crédito¹⁴³, não se percebendo, movimentos que provoquem mudanças nessa situação. As pessoas, por seu turno, comentam entre si, mas não enfrentam os problemas, num comportamento decorrente do baixo grau de consciência político-organizativa vigente no assentamento.

No início da trajetória de implantação do assentamento, quando ocorreram as ações organizativas, F. S. C. se destacou e participou da primeira gestão da associação, assumindo o cargo de diretor-presidente, fazendo, com toda a diretoria, o gerenciamento de cifras significativas de recursos financeiros destinadas às ações incluídas no projeto. Para ele, a “reforma agrária” é tudo o que de bom aconteceu na vida das famílias:

(...) Ela [“reforma agrária”] traz qualidade de vida para as pessoas. Ela vem junto com a agricultura, a educação, a saúde, é tudo. Agora pra reforma agrária ser de boa qualidade depende da comunidade também, porque é a comunidade que faz a reforma agrária (...). Não adianta o governo investir (...) e as comunidades não ter o compromisso com aquilo que o governo está fazendo. Então, eu acho que para a reforma agrária ter sucesso (...) depende também da sociedade, (...), da organização do povo, da organização das entidades, do governo, de tudo¹⁴⁴.

F. R. S, que também participou da primeira gestão da associação, questiona o INCRA, sobretudo quanto à emancipação do assentamento, o que demonstra, segundo ele,

¹⁴³ Tomando-se como base o valor do crédito por família (R\$ 15.000,00), a previsão é que o banco libere em torno de três milhões de reais para atender às duzentas famílias do assentamento. Sabe-se que este recurso já está sendo liberado, mas as famílias não têm o controle do montante (10% se destinem ao serviço de assistência técnica).

¹⁴⁴ F. S. C. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 21/nov./2004.

uma relação de descompromisso com as famílias, uma vez que a realidade que se apresenta ainda não reúne as condições para tal:

A gente percebe que a cada dia o compromisso do incra [INCRA] com o assentamento vai ficando cada vez mais distante, até porque ao terminar de implantar esse projeto [PRONAF], com certeza o incra já vem com [proposta] a emancipação do assentamento e é mais uma preocupação da gente, porque é muito fácil para o governo dizer que emancipou o Assentamento Centro do Designo e todas as famílias não terem condições de viver por conta própria e, no entanto, a gente sabe que ainda tem muitas coisas que são de responsabilidade do incra e eu, como líder dessa comunidade, sempre que participo coloco. Até que a gente conhece muito bem o que é de responsabilidade dele [INCRA] e a gente que vive sabe melhor do que nunca que o assentamento não está em ponto de ser emancipado. Acho que é muito fácil fazer divulgação de dados, mas quem vive a prática, vive a situação melhor ¹⁴⁵.

A fala de F. R. S. exprime um desejo mais concreto de mudança na vida das pessoas do Centro do Designo. Não dá para negar que a saída da condição de morador/a para a de assentado/a deu novo significado à existência das famílias, mas continuam grandes as dificuldades enfrentadas, haja vista que ainda estão limitadas a produzir somente o básico, para a garantia do sustento. Também é fato, que o assentamento ainda não avançou no processo produtivo, na perspectiva de criar postos de trabalho e aumentar a produção de alimentos. Nesse contexto, é difícil falar seja de um “assentamento emancipado” seja de uma “reforma agrária” quando este assentamento internamente não encontrou o próprio caminho de desenvolvimento nas diferentes dimensões (sócio-econômica, ambiental, cultural), faltando-lhe integrar-se nas cadeias produtivas do próprio município, elementos considerados pelo INCRA como básicos na definição de um assentamento consolidado.

A luta das famílias pela sobrevivência é, hoje, concreta. A área da propriedade tornou-se pequena para o número de pessoas que dependem da agricultura ¹⁴⁶ e,

¹⁴⁵ F. R. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 10/dez./2004.

¹⁴⁶ Isso foi percebido na fala de uma das pessoas que fez parte da pesquisa. Mas se trata de um fato porque, quando o INCRA faz a avaliação da propriedade, leva em consideração, além de outros aspectos, a capacidade da terra para absorver uma quantidade X de famílias, sem prever-lhes a reprodução, como é o caso do Centro do Designo, em que foram assentadas 431 famílias e, hoje, esse número sofreu um aumento de aproximadamente 40%.

diferentemente do que ocorrera no passado, há pouca mão-de-obra familiar, sobretudo dos filhos e filhas. É que esses, quando chegam à idade de 18 anos, migram para os grandes centros, à procura de emprego¹⁴⁷, ficando somente o pai e a mãe para cuidar dos roçados. As filhas, aos 18 anos, têm uma situação diferenciada, mas também migram, embora para lugares mais próximos, como Teresina ou Miguel Alves, em busca de subempregos como o de empregada doméstica.

No que se refere a jovens e adolescentes, observou-se, na fala de M. J., professora que lida diretamente com esse segmento social, uma expectativa de que melhorem a qualidade de vida, mesmo como agricultor/a. Há a esperança de que, com o processo de evolução do assentamento, sejam criados postos de trabalho, o que lhes permitirá condução de vida melhores que a dos pais.

Ele [jovem] pensa no melhor para ele. Ele busca melhores condições de trabalho que não seja só a roça. Eu sei que a roça também é importante para ele, mas ele quer (...) se integrar em outros serviços, além de ir para a roça¹⁴⁸.

No assentamento ainda falta muito para se desenvolver. Tem uma população jovem que precisa trabalhar, precisa de um incentivo para o trabalho. Precisa de cursos para se capacitar e se identificar do que quer fazer no assentamento para não ter que sair [migrar]¹⁴⁹.

Ainda tem os jovens que não querem trabalhar de roça. Para os jovens, chegou a idade de 18 anos querem o documento para ir para o trecho São Paulo, Brasília, Goiânia, Caldas Nova, Tocantins. E, no trecho, eles [jovens] não estão aprendendo coisa boa. Hoje saem de casa cidadão, quando volta é bandido¹⁵⁰.

Hoje em dia o que aconteceu aqui é que o pai de família, quando o seu filho completa os dezoito anos, vai embora e o pai fica sozinho. Antigamente, o pai de família criava todos seus filhos, trabalhando de roça. Legume tinha muito no armazém¹⁵¹.

¹⁴⁷ A informação que se tem é que esses jovens têm migrado para as cidades de São Paulo - SP, Poços de Caldas - GO e Palmas- TO e se empregam na construção civil. Normalmente, quando viajam, o emprego já é certo porque mediado por parentes, amigos ou vizinhos que já trabalham nessas cidades.

¹⁴⁸ M. J. J. C. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 20/nov./2004.

¹⁴⁹ I. P. A. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 21/nov./2004.

¹⁵⁰ J. F. L. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 20/ mar./2004.

¹⁵¹ D. A. M. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/nov./2004.

De fato, o estágio em que se encontra o Assentamento Centro do Designo, definido pela política de assentamento como emancipado, ainda não tem respondido à demanda dos jovens, constituindo-se num problema a enfrentar. O acesso ao crédito do PRONAF, que poderia, em tese, ser uma saída, apresenta-se como problema, pelo menos no que diz respeito à gestão dos seus recursos.

(...) Tem um projeto vindo pela reforma agrária que é o pronafe [PRONAF]. Vem dizendo que é para melhorar a situação, ou seja, a qualidade de alimentação das famílias. Bom, deixa dúvida. Tem uns companheiros que atuam, mas não sabem bem sobre esse projeto (...). Melhorar o pão do dia-a-dia (...). Mas ainda tenho muitas dúvidas sobre esse pronafe, (...) porque posso melhorar ou posso piorar também, (...) porque é um dinheiro que vem para se pagar. Eu tenho medo de correr esse risco de não melhorar minha vida e eu não ter as condições para pagar e fico endividado. Para mim, essa é uma grande preocupação¹⁵².

Além da migração dos jovens há também, embora temporária, a de pais de família que, por cerca de seis meses, no período pós-plantio e colheita, vão trabalhar na construção civil fora do Piauí, quer haja inverno, quer haja estiagem, quando, neste caso, ocorre a perda da produção. Com a remuneração que adquirem ajudam na manutenção da família e, ao chegar o tempo de preparar novamente as roças, que, pelo calendário agrícola, se iniciam efetivamente em outubro ou novembro essas pessoas já estão de volta.

Observou-se, ademais, nas narrativas, uma certa preocupação com a falta de preservação ambiental, principalmente as decorrentes das formas como as famílias fazem o cultivo das roças para produzir alimento. De fato, como dito no item 3.1 deste capítulo, predomina entre as famílias a prática da cultura de roças itinerantes, o que significa que todos os anos novas áreas são derrubadas para prepará-las, sendo poupada somente a área de reserva legal (20%, ou seja, 1.340 ha, do total), localizada ao norte do assentamento, conforme figura 4. Na área restante, incluem-se as agrovilas, as de roças e os locais de lagoas, como demonstra, ainda, a figura 4. Por essa contagem, vê-se que não há tanta terra que absorva

¹⁵² V. P. R.. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 21/mar./2004.

todos os interesses dos que vivem da agricultura, sem mencionar áreas já desmatadas e cercadas para os campos agrícolas (figura 4), preparados com tratores, fertilizantes e adubos químicos.

A propósito, vale lembrar que a partir de 2004, cresceu o número de áreas desmatadas para o cultivo de campos agrícolas. Atualmente, cerca de 200 famílias¹⁵³ tiveram acesso ao crédito do PRONAF A para investir na agricultura, na pecuária e na ovinocaprinocultura. As áreas preparadas (com recursos do PRONAF) são destinadas para os plantios de caju, milho e capim, e correspondem a 80% (736 ha) de toda a área de campo agrícola (915 ha) existente no assentamento. Para as referidas atividades, as famílias contam com a assistência técnica de uma empresa não-governamental, paga por elas próprias. O objetivo é produzir para o mercado. Considerando que as famílias estão com quase dois anos envolvidas com essas atividades, ainda não há resultados que se possam vislumbrar como de desenvolvimento do assentamento. De fato, observam-se reclamações e desconfianças por parte das famílias, no que se refere à aplicação dos recursos do PRONAF.

É importante informar que, nos primeiros anos de implantação (1998/1999), parte desses campos tiveram a manutenção assegurada pelos os recursos repassados pelo INCRA.

Estou vendo área que não tem uma palmeira, foi tirado tudo, derrubado tudo. Isso me preocupa muito. Temos que pensar no cuidado com a terra, com o meio ambiente. Se a gente chegar a descobrir essa terra, daqui algum tempo tem seca por aqui e é perigo para nós, porque quem chama umidade para a terra são as matas. Tirando toda a palmeira diminui o babaçu e o que temos que fazer é o raleamento¹⁵⁴.

¹⁵³ O acesso ao crédito do PRONAF não é obrigatório. Entretanto, têm-se informações que todos os assentamentos quando chega nessa fase, as famílias acessam o crédito, mesmo não ocorrendo com a totalidade de famílias existentes no assentamento. No Assentamento Centro do Designo, observou-se quando chegou esse momento, a falta de todas as informações sobre esse crédito, sobretudo a interlocução com o agente financeiro (Banco do Brasil) deixou as famílias inseguras e temerosas, por isso, na primeira etapa de acesso ao crédito somente 25% dos/as assentados/as se interessaram em participar. A ampliação desse percentual de famílias (hoje contabilizado em 50%) se deve ao trabalho de convencimento, sobretudo por parte da empresa que presta assistência técnica, porque quanto maior o número de pessoas participando, maior será a remuneração do técnico.

¹⁵⁴ A. J. L. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/nov./2004.

Eles¹⁵⁵ queriam cercar a lagoa das Almas. O que vi é que ela cercada, cada dia eles iam devastar os lados dela, acabar com o mato que tem e essa lagoa deve ser conservada. Daqui uns dias essa lagoa está seca (...) porque tanto diminui a água como os peixes que ajudam na alimentação do povo, sem eles, a gente vai acabar mais ruim¹⁵⁶.

(...) Já me bate a preocupação sobre o crédito de desenvolvimento [PRONAF]. Apesar de ter vindo para o desenvolvimento da comunidade é um crédito que trouxe um desmatamento muito grande dentro da comunidade e nós já temos a preocupação pela questão de trabalho e de lugar. Imagine com esse nível de desmatamento que está tendo, como é que vai ser o futuro desse lugar? Eu estou torcendo para que tudo dê certo e que haja saída e possibilidade para trabalhar, mas não escondo a preocupação que existe, até porque a gente vê e é notório o crescimento desordenado da nossa população¹⁵⁷.

A terra ficou fraca porque as máquinas arrastaram o cabelo da terra, que é o adubo da terra e jogaram em uma leira e a terra ficou raspada, (...) tirou toda a matéria orgânica, (...) não tem mais o estrume para a planta se sustentar e o pobre, a grande maioria, não têm dinheiro para comprar o adubo químico¹⁵⁸.

As falas acima revelam preocupação com o número de áreas desmatadas, criadas principalmente no primeiro ano de existência do assentamento, e que, no momento, têm pouca utilização. Tratam-se de áreas semi-coletivas, criadas para atender a todas as famílias assentadas, localizando-se em diferentes pontos do assentamento, a maioria nas encostas dos morros e próximas às lagoas, devido ao que, no período chuvoso, aumentam água. Internamente, dividem-se em lotes iguais, cabendo a cada família cultivar em torno de uma linha (0,30 ha), através, dentre outras, da aração, de conservação da cerca e da troca de serviço. Reitere-se hoje, muitos dos lotes dessas áreas estão abandonados e com pouca ocupação, faltando às famílias as condições financeiras para realizar o serviço de preparação da área para o período chuvoso. O máximo da ocupação ocorre no verão, com o plantio de feijão.

(...) Eu dizia que isso não ia dar certo, isso é pra rico, rico que pode sustentar e dar manutenção ao operador, ao combustível e ao adubo, e o

¹⁵⁵ Técnico responsável pela assistência aos projetos financiados pelo PRONAF e aos assentados/as diretamente envolvidos com as atividades.

¹⁵⁶ A. J. L. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/nov./2004.

¹⁵⁷ A. J. L. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/nov./2004.

¹⁵⁸ D. A. M. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/nov./2004.

pobre não tem essa condição. Estão aí muitos campos abandonados e o governo jogou dinheiro fora, derramou dinheiro fora. Agora esse outro projeto [PRONAF] que vem aí, que já devoraram mais de trinta hectares de terras que dava pra o pessoal fazer suas roças no toco, (...) porque a roça do toco não precisa de adubo, precisa só do trabalhador chegar e capinar e do jeito que estão fazendo tem que ter os técnicos, adubo químico, máquina (...). Quando acabar o dinheiro do governo federal, acabou o projeto¹⁵⁹.

Com efeito, no momento atual, parte dessas áreas está inaproveitada, não ocupada por todas as famílias, como aconteceu nos primeiros anos de funcionamento (1998/1999). A alegação é de que faltam condições financeiras para o preparo das áreas. Na verdade, quando as famílias decidiram investir na criação desses campos agrícolas, na época de implementação do assentamento, contavam com a assessoria técnica do Programa Lumiar, e o objetivo era assegurar que cada família tivesse uma área permanente de cultivo, em local baixo (alagadiço), para que fossem garantidas duas safras, a de inverno e a de verão. No entanto, as próprias condições técnicas foram precárias. Exemplo disto é que nessas áreas, a única inovação tecnológica existente é o uso do trator no momento de preparação da área para o plantio, sendo que isso não ocorre de forma sistemática porque a maioria das famílias não dispõe de recursos financeiros para investir no pagamento da hora de trabalho do trator, levando-as a praticarem técnicas de agricultura tradicional, com baixa produtividade do trabalho. Além disto, não se observam investimentos em termos da inclusão desses/as agricultores/as em nichos de mercados alternativos, através, por exemplo, da produção de produtos diferenciados oriundos da produção agroecológica, por exemplo.

Assim, a luta das famílias, pela sobrevivência, continua como centralidade desde a época de moradores/as,. Para isso, adotam diversas práticas, como as agrícolas, o extrativismo e a pesca, atividades essas que foram/vão sendo apropriadas de maneiras diferentes, daí que a necessidade material, sobretudo de alimento, não é igual para todas, embora predomine um quadro onde a maioria se vê privada dos direitos básicos, como a segurança alimentar e nutricional e de outros direitos assegurados pela Constituição Federal. Na verdade, como

¹⁵⁹ D. A. M. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/nov./2004.

enunciam as narrativas referidas, a intervenção do governo federal, através do projeto de assentamento, aponta para o risco de tornar mais vulnerável a garantia de sobrevivência na área em estudo, em função da forma adotada de intervenção no meio ambiente¹⁶⁰.

Já que os projetos de assentamentos têm o propósito de gerar postos de trabalho e renda no meio rural (CONTAG, 2005), no Centro do Designo esta é uma realidade ainda distante. Embora existam grupos de famílias com acesso ao crédito de produção (PRONAF), na ordem de 50% das assentadas, que buscam meios para desenvolver o assentamento, o referido crédito não tem muito atrativo, despertando pouco interesse por medo da dívida ou por desconhecimento do que representa. O sentimento que se expressa com mais entusiasmo é o da obtenção da terra e, por conseguinte, a libertação do pagamento da renda.

Partindo da realidade do Centro do Designo e dos processos que a população vivenciou, a partir dos primeiros contatos com o INCRA, e comparando com os debates e construções teóricas sobre a questão agrária e com as leis já regulamentadas sobre esta política, pode-se vislumbrar que o assentamento estudado ainda tem um longo caminho a percorrer. Não há, por exemplo, entre as lideranças e a base, momentos de discussão ou conversas mais amadurecidas sobre a “nova” forma de convivência das famílias, atribuída de reforma agrária, sobretudo na dimensão de que essa reforma e a agricultura familiar são fundamentos do desenvolvimento sustentável, perspectiva assumida pelo próprio movimento sindical dos trabalhadores/as rurais (CONTAG, 2005). Tanto é verdade que o MSTTR, no seu 9º Congresso, em 2005, afirmou que a construção de um desenvolvimento rural sustentável tem como elemento fundamental a realização de uma ampla reforma agrária, entendida não só

¹⁶⁰ É importante informar que a Resolução 289, de 25 de outubro de 2001, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, estabelece diretrizes e procedimentos de controle e gestão ambiental para orientar e disciplinar o uso e a exploração dos recursos naturais, assegurando-lhe a efetiva proteção, de forma sustentável, nos projetos de assentamentos. Por ela, os assentamentos são orientados ¹²¹ que se refere aos tipos de licenças e à documentação necessária no momento da solicitação.

como distribuição de terras, mas também como medida que promova a ampliação, a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar.

Mas, na realidade mesma do Assentamento Centro do Designo, a mobilização e a euforia das famílias se limitaram à implementação das fases dos créditos e à chegada de algumas melhorias de serviços e infra-estrutura. Nesse sentido, a participação dessas famílias durante a implantação do assentamento se restringiu à execução de projetos, faltando, portanto, espaços para a construção, no local, de outras dimensões de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de construção do conhecimento há diferentes formas de materialização do objeto de estudo. Neste estudo se tratou da temática da questão agrária e da chamada política de “reforma agrária” no Brasil, com o olhar voltado para um projeto específico de assentamento em que todo o esforço foi o de analisar a trajetória das famílias que saíram da condição de moradoras para a de assentadas da “reforma agrária”. Tentou-se mostrar uma trajetória que não é linear porque os acontecimentos da realidade investigada não aconteceram nem em série nem em sucessão, sendo construída por diferentes sujeitos sociais em variadas épocas. Dessa feita, tomou-se a categoria geração não no aspecto biológico ou cronológico, mas a partir das experiências de vida processadas pelas famílias tanto na condição de moradoras quanto na de assentadas, o que foi fundamental para a compreensão das relações sociais tecidas no decorrer dos anos e dos significados que produziram em cada contexto.

Memórias e narrativas foram ferramentas metodológicas importantes para que se entendesse a realidade presente a partir da construção do passado das famílias e do lugar, Centro do Designo. A análise trabalhou com o conceito de patronagem-dependência (FORMAN, 1979) que ajudou na compreensão de comportamentos e atitudes que as famílias moradoras tiveram ao longo de décadas, com proprietário/a e moradores/as maximizando seus ganhos e agindo estrategicamente para o alcance de seus interesses. Aliás, na trajetória descrita ficou evidenciado que a morada e a terra para plantar e dela retirar o sustento foram componentes tão centrais na vida das famílias que as regras impostas pelo/a proprietário/a que se transformavam em práticas de submissão foram incorporadas como algo natural, passando a ser parte do cotidiano, marcado sim pelas dificuldades, mas movido pelo sentimento de esperança de vencê-las e vivenciar dias melhores. O trabalho que envolvia toda a

família em diferentes atividades, como as agrícolas, a pesca, o extrativismo e outras, não-agrícolas, eram a materialidade dessa esperança.

Outro aspecto que a trajetória vivida pelas famílias do Centro do Designo trouxe para a análise foram as relações entre as próprias pessoas moradoras. Nestas, que se materializavam nos momentos de trabalho e convívio com a vizinhança e os grupos de parentescos, emergiu fortemente a prática da reciprocidade (MORAES, 2000, SABOURIN, 1999, GODOI, 1979), sobretudo durante as atividades agrícolas. Ademais, as narrativas demonstraram que os laços de parentescos forneceram a base da formação de uma população camponesa com vínculo parental, sem a descendência de um mesmo ancestral, fincada em “territórios”, chamados localidades, espalhados por diferentes pontos da propriedade. No decorrer dos tempos, a taxa demográfica de cada localidade cresceu não pelo ingresso de novos/as camponeses/as, mas pela reprodução das famílias, através dos matrimônios.

Nesse contexto, procurou-se evidenciar que a identidade de morador/a se consolidou e tornou-se predominante, mas não se constituiu como a única, pois outros papéis e funções assumidas no dia-a-dia oportunizaram a construção de outras, que as deixavam em situação de igualdade ou diferença (SILVA, 2000). Mesmo com a coexistência de identidades, a de morador/a foi a que ocupou maior tempo no cotidiano das famílias, acabando por ser hegemônica até o momento de serem interpeladas pela de assentados/as (WOODWARD, 2000), quando então as assumem.

No conjunto das reflexões também se intentou mostrar como a constituição do Assentamento Centro do Designo, através da intervenção do INCRA na desapropriação da área, imprimiu uma nova dinâmica, principalmente a sócio-organizacional, na vida das famílias, a começar pela identificação das pessoas. As identidades predominantes deixaram então de ser a de morador para serem as de assentados/as, com as pessoas assumindo

papéis e posições que deram efetividade às ações governamentais, por meio da implantação do projeto de assentamento. A interpelação que promoveu essa nova identidade produziu diferentes significados nas subjetividades tanto no conjunto dos sujeitos quanto no interior de cada um deles. Buscou-se, a partir daí, revelar que essa nova dinâmica que emergiu da institucionalização do assentamento mexeu fortemente com o cotidiano das famílias, uma vez que imprimiu práticas orientadas pelas normas institucionais, cujo foco predominante, no processo organizacional, era a dimensão coletiva, condição mesma para o acesso aos créditos de implantação e à consolidação do assentamento.

Embora as identidades de assentado/a tenham mudado radicalmente a relação proprietário/a e não-proprietário/a, para as famílias do Centro do Designo a nova realidade não foi assumida com tanta tranquilidade, pois historicamente predominou, por décadas, a cultura da dependência e da submissão, resultando em práticas individualistas, não questionadoras e não propositivas, não havendo espaço para a expressão dos seus desejos, cabendo-lhes apenas obedecer, já que a vontade que sempre vigorou foi a do/a proprietário/a. Assim, era natural a emergência dos conflitos (a exemplo do que se deu na época da execução dos créditos de implantação do Assentamento e se dá hoje, com o de produção, o PRONAF), os quais ocorre(ra)m num contexto em que as práticas se apresenta(va)m como decorrentes de gestão compartilhada e participativa e as decisões deriva(va)m, em tese, das assembléias e/ou reuniões de diretoria da Associação. Pode-se, então, destacar outra dimensão do conflito, que foi a supervalorização da dimensão coletiva, uma vez que as lideranças que coordenavam os processos organizacionais não lograram, ou por inexperiência ou até pela pressão do INCRA, alcançar o equilíbrio entre os desejos individuais e anseios coletivos.

Na verdade, tais conflitos acabavam se dando entre os/as próprios/as os/as assentados/as e não entre estes/as e o INCRA, sobretudo com os membros da diretoria da

associação, porque coordenavam, em nome do assentamento, todas as ações definidas no projeto e estabeleciam as negociações com o Instituto. Destarte, questionar e enfrentar o INCRA não foram atitudes do cotidiano das famílias, tanto que em algumas narrativas e nas observações de campo percebe-se que elas se apresentavam como estratégias políticas, embora disso não tivessem plena consciência. A outra situação extrema, no entanto, era conceber o INCRA como o novo proprietário.

Ora, embora na luta política ocorra o reconhecimento das identidades (CUCHE, 2002, WOODWARD, 2000), para a burocracia estatal as de assentados/as se apresentaram como sendo de ordem técnica, como uma atribuição, como um nome. No Centro do Designo, apesar das dificuldades e problemas do primeiro momento de instalação do assentamento, as famílias, estrategicamente investidas das identidades de assentadas, estabeleceram relações institucionais no âmbito municipal, que se caracterizaram como prática política.

Nesse sentido, as narrativas serviram para mostrar que, na trajetória das famílias do Centro do Designo ainda continua, como centralidade, as atividades (agricultura, pesca, extrativismo) praticadas desde a época de moradoras. Outra atividade, o campo agrícola, diferente das tradicionais e experimentada logo no início do assentamento, não avançou, e as narrativas mencionaram que hoje muito das áreas desses campos não estão sendo ocupadas, deixando como marca os desmatamentos. Embora as famílias tenham destacado como muito positiva as mudanças de infra-estrutura e o acesso a alguns serviços básicos, predomina no assentamento um quadro de insegurança alimentar e nutricional que envolve a maioria delas.

A análise empreendida nesta investigação é, pois, parte de contextos sociais que trataram da questão agrária, nos quais se produziram debates, proposições e mecanismos de resistência, todos frutos do processo de enfrentamento entre governo e sociedade civil organizada para que a “reforma agrária” se pudesse efetivar como uma política de

democratização da terra e de reprodução social de populações camponesas. Entretanto, essa reforma, sobretudo a partir do governo FHC, se firmara de fato, como uma política de assentamento, pois os debates e as ações dela decorrentes ainda não permitem afirmar a concretude de uma reforma agrária. Um exemplo disso é o PRONAF, instrumento de crédito para o fortalecimento da agricultura familiar que, desarticulado de um desenvolvimento sustentável, é apontado, pela CONTAG, como política compensatória (CONTAG, 1998).

Disso resulta a evidência de que a luta pela realização de uma ampla reforma agrária, no Brasil, permanece como um imperativo dos movimentos sociais do campo, a exemplo do MST e CONTAG. A perspectiva sublinhada é a de que, atualmente, uma política de reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar constituem-se ainda em desafios para a construção de um desenvolvimento sustentável (CONTAG, 2005).

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Reforma agrária, desenvolvimento capitalista e democracia. In: LEAL, Larindo. **Reforma Agrária na nova república: contradições e alternativas**. São Paulo: Cortes, 1985, p.13-18.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial.Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1954.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos de 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 61-78.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Os gaúchos descobrem o Brasil: os pequenos produtores agrícolas do sertão maranhense frente à implantação de projetos agropecuários**. São Luís: Cáritas Brasileira, 1984.

ANDRADE, Maria Antonia Alonso. A identidade como representação e a representação da identidade. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**, Goiânia, AB Editora, 2000, 2. ed., p. 141-149.

ANDRADE, Ana Cristina Chaves. **De posseiro à assentado: Transformações no modo de vida camponês do médio São Francisco**. Campina Grande – PB, 2002. 122p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Humanidade, Universidade Federal da Paraíba.

ATLAS de Desenvolvimento Humano no Brasil. IPEA. <<http://www.ipea.gov.br/Destaque/>>. Acesso em: 5 de dezembro de 2005.

BARSA, Nova Enciclopédia – São Paulo: Encyclopedia Britannica do Brasil, Publicações, 1998.

BASTOS, Cláudio Albuquerque de. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994.

BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponeses**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____ **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197-221.

BERGAMASCO, Sonia M. Pessoa e NORDER, Luiz Antonio Cabello. **A trajetória do Estatuto da Terra e o Paradoxo Agrário dos Anos 90**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Nº 1, V. 25, jan. a abr. /1995., p.169-184.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 18. ed., 1985.

BOBBIO, Norberto. Para uma economia política de Estado brasileiro. In: FIORI, José Luis. **Em busca do Dissenso Perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight, 1995, p. 121-161

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed., Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta Moraes de (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p.183-191.

_____. Compreender. In: _____ (Coord.). **A Miséria do Mundo**, Petrópolis: Vozes, 1997, p. 693-732.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **“Casa de Escola”: cultura camponesa e educação rural**. Campinas: Papyrus, 1983.

_____. Diário de Campo. **A antropologia como alegoria**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

_____. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

_____. MARA/INCRA. **Resumo das atividades do INCRA, 1985-1994**.

_____. MARA/INCRA. **Resumo das atividades do INCRA, 1995-1999**.

_____. **Diretriz do Projeto Lumiar. Assistência técnica nos assentamentos**. Ministério Extraordinário de Política Fundiária. INCRA, Brasília, 69 p.

_____. Lei Complementar 88, de 23/12/1996. Altera a redação dos arts. 5ª, 6ª, 10ª e 17ª da Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993 que dispõe **sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária**.

_____. Portaria Nº 080, de 24 de maio de 2002. **Estabelece denominações e conceitos orientadores dos assentamentos integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária**, Brasília, 2002.

_____. Congresso. Senado. Resolução nº 36, de 1975. **Autoriza o governo do Estado do Piauí e alienar à Companhia de Desenvolvimento do Piauí – COMDEPI – cinco áreas de terras públicas do Estado do Piauí, localizadas nas regiões nordeste, centro e**

sul do território estadual.

_____. Lei Complementar 93 de 04 de fevereiro de 1998. **Institui o Fundo de Terras e dá outras providências.**

_____. Resolução nº 289, de 25 de outubro de 2001, do Ministério do Meio Ambiente. **Estabelece diretriz para Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma agrária**

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais.** Cascavel: Edunioeste, 2002.

CARVALHO, Abdias Vilar de; D'INCAO, Maria Conceição (Coords.). **Reforma Agrária: significados e viabilidade.** Petrópolis : Vozes, 1982.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Banco da Terra: O Banco dos Donos da Terra.** In: Boletim do Movimento Nacional Sem Terra, Secretaria Estadual do Paraná, 1999. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mstpr/banco.htm>>. Acesso em: 1 de novembro de 2003.

_____. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária.** Ministério Extraordinário de Política Fundiária, NEAD, IICA, Curitiba, 1999.

CASTELL, Manuel. O poder da identidade.- a era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 2. 3ª Edição. São Paulo . Paz e Terra, 2002.

CASTILHO, Maria Auxiliadora Guimarães de, SILVA, Maria Luiza Pereira da e MAGALHÃES, Maria Silma Moreira. **Manual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária,** Brasília, setembro, 2001.

CENSO Agropecuário – 1995-1996. IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro>>. Acesso em: 5 de dezembro de 2005.

CENSO Demográfico, 2000. IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estatistica/populacao/censo2000>>. Acesso em: 5 de dezembro de 2005.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A. Z. (org.). **Desvendando máscaras sociais.** Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1990, p.87-121.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo 1999,** Goiânia, CPT, 2000.

_____. **Conflitos no campo 1996.** Disponível em:<<http://www.cnbb.org.br/estudos/confli4.htm>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2005.

CONTAG. Anais do 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. **Terra, produção e salário. Brasília,** 26 a 30 de novembro de 1991.

_____. Anais do 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. **Nem fome, nem miséria, o campo é a solução.** Brasília, 24 a 28 de abril de 1995.

_____. Anais do 7º Congresso Nacional dos 130 Trabalhadores Rurais. **Um projeto**

alternativo de desenvolvimento rural sustentável. Brasília, 30 de março a 3 de abril de 1998.

_____. Anais do 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 28 de fevereiro a 3 de março de 2005.

_____. **Projeto Alternativo Rural Sustentável, através de uma ampla e massiva reforma agrária de valorização e fortalecimentos da agricultura familiar.** Brasília, 1999.

_____. **40 anos.** Brasília, 2003.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A Escola do Sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889.** Teresina, 2000. 164p. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí.

CUCHE, D. Hierarquias sociais e hierarquias culturais. In: _____, **A noção de cultura nas ciências sociais.** Bauru: EDUSC, 2002, p. 143-174.

DANTAS, A I . A poesia como forma de captar o real. In: WHITAKER, Dulce. C. A (org.). **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes.** São Paulo: Letras Margem, 2002, p. 185-202.

DRESEN, Bernd ; VELOSO, José Soares. **Devastação dos babaçuais piauiense - causas e efeitos.** Carta CEPRO, Teresina, v. 12, nº 1, jan./jun. de 1987, p. 7-14.

ESTATUTO DA TERRA. Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

ESTERCI, Neide at al. **Assentamentos rurais: um convite ao debate.** Revista da ABRA, vol. 22, set./dez./1992, p. 4-15.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** São Paulo: Globo, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST,** São Paulo: Cortez, 2001, Coleção Questões da Nossa Época, v. 92.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado.** Rio de Janeiro:insight, 1995.

FOLDER, 9ª Romaria da Terra. CNBB –Regional Ne IV, 2004.

FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1980.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí.** Campinas – SP, Editora da Unicamp, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de ¹³¹pesquisar: como fazer pesquisa**

qualitativa em ciências sociais. 5 ed. , Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise Agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2.ed. 1982.

_____. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6.ed. 1989.

HAGUETTI, Maria Tereza Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Petrópolis: Vozes, 1987.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** (org.). Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

INCRA/PNUD, Gabinete do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, Diretoria de Assentamento.

_____, **Projeto Lumiar: Assistência Técnica nos Assentamentos – Diretriz.** INCRA. Ministério Extraordinário de Política Fundiária, Brasília, DF. 1997, 69p.

_____, Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Diretoria de Assentamento. **Súmula, Projeto Roda Viva,** [(199-)].

_____, **Instrução Normativa,** Nº 19 de 10 de setembro de 1997.

_____, **Plano de Reforma Agrária do Estado do Piauí – 2003 a 2010.**

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos.** 2 ed. Curitiba: Juruá, 2003.

LEITE, Sérgio. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: **Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável,** Fortaleza-Ce, [(199-)]. Disponível em:<<http://www.dataterra.org.br/Semce/Bird-texto.htm>> Acesso em : 9 de janeiro de 2001

LEITE, Sérgio [et al] (coord.). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: UNEP, 2004.

LOERA, Nashieli Cecília Rangel. **A busca do território: uma aproximação à diversidade do seu significado entre os sem-terra.** Campina, São Paulo, : [s.n.], 2004. 164p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MACHADO, Paulo Henrique Couto. **As trilhas da morte: extermínio e espoliação das nações indígenas na região da bacia hidrográfica parnaibana piauiense.** Teresina: Corisco, 2002.

MARTINS, Agenor de Sousa [et al]. **Piauí: 132 evolução, realidade e desenvolvimento.** 2.

ed., Teresina: Fundação CEPRO, 2002.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5.ed., Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MANUAL DE OPERAÇÕES. **Projeto Crédito Fundiário e combate à Pobreza Rural** _ MDA, Secretaria de Reordenamento Agrário, Brasília, 2004, 61p.

MARTINE George. **A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?** Lua Nova, São Paulo, nº 23, março, 1991, p. 7-37.

MEDEIROS, Leonildes Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

_____. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MENDES, José Manuel Oliveira. O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002, p.503-540.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987, p.191-211.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira, CRUZ NETO, Otávio, MINAYO, M. Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p.9-29.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. **De Camponês a Agricultor Familiar: Imagens do Campesinato, como identidades na Ordem da Razão**. Revista Raízes, Nº 17, junho/98, p. 121-134.

_____. **Memórias de um Sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos Cerrados do sudoeste piauiense**. Campinas- São Paulo, 2000. 481p. Tese (Dourado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campina.

_____. **Desenvolvimento rural sustentável, multifuncionalidade e modo de vida de populações rurais: algumas questões**. Palestra proferida no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em Brasília, 23 a 25 de agosto de 2005.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra, a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. Rio de

Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NOGUEIRA, Merlong Solano. **Um balanço da reforma agrária no Piauí**. Teresina, [(199-)]

_____. **Projeto Lumiar no Piauí: contribuição para o registro e análise da experiência – sugestões para o aperfeiçoamento da assistência técnica em áreas de reforma agrária**. Teresina, abril de 2000.

_____. **Pequenos produtores rurais: movimentos e interações com a reforma agrária. Brasil – Piauí (1970-1990)**. São Paulo, 1997, 192p. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

PALÁCIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil (1700-1875)**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 30, nº 3, 1987, p. 325-356.

PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio Pereira. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L. F e SANTOS, R. (orgs.) **Políticas e reforma agrária**, Rio de Janeiro, Muard, 1998, p.92-165.

PIAUI. Lei de nº 3.783 de 16 de dezembro de 1980. **Cria o Instituto de Terras do Piauí e dá outras providências**.

_____. **Relatório Conclusivo**. Comissão Parlamentar de Inquérito dos Conflitos Agrários e da Análise Jurídica das Alienações das Terras Públicas Patrimoniais. Teresina: fevereiro de 1997.

_____. Relatório. **Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado Vale do Parnaíba**. Teresina, novembro de 1987.

_____. **PDRI Vale do Parnaíba**. Vol. 1, Terra, sem data.

PORTO, Carlos Eugenio. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PROJETO **Novo Mundo Rural**. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br>>. Acesso em : 13 de outubro de 2004.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998.

_____. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí**. Teresina: UFPI, Academia Piauiense de Letras, 1994.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos orais: do “invisível” ao “dizível”: In: SIMSON, O. M. U. **Experimentos com história de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Brasil, 1988, p. 14-43.

RIBEIRO, Darcy . **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

REFORMA AGRÁRIA. **Relatório**₁₃₄ **Compromisso de todos**, Brasília, 1997.

RELATÓRIO. **Diagnóstico do assentamento Centro do Designo**. Elaboração Centro Piauiense de Ação Cultural – CEPAC. Teresina, agosto, 1999, 53 p.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. 2ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 1994, p. 105-136.

ROSA, Sueli L. Couto. **O Estatuto da Terra e o Esvaziamento da Estratégia Agrária no Brasil**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Nº 1, V. 25, jan. a abr. /1995., p.205-219.

SABOURIN, Eric. **Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro**. Revista Raízes, Nº 20, novembro/1999, p. 41-49.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonização de Novas Terras: a continuidade de uma Forma de Dominação, do Estado Novo à Nova República**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, n. 1, v. 25, janeiro a abril de 1995, p. 39-64.

SANTOS, Antonio de Pádua Silva dos. **Estudos sócio-econômico dos principais produtos do extrativismo vegetal do Piauí: babaçu**. Teresina, Fundação CEPRO, 1979.

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade: a dimensão do espaço na aventura da luta pela terra**. Brasília, 2000. 303p. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília - UNB.

SEGALEN, Martine. **Sociologia da Família**. Lisboa: Terramar, 1999.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, José Carlos Aragão. **Conversa bonita: o trabalho escravo na agricultura contemporânea brasileira e o aliciamento de camponeses na região dos cocais, Maranhão**. Teresina, 2004. 163p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí.

SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra: crises da Reforma agrária na Nova República**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

SILVA, José Graziano da. Reforma Agrária Já? In: LEAL, Laurindo (Org.). **A reforma agrária na nova república: contradições e alternativas**. São Paulo: Cortez, EDUC, 1985, p.59-76.

_____. **O Que é Questão Agrária**. Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **Para entender o Plano Nacional de reforma Agrária**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Condicionantes para um novo modelo agrário e agrícola**. In: Instituto Cajamar. Crise Brasileira anos oitenta e governo Collor. São Paulo: DESEP, 1993. p. 177-217.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In:_____(org.) . **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** (org.). Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p.131-137.

SPAROVER, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária** brasileira. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

STÉDILE, João Pedro. A questão agrária e o socialismo. In: _____ (org.). **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1994, p. 306-322.

_____, (org.). **A questão agrária hoje**. 2ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

TAJRA FILHO, Jesus Elias. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de (org.). **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas**. Teresina, Halley, 1995.

TEDESCO, João Carlos. Re(vi)vendo o ontem no tempo e no espaço “dos de hoje”. Fragmentos de memória de idosos. In: _____. (org.) **Usos de memórias (política, educação e identidades)**. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 41-79.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** (org.). Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.

WOORTMANN, Klass. “**Com parente não se negueia**”. O campensinato como ordem moral. Anuário Antropológico /87Editora UNB/Tempo Brasileiro. 1990, p. 11-73.

DOCUMENTOS

Registro Geral de Terras, 1904. Arquivo Público do Piauí.

Processo Nº 21680002616/96-16: SENAPRO - MARA – INCRA.

Carta de Sesmaria – Fazenda Remanso, 18/09/1823.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)